

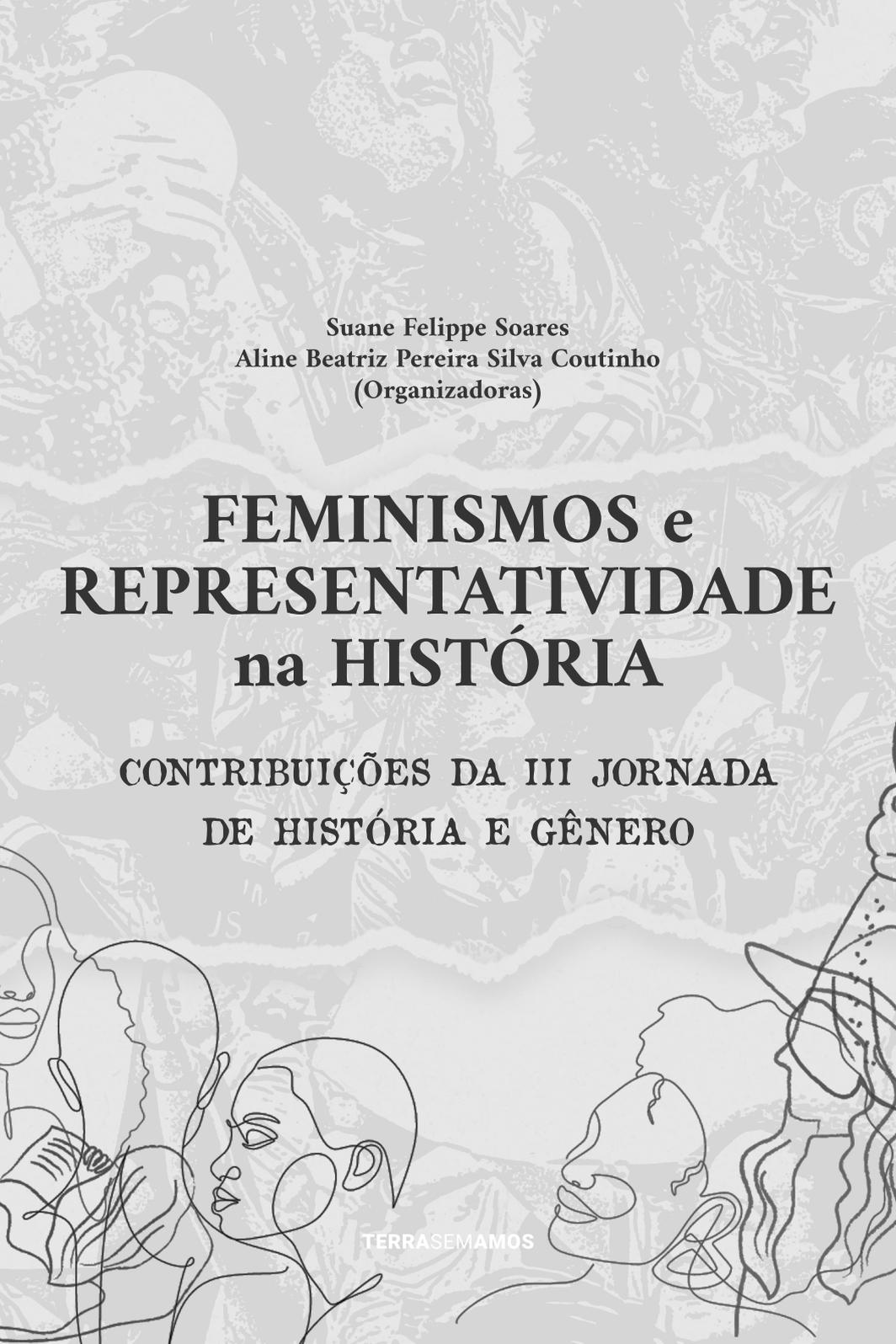


Suane Felipe Soares
Aline Beatriz Pereira Silva Coutinho
(Organizadoras)

FEMINISMOS e REPRESENTATIVIDADE na HISTÓRIA

CONTRIBUIÇÕES DA III JORNADA
DE HISTÓRIA E GÊNERO

TERRASEMAMOS



Suane Felipe Soares
Aline Beatriz Pereira Silva Coutinho
(Organizadoras)

FEMINISMOS e REPRESENTATIVIDADE na HISTÓRIA

CONTRIBUIÇÕES DA III JORNADA
DE HISTÓRIA E GÊNERO

TERRASEMAMOS

© Editora Terra sem Amos, 2024.
© Suane Felipe Soares (organizadora), 2024.
© Aline Beatriz Pereira Silva Coutinho (organizadora), 2024.

Grupo de Trabalho de Estudos de Gênero da Associação Nacional de História do Rio de Janeiro (ANPUH-RJ)

Editora Terra sem Amos
instagram: @tsa.editora • facebook: /tsaeditora
twitter: @tsaeditora • tsa.editora@gmail.com

Edição:
Alexandre Wellington dos Santos Silva

Fotos:
Manifestação “Todas contra a PEC 181” (2018)
Foto: Bernargo G.
Marcha das Margaridas (2019)
Foto: Pedro França/Agência Senado
Marcha das Mulheres Indígenas (2019)
Foto: Douglas Freitas/Apib Comunicação

LICENÇA CREATIVE COMMONS (CC BY-NC)
Atribuição-NãoComercial

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir deste trabalho para fins não comerciais, e embora os novos trabalhos tenham de atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

5676 s Soares, Suane Felipe & Coutinho, Aline Beatriz Pereira Silva (orgs.).

Feminismos e representatividade na História: contribuições da III Jornada de história e Gênero. Editora Terra sem Amos: Parnaíba, 2024.

221p.

ISBN: 978-65-89500-94-0 (e-book)

DOI: 10.5281/zenodo.13906014

1. Gênero. 2. Feminismo 3. História I. Suane Felipe Soares. II. Aline Beatriz Pereira Coutinho. III. Título

CDD: 305.4

900

Índice para catálogos sistemáticos:

1. Mulheres (Feminismo, Estudos de Gênero): 305.4
2. História: 900

Sumário

APRESENTAÇÃO

Perspectivas feministas: denúncias, presenças e ativismos	06
--	-----------

Perspectivas feministas: denúncias, presenças e ativismos

CAPÍTULO I

Violência contra a mulher: algumas reflexões	
<i>Lana Lage da Gama Lima</i>	13

CAPÍTULO II

O gênero nas tramas da historiografia: História de gênero e das mulheres desde a Bahia	
<i>Alessandro Cerqueira Bastos, Artur Vitor de Araújo Santana e Maria Aparecida Prazeres Sanches</i>	30

CAPÍTULO III

Maria Lacerda de Moura: anarcofeminismo, vegetarianismo e antivivisseccionismo	
<i>Patrícia Lessa</i>	52

CAPÍTULO IV

Aspectos históricos da saúde das mulheres em perspectiva de gênero e interseccional do século XVII ao XXI	
<i>Eliza Teixeira Toledo, Larissa Velasquez de Sousa e Thayane Lopes Oliveira</i>	70

Mulheres negras e originárias: resistências e memórias

CAPÍTULO V

Gênero e decolonialidade: perspectivas para o ensino de História	
<i>Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho</i>	92

CAPÍTULO VI

- “Mamelucas, mulatas, tapuias, mestiças, negras”:
Apontamentos para uma história das mulheres nos
sertões escravistas e do pós-emancipação na Bahia**
Miléia Santos Almeida e Simony Oliveira Lima.....106

CAPÍTULO VII

- Gênero e história das mulheres no continente afri-
cano: diálogos e perspectivas no GT de gênero da
Anpuh-RJ**
Núbia Aguiar.....130

Mulheres, força e fé

CAPÍTULO VIII

- O “entre-lugar” dos discursos feministas nas sociedades
árabe-muçulmanas pós-coloniais: o feminismo secular
marroquino e o movimento amazigh**
Fernanda Gabrielly Terra Moura.....146

CAPÍTULO IX

- Desorientando os gêneros: reflexões e possibilidades do
conceito “orientalismo” nos estudos de gênero**
Francismara de Oliveira Lelis e Luciana Nogueira da Silva169

CAPÍTULO X

- Mulheres no centro do conhecimento: uma análise a
partir do feminismo decolonial**
*Allana Letticia dos Santos, Emmanuela Harakassara
Rodrigues de Lima e Renata Cavazzana da Silva*.....189

CAPÍTULO XI

- Vida religiosa feminina: memórias, trajetórias,
experiências e escritos de mulheres**
Marcella de Sá Brandão e Scheyla Taveira da Silva.....204

Apresentação

O presente livro é fruto da **III Jornada de História e Gênero: feminismos e representatividade na história**, realizada entre os dias 15 e 23 de julho de 2022, de forma remota e construída pela equipe do Grupo de Trabalho de Estudos de Gênero da Anpuh do Rio de Janeiro. Esse evento se tornou um marco na história recente do GT Rio, tanto por sinalizar o retorno de nossas atividades de forma marcante, com a realização de um evento de abrangência nacional, quanto por ser esse um evento de resistência. Resistência pois as pesquisas relacionadas às temáticas de gênero e sexualidade vem sofrendo com constantes perseguições pelo avanço da extrema direita e fundamentalismo religioso no país. Assim, um evento organizado de forma autônoma, sem apoio financeiro institucional e por meio de arrecadação de taxa simbólica de inscrição – destinada para custear as plataformas digitais necessárias para transmissão, os anais do evento e a presente publicação – sinaliza que apesar de conjunturas políticas não propícias é possível produzir um evento por meio de uma forte articulação interna das integrantes do GT Rio. Idealizamos esse livro como um lugar de memória da nossa gestão e do momento que o GT Rio e o país estavam atravessando, apostando na autogestão, na autonomia financeira e na força e vontade das mulheres em escreverem a História.

Convidamos professoras que foram e são importantes para a história do GT Rio, as coordenações dos Simpósios Temáticos e nossa equipe de estudantes, professoras e pesquisadoras,

que integram e fazem o GT Rio acontecer no cotidiano. O fio condutor que une os capítulos é o enfoque de gênero e a história das mulheres e das resistências antipatriarcais. Precisamos lembrar que o evento ocorreu no período das eleições presidenciais mais intensas das últimas décadas, no cenário nacional, e que historicamente a instabilidade política recai sobre as mulheres, as pessoas negras e/ou LGBTI+, quer dizer, sobre os grupos minoritários, de forma muito mais perversa na sociedade.

O livro está dividido em três partes temáticas. Não buscamos uma história imparcial e tampouco um caminho suave. Começamos nosso trabalho apresentando a primeira sessão, que optamos por chamar de ***Perspectivas feministas: denúncias, presenças e ativismos***. O primeiro capítulo é primoroso e foi intitulado *Violência contra as mulheres: algumas reflexões*. Tivemos a imensa honra de recebê-lo, de nossa fundadora, a Prof.^a Dr.^a Lana Lage, que discorreu sobre aspectos atuais do feminicídio e da violência contra as mulheres. O trabalho traz a perspectiva que buscamos para o livro, algo realista e centrado na crítica aos padrões de sociedade que vulnerabilizam as minorias e se perpetuam a fim de manter o cenário de exclusão social.

No segundo capítulo da sessão de abertura, *O gênero nas tramas da historiografia: história de gênero e das mulheres desde a Bahia*, escrito em parceria por Alessandro Cerqueira Bastos, Artur Vitor de Araújo Santana e Maria Aparecida Prazeres Sanches, é empreendida uma revisão histórica dos caminhos que a história dos estudos de gênero trilhou, a partir da Bahia, para chegar à atualidade. É um importante ponto de partida para ambientar o debate que discorreremos ao longo do livro e uma contribuição fundamental para repensarmos o lugar da temática na escrita da História.

O terceiro capítulo que compõe esse bloco de abertura é um presente especial que a professora Patrícia Lessa nos entregou. De escrita primorosa, a professora nos ensina sobre a vida ímpar que Maria Lacerda de Moura teve, envolta em temas extremamente polêmicos ainda hoje, com a sabedoria de uma guerreira a frente de seu tempo. Em *Maria Lacerda de Moura: anarcofeminismo, vegetarianismo e antiivivicionismo*, podemos vislumbrar o que foi o comprometimento prático, teórico e político dessa militante com a causa das mulheres e dos animais, temas que hoje são sabidamente reconhecidos como feministas, ou ecofeministas.

O último trabalho desta sessão é de Eliza Teixeira Toledo, Larissa Velasquez de Sousa e Thayane Lopes Oliveira, no qual as autoras abordam a “condição feminina” relacionada ao adoecimento e direitos das mulheres a partir do século XVII, mostrando as barreiras enfrentadas por mulheres e impostas a partir de lentes patriarcais, que normalizaram e cristalizaram verdades objetificantes sobre os corpos femininos. Assim, *Aspectos históricos da saúde da mulher em perspectiva de gênero e interseccional do século XVII ao XXI*, é uma leitura necessária para o aprofundamento da compreensão sobre a questão da saúde feminina na história, na medicina e em outras áreas do conhecimento.

Após estes quatro capítulos, avançamos para a segunda sessão do livro, sobre ***Mulheres negras e originárias: resistências e memórias***. A abertura dessa sessão é feita com o capítulo da professora Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho, nominado de *Gênero e decolonialidade: perspectivas para o ensino da História*. Nele se apresenta questionamentos interessantíssimos acerca de sua atuação enquanto professora de História no ensino médio e no ensino superior. A autora constrói uma linha argumentativa que nos leva a repensar o conteúdo esco-

lar, atenta aos processos de manutenção das estruturas racistas e machistas que são perpetuadas nos espaços educacionais.

Em “*Mamelucas, mulatas, tapuias, mestiças, negras*”: *Apontamentos para uma história das mulheres nos sertões escravistas e do pós-emancipação na Bahia*, Miléia Santos Almeida e Simony Oliveira Lima nos introduzem aspectos fundamentais das estruturas raciais dos sertões do rio São Francisco e o alto sertão da Bahia, no contexto dos séculos XIX e XX, para compreendermos por meio das experiências das sertanejas as relações de poder nas sociedades pós-abolição. O capítulo revela modos e ritmos de vida próprias de uma organização cultural desenvolvida em condições adversas, em função das injustiças coloniais que recaíam sobre essas mulheres, que constituíam uma sociedade essencialmente negra e indígena, na qual a população de brancos(as) representava menos de 10% do total de “almas”.

O capítulo de Núbia Aguilar é focado em debater as aproximações de suas pesquisas e dos trabalhos que recebeu no Simpósio Temático (ST) que coordenou, em parceria com Moisés Corrêa, na III Jornada de História e Gênero – Feminismos e representatividades na história, ocorrida no ano de 2022. O capítulo apresenta uma longa introdução sobre a trajetória dos estudos sobre o tema da história das mulheres, dos estudos de gênero e da História da África, especialmente após a legislação que regulamenta a obrigatoriedade das disciplinas acerca do último tema. Em seguida, a coordenadora do ST tece comentários sobre as apresentações conectando-as aos tópicos propostos ao longo da introdução. O ST prova-se profícuo e denso, com contribuições valiosas, criando um espaço importante para a valorização das histórias não contadas pela historiografia de inspiração eurocêntrica.

A terceira parte do livro é constituída de cinco capítulos, que versam sobre a temática das mulheres e religiões, que recebeu o título de *Mulheres, força e fé*. O primeiro capítulo desta sessão é assinado por Fernanda Gabrielly Terra Moura, e chama-se *O “entre-lugar” dos discursos feministas nas sociedades árabe-muçulmanas pós-coloniais: o feminismo secular marroquino e o movimento amazigh*. A autora é integrante do GT Rio e muito contribuiu para a III Jornada. Moura nos engrandece com a análise dos discursos feministas no mundo árabe-muçulmano, acrescido do elemento cultural *amazigh*, para se pensar um feminismo secular e um feminismo marroquino. O capítulo estuda o hibridismo cultural e a presença do pensamento feminista no Marrocos, para além de lógicas binárias que estabelecem oposições como eu-outro/oriente-ocidente/tradicional-moderno/religioso-secular, e compreende a importância dos elementos como classe, raça, gênero e orientação religiosa.

Ainda buscando pensar a relação Oriente x Ocidente, as historiadoras Francismara de Oliveira Lelis e Luciana Nogueira da Silva, dialogam com o clássico conceito de Edward Said no trabalho *Desorientando os gêneros: reflexões e possibilidades do conceito “orientalismo” nos estudos de gênero*. São apresentadas diversas críticas e aplicações consistentes do conceito, além de focarem nas questões de raça e gênero, a medida que apresentam a relação do tema com o cenário brasileiro. Por fim, são apresentadas contribuições gerais sobre cada trabalho apresentado no ST que as autoras coordenaram na III Jornada, para o debate acerca do termo e de suas reverberações para os estudos brasileiros sobre o tema.

O próximo texto da sessão é de Allana Letticia dos Santos, Emmanuela Harakassara Rodrigues de Lima e Renata Cavazzana da Silva, e recebeu o título de *Mulheres no centro do conhecimento: uma análise a partir do feminismo decolonial*. Por meio

da análise de importantes historiadoras brasileiras que dedicaram-se ao tema, as autoras expõem como as mulheres não eram consideradas produtoras de fé ou de conhecimento, não podiam ser tratadas como sujeitas da história religiosa, ainda que fossem suas maiores difusoras e perpetuadoras. Nesse ponto, trazem a contribuição das mulheres para as incelenças e a produção historiográfica do Cariri, no sul do Ceará.

O último texto sobre este tema, que também encerra este livro, é de Marcella de Sá Brandão e Scheyla Taveira da Silva, e centra sua análise na participação feminina na construção do conhecimento a partir da vida religiosa de matrizes eurocêntricas, especialmente as religiões de matriz judaico-cristãs. Em *Vida religiosa feminina: memórias, trajetórias, experiências e escritos de mulheres*. As autoras analisam aspectos e marcos históricos da participação das mulheres na religiosidade brasileira, com foco na trajetória da vida religiosa de mulheres católicas e os estudos de gênero. Ao final, são sintetizadas as discussões que emergiram durante o ST coordenado pelas autoras na III Jornada e suas respectivas conexões com o tema proposto.

Desejamos uma boa leitura!

Aline Beatriz Pereira Silva Coutinho

Suane Felipe Soares

PRIMEIRA SESSÃO:

**Perspectivas feministas:
denúncias, presenças e
ativismos**

Violência contra a mulher: algumas reflexões

Lana Lage da Gama Lima¹

Resumo: O texto apresenta algumas reflexões sobre a questão da violência contra a mulher a partir de pesquisa de abrangência nacional, realizada em 2022, destacando as diferentes concepções sobre esse fenômeno social percebidas através de seus resultados, comparando esses dados aos de outras pesquisas anteriores e contemporâneas.

Palavras-chave: Gênero; Violência contra a mulher; Feminicídio; Lei Maria da Penha.

Como venho trabalhando há muitos anos com a questão da violência contra a mulher, não somente como pesquisadora, mas também, desde 2004, como integrante da Comissão de Segurança da Mulher do Conselho Estadual de Direitos da Mulher do Rio de Janeiro, escolhi, para essa publicação, apresentar algumas reflexões esse tema.

No dia 17 de novembro de 2022, foi divulgada pelo site G1 da Rede Globo uma pesquisa realizada em outubro daquele ano pelo Instituto Inteligência em Pesquisa e Consultoria Es-

1 Professora titular de História Social (Universidade Estadual do Norte Fluminense-UENF), doutora em História Social (Universidade de São Paulo-USP), pesquisadora associada do Instituto de Estudos em Administração Institucional de Conflitos-INCT-InEAC da Universidade Federal Fluminense-UFF. Uma primeira versão deste texto foi apresentada no V Encontro Nacional do GT de Gênero da ANPUH Brasil- V ENGTEG (2022).

tratégica - Ipec, em parceria com o Instituto Patrícia Galvão e o Instituto Beja, sobre a violência contra as mulheres no Brasil.

A partir desses e de outros dados recentes, comparados a resultados obtidos em pesquisas anteriores, focalizo a permanência da violência contra as mulheres ao longo da nossa história, sem esquecer, no entanto, os avanços no seu enfrentamento.

Em primeiro lugar, gostaria de destacar que a pesquisa citada aponta que 50% das pessoas entrevistadas por telefone, num universo de 1.200, sendo 800 mulheres e 400 homens, afirmaram conhecer pessoalmente alguma mulher que sofria ou já havia sofrido algum tipo de agressão por parte do atual ou do antigo companheiro. No entanto, apenas 6% dos homens admitiram já terem cometido violência doméstica. Assim também, uma em cada dez mulheres relatou ter sido submetida a relações sexuais forçadas por seus parceiros, embora nenhum dos homens entrevistados tenha admitido ter cometido esse tipo de violência.

A discrepância entre esses números aponta para o fato de que, apesar dos quase quarenta anos da implantação da primeira delegacia especializada de atendimento à mulher no Brasil, em 1985, e dos quase vinte de vigência da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), o conceito de violência de gênero, construído pelos movimentos feministas, ainda não foi incorporado pela maioria dos homens, e que muitos dos atos e atitudes que foram legalmente definidos e punidos como violência contra as mulheres continuam a ser naturalizados pelos seus companheiros nas relações conjugais. Aponta também para o fato de que, para grande parte dos homens, o modelo patriarcal de família (Lima e Souza, 2015, p.515-520), que pressupõe a dominação sobre a mulher e o direito de puni-la, continua regendo essas relações.

Por outro lado, das 800 mulheres entrevistadas, 36% afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência doméstica, incluindo as cinco modalidades definidas na Lei Maria da Penha: patrimonial, sexual, física, moral e psicológica. Entre esses tipos de violência, a psicológica foi apontada em primeiro lugar, com 27% das menções; seguida das agressões físicas com 17%; da violência moral com 13%; da sexual, com 10% e da patrimonial, com 7% das menções.

É muito significativo que a violência psicológica seja a mais mencionada nas respostas femininas, pelo fato de que atos como “ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir” (Lei 11.340/2006, art. 7, § II) eram considerados, há não muito tempo atrás, como atitudes que não caracterizavam necessariamente violência conjugal. Afinal, num passado mais remoto, mesmo a violência física era vista como elemento integrante do cotidiano conjugal e, embora seja atualmente considerada como um comportamento que extrapola as relações normais entre marido e mulher, essa forma de violência continua a ser praticada e até justificada por muitos. Portanto, o fato de mulheres classificarem como violência atitudes costumeiras, que há bem pouco tempo eram aceitas no cotidiano conjugal, aponta para a subjetivação do conceito ampliado de violência doméstica e familiar, tal como foi definido e divulgado pela Lei Maria da Penha.

Outro dado bastante significativo é o aparecimento no relato das mulheres da violência sexual cometida por seus companheiros. Afinal, a ideologia patriarcal sempre considerou a submissão sexual ao marido como obrigação para as mulheres, sendo a ideia de que pode haver estupro dentro do casamento algo absolutamente impensável durante muito

tempo. Essa visão prevalece entre os homens entrevistados e é legitimada pela concepção cristã da obrigação de cumprir com o débito conjugal, que embora seja válida para ambos os cônjuges, sempre foi, na prática dirigida principalmente às mulheres. Nesse ponto, os antigos tratados de Teologia Moral são bem claros. Cabe ao homem exigir explicitamente o débito, enquanto a mulher deve se restringir a insinuar para o marido o seu desejo, como forma de preservar seu recato e moral (Lima, 1986, p. 81).

Portanto, a pesquisa indica que a desnaturalização de determinados comportamentos antes aceitos como normais numa relação conjugal é maior entre as mulheres, se comparada à percepção dos homens, o que pode ser resultado das inúmeras campanhas públicas dirigidas diretamente às mulheres, estimulando-as a não permanecerem em situação de violência e denunciarem seus agressores.

É significativo também a proporção entre o número de pessoas que afirmaram que, ao tomarem conhecimento desses casos, recomendariam às mulheres que procurassem manter essas relações abusivas e o número das que as incentivariam a sair delas: 8% recomendariam que procurassem a igreja; 7% que mudassem o comportamento para não irritar o companheiro e 6% que considerassem fazer as pazes com o agressor. Mas, 48% as aconselhariam a terminarem o relacionamento, enquanto 53% que denunciassem as agressões à polícia. Essa proporção aponta para uma mudança de sensibilidade na sociedade diante desse tipo de violência, apesar de apenas 6% dos 400 homens entrevistados negarem terem cometido atos desse tipo.

Em um texto publicado em 2012, eu e Maria Beatriz Nader procuramos captar essa mudança de mentalidade com relação ao assassinato de mulheres, numa época em que não havia a

Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015), que tipificou esses crimes, motivados por questões de gênero. Tendo como fonte a imprensa, acompanhamos notícias sobre mulheres assassinadas por seus parceiros entre 1905 e 2010, e pudemos perceber mudanças de atitude com relação a inculpação e punição efetiva dos acusados, não só na própria mídia, pela forma de abordagem dos casos, mas também nos tribunais, pelos trâmites processuais e as sentenças veiculados nos jornais e revistas. Percebemos também que as novas concepções sobre esses crimes, refletidas nas condenações e penalidades impostas, coexistiam com aquelas que ainda transformavam as vítimas em culpadas, justificando os assassinatos pelo comportamento desviante das mulheres com relação aos padrões morais socialmente aceitos e baseando-se na figura jurídica da legítima defesa da honra para absolver os assassinos ou atenuar a pena (Lima e Nader, 2012). E ainda que hoje as justificativas para o feminicídio tenham sido reduzidas, infelizmente, esse tipo de crime continua a ceifar a vida das mulheres brasileiras.

Dados do boletim *Elas Vivem*, da Rede de Observatórios de Segurança, divulgados pelo Instituto Patrícia Galvão, apontam o registro de 510 feminicídios em 2022. Esses dados são resultado do monitoramento de atos de violência contra as mulheres em sete estados brasileiros (BA, CE, PE, SP, RJ, MA e PI), a partir das notícias veiculadas nos meios de comunicação e nas redes sociais. No estado do Rio de Janeiro, o Tribunal de Justiça registrou 118 casos em 2022, que representaram um aumento de 25,5% com relação ao ano anterior. O Dossiê Mulher, publicado pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, a partir de dados registrados pela polícia, indica que 85 mulheres foram vítimas de feminicídio no estado em 2021 e 81,2% dos assassinos eram companheiros ou ex-companheiros das vítimas. Entre eles, 55,4% tinham antecedentes criminais e 69,4% das mortes ocorreram dentro

de uma residência. Entre as mulheres assassinadas, 14 haviam obtido medida protetiva na tentativa de manter os agressores à distância. No Brasil, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2022, publicado no site do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, 1.341 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2021. Entre os assassinos, 81,7% eram seus companheiros ou ex-companheiros e 65,6% das mulheres morreram dentro de casa, números que correspondem aos que foram encontrados no Rio de Janeiro, confirmando uma tendência generalizada nos dados de violência contra a mulher.

O fato de a pesquisa do Ipec/Patrícia Galvão/Beja indicar que cerca de 50% dos entrevistados, ao tomarem conhecimento de casos de violência conjugal, aconselhariam as mulheres a romper com a relação abusiva e denunciar o agressor à polícia evidencia uma mudança na visão da sociedade brasileira sobre as relações dentro do matrimônio. Mas, como acontece com relação ao feminicídio, essa mudança de atitude está longe de propiciar que a violência contra a mulher seja erradicada das relações conjugais. É vale notar que 21% das pessoas entrevistadas responderam que, nesses casos, recomendariam o conformismo e a manutenção do casamento.

O Anuário Brasileiro de Segurança de 2022 indica o registro de 230.861 agressões por violência doméstica e 370.209 medidas protetivas de urgência concedidas. É significativo a existência de 8.390 casos identificados como violência psicológica, o que indica que a caracterização desse tipo de atitude como violência tem sido difundida na sociedade brasileira.

A pesquisa indica ainda que mais de metade das mulheres em situação de violência (55%) reagiu às agressões terminando o relacionamento, embora, somente uma mulher em cada cinco tenha denunciado o parceiro às autoridades po-

liciais e/ou contado o ocorrido para um amigo ou familiar. Indica também que apenas 8% das mulheres agredidas não tiveram nenhuma reação, o que considero bem pouco diante das imensas dificuldades e obstáculos que precisam enfrentar para efetivar uma denúncia, e que passam pela dependência material e psicológica, pelo medo da reação do companheiro, pela existência de filhos, pela pressão familiar e social, pelo atendimento inadequado e precariedade dos equipamentos da Rede de Atendimento à Mulher, entre outros fatores.

Como obstáculos ao rompimento com uma relação violenta, foram apontados na pesquisa a dependência econômica (53%), o medo de ser assassinada (43%), o medo de perder a guarda dos filhos (42%), a dependência afetiva (36%), o medo de novas agressões (33%) e a vergonha de sofrer esse tipo de violência (21%).

Quase totalidade dos entrevistados (99%) considerou necessário ampliar o número de serviços de assistência à mulher em situação de violência, e 98% apontaram a necessidade de se expandir o número de delegacias especializadas para todos os municípios brasileiros. No estado do Rio de Janeiro, entre os seus 92 municípios, apenas quatorze contam atualmente com esse equipamento.

Com relação às delegacias especializadas, embora seja evidente que ainda são numericamente insuficientes no país, é preciso ressaltar que não basta aumentar o seu número, é preciso também aprimorar o serviço prestado, ainda que, de um modo geral, apresentem um atendimento mais adequado às especificidades desse tipo de violência do que as delegacias não especializadas.

Em 2007, publiquei um texto sobre o atendimento policial às mulheres, a partir de pesquisa etnográfica realizada no ano anterior na primeira Delegacia Especializada de Atendimento

à Mulher - DEAM do Rio de Janeiro. No texto, analiso a conjuntura histórica da criação dessa delegacia, em 1985, e focalizo suas práticas de administração de conflitos, destacando os limites de ordem cultural, além da precariedade material, para o seu funcionamento, a começar pela crença, arraigada entre os policiais, de que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”.

Vale notar que os resultados da minha pesquisa, realizada em 2006, corroboraram as observações feitas por Elaine Reis Brandão a partir de pesquisa efetuada dez anos antes nessa mesma unidade policial (Brandão, 1998). Assim como ela, verifiquei que os policiais, mesmo estando lotados nessas delegacias, continuavam a discordar que a solução penal fosse o melhor caminho para resolver esses conflitos e que essa visão, muitas vezes partilhada pelas próprias mulheres, dificultava o atendimento a esses casos e, conseqüentemente, o recurso à polícia como instância administradora desse tipo de violência.

Essas dificuldades se espelhavam na prática da suspensão da queixa, numa conjuntura jurídica em que a lesão corporal contra a mulher decorrente de violência doméstica e familiar não era caso de ação penal pública incondicionada, como se tornou em 2012 (ADI 4.424 do STF), e dependia da denúncia da vítima. A pesquisa de 2006 também confirmou o que havia sido verificado em 1996 por Elaine Brandão, que era o fato da retirada da queixa ser, ao mesmo tempo, criticada e favorecida pelos policiais. Assim, enquanto advertiam as vítimas dos transtornos que o prosseguimento do caso causaria nas suas vidas, usavam as reiteradas suspensões das denúncias como justificativa para não levarem a sério os depoimentos das mulheres, desqualificando seu crédito (Lima, 2007).

Na verdade, foi possível atestar a desvalorização do próprio conflito caracterizado na lei como violência doméstica,

denominado no jargão policial como “feijoadá” e “fubasada”, não por acaso termos que remetem ao espaço da cozinha, considerado feminino, e que indicavam conflitos de menor importância, que não deviam ser levados a sério e que nem mesmo constituíam verdadeiramente casos de polícia (Lima *et al*, 2010, p. 170).

Portanto, a necessidade de ampliação do número de delegacias especializadas, apontada pela quase totalidade das pessoas entrevistadas não será suficiente se não houver uma eficaz capacitação de seus agentes para prestar esse atendimento, promovendo uma efetiva mudança na forma como encaram a violência contra a mulher, sobretudo nas relações conjugais. Afinal, o peso da ideologia patriarcal nas representações sociais de gênero ainda predominantes na sociedade brasileira, sobretudo quando referentes às relações conjugais, atua no sentido de que os conceitos construídos pelos movimentos feministas para caracterizar esse tipo de violência, e que presidiram a criação das delegacias especializadas, não sejam internalizados pelos policiais. Como aponta Roger Chartier, as representações sociais não são discursos neutros, correspondem aos interesses dos grupos sociais que as formulam e legitimam suas escolhas e condutas (Chartier, 1990, p. 17). Em uma sociedade estruturada a partir do modelo patriarcal de relações sociais, essas representações naturalizam a submissão feminina, sobretudo nas relações conjugais. E essa visão é compartilhada pelos policiais. Apesar disso, a comparação entre o atendimento prestado às mulheres em situação de violência nas delegacias especializadas e nas distritais mostrou que não se pode negar o avanço que essas delegacias representaram, no sentido de suas práticas se adequarem melhor aos princípios que nortearam a elaboração da Lei Maria da Penha e à própria criação dessas unidades (Lima e Souza, 2009, p. 82).

Entre os 701 entrevistados na pesquisa Ipec/ Patrícia Galvão/ Beja, que afirmaram conhecer pessoalmente alguma mulher que sofria ou já tinha sofrido algum tipo de agressão do parceiro, 13% relataram que nada fizeram, 15% informaram não terem se envolvido por acreditarem que “não se deve meter em briga de casal” e apenas 12% disseram ter procurado a polícia. Esses números também confirmam a permanência de uma cultura patriarcal que considera os conflitos familiares como questões privadas, legitimando ainda hoje velhas práticas que espelham a convicção de que, nas relações conjugais, é direito dos homens punir as mulheres. E atestam também o descrédito na ação da polícia e da justiça como instâncias eficientes de administração desses conflitos, descrédito justificado por várias pesquisas que indicam a deficiência do atendimento policial e jurídico prestado nos casos de violência contra as mulheres. O crédito conferido às suas denúncias passa sempre pela avaliação de suas aparências e comportamento, e a culpa pelas agressões é muitas vezes atribuída às próprias vítimas (Lima, 2007, pp. 31-32).

Apesar disso, o Dossiê Mulher, publicado pelo Instituto de Segurança Pública - ISP do estado do Rio de Janeiro em março de 2023, apresentando os dados consolidados de 2021, fornecidos pelos registros de ocorrências da Secretaria e Estado de Polícia Civil do Rio de Janeiro - SEPOL, aponta que as mulheres têm procurando a polícia para administrar os seus conflitos. No total, 111.879 mulheres foram vítimas dos mais diversos tipos de violência. Nos registros, a violência psicológica é a mais denunciada (32,9 %dos casos), seguida da violência física (31,2%), moral (23,0%), da sexual (5,6%) e da patrimonial (4,8%). É interessante notar que essa escala corresponde, em ordem de grandeza, aos resultados obtidos pela pesquisa Ipec/ Patrícia Galvão/ Beja, mencionados acima, evidenciando mais uma vez que o conceito de violência

psicológica, tal como definido na Lei Maria da Penha, foi interiorizado por uma parcela significativa das mulheres.

Com relação ao perfil das vítimas, o Dossiê Mulher aponta que 44,9% das mulheres são classificadas como brancas e 38,2% como pardas. Mas se somarmos a esse último percentual às mulheres que aparecem como negras (14,6%), temos um total de 52,8% de mulheres não brancas como denunciantes. Considerando todas elas, 48,3% são solteiras e 56,2% têm entre 30 e 59 anos de idade. As solteiras representam 48,3% e as casadas ou que coabitam com o companheiro são 30,9% das mulheres. Entre os agressores, 50,1% são companheiros ou ex-companheiros das vítimas e 59,9% dos casos ocorreram dentro de suas residências, confirmando o perfil clássico da violência contra a mulher. Entre todos os casos registrados, 61,6% foram enquadrados na Lei Maria da Penha.

É significativo também que 69% dos entrevistados na pesquisa Ipec/ Patrícia Galvão/ Beja, de 2022, tenham expressado uma visão negativa sobre a forma como a justiça trata esses casos. E que 85% acreditem que os homens estão cientes de que cometem um crime quando praticam atos de violência contra suas parceiras, mas se sentem protegidos pela sensação de impunidade. Percepção que é maior entre as mulheres do que entre os homens.

Com o intuito de melhorar o atendimento jurídico aos casos de violência de gênero, a Lei Maria da Penha previu a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, como órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal. A criação desses juizados causou muita polêmica, com críticas e resistências, assim como acontecera antes com as delegacias especializadas (Lima et al, 2010, pp. 176-185). Antes da Lei Maria da Penha, a lesão corporal, que tipificava grande parte da violência de gênero registrada nas

delegacias, era enquadrada na Lei 9.099/95, que criou os Juizados Especiais Criminais, como infrações de menor potencial ofensivo e os agressores acabavam tendo como penalidade o pagamento de cestas básicas, o que desmoralizou a punição por esse tipo de crime. A Lei Maria da Penha impediu que esses delitos, quando cometidos no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher, fossem julgados pela Lei 9.099/95. No entanto, mudar a mentalidade dos operadores do Direito sobre esses crimes contra a mulher constitui um processo que continua até hoje, na medida em que os preconceitos de gênero comuns à ideologia patriarcal, ainda predominante no meio jurídico brasileiro, continuam influenciando no tratamento jurídico dispensado a esses casos.

Em artigo publicado com Luana Rodrigues, acompanhamos as práticas do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Campos dos Goytacazes, a partir de pesquisa realizada em 2011 e 2012, analisando as razões do grande número de renúncias por parte das vítimas em prosseguir com a ação penal. Verificamos que esse juizado dividia o mesmo espaço físico e também o mesmo juiz com o Juizado Especial Criminal e que, apesar de a Lei Maria da Penha retirar a violência doméstica da Lei 9.099/95, a lógica de celeridade continuava sendo aplicada a esses casos. Assim, a forma de atuação do juiz em audiências coletivas, denominadas coloquialmente como audiências de “pautão”, levava as mulheres a desistir de dar continuidade aos processos, numa época em que a ação penal nesses casos ainda era condicionada à denúncia da vítima. Nessas audiências, que reuniam um grupo de cerca de 15 mulheres e tinham duração média entre 15 e 25 minutos, o juiz apelava para os sentimentos das mulheres com relação à família e ao casamento, apontando para os transtornos que adviriam da continuação do processo. O resultado de oito audiências observadas foi que, das 210 mu-

lheres que compareceram, somente 25 deram continuidade à ação penal (Lima e Rodrigues, 2014).

Essa situação não está muito distante do que acontece de um modo geral com as mulheres que, ultrapassando as dificuldades encontradas nas delegacias, conseguem chegar até os tribunais. A atitude dos operadores do Direito diante desses conflitos vem se somar aos inúmeros constrangimentos e pressões que as mulheres sofrem para não levar adiante o caso, também apontados na pesquisa Ipec/Patrícia Galvão/Beja. Mesmo assim, 93% dos 1.200 entrevistados concordaram que, ao perceber situações de violência doméstica contra a mulher, as pessoas devem se mobilizar para apoiar a vítima e/ou denunciar o agressor, o que indica que, apesar do descrédito quanto a eficácia da ação das instâncias policial e judiciária na administração satisfatória desses conflitos, a sociedade ainda acredita no direito penal como instrumento importante no enfrentamento a esse tipo de violência. E, de fato, mesmo com todas as dificuldades na sua aplicação, a Lei Maria da Penha tem funcionado como um agente coibidor em muitas situações de risco para a mulher, impulsionando uma mudança de mentalidade na sociedade com relação a esses crimes.

O Observatório Judicial de Violência contra a Mulher, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro divulgou em seu site que, em 2022, tramitaram 8.045 ações penais por lesão corporal, 3.821 por ameaça, 588 por injúria e 231 por violação de domicílio, entre outros crimes. Esses dados são apenas a ponta do iceberg da violência contra a mulher no estado, mas indicam que o judiciário tem sido procurado, apesar de todas as suas falhas. A multiplicação de órgãos e núcleos especializados nesse tipo de violência, bem como as campanhas de sensibilização junto aos operadores do direito, são fundamentais

para a melhoria desse atendimento e para não deixar que a impunidade estimule esses crimes.

Também é fundamental o fortalecimento de toda a Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, em seus múltiplos aspectos de acolhimento, orientação jurídica e psicológica, geração de renda etc, para fazer frente a esse tipo de violência covarde e insidiosa que atinge a mulher em sua própria casa, onde teoricamente deveria se sentir segura e protegida. Nesse sentido, a recuperação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que sofreu um processo de sucateamento e descaracterização nos quatro anos de desgoverno bolsonarista, é imprescindível como instância articuladora e promotora de políticas para as mulheres nos níveis federal, estadual e municipal. E para que possam ser formuladas políticas públicas adequadas à realidade brasileira, é necessário que se desenvolvam pesquisas de natureza quantitativa e qualitativa para que esse terrível fenômeno social seja conhecido em suas reais dimensões e características próprias.

Finalmente, é preciso enfrentar o retrocesso cultural com relação às conquistas dos movimentos feministas na garantia dos direitos das mulheres, ampliando as vozes contra a demonização do conceito de gênero, transformado por grupos religiosos fanatizados em ideologia destruidora da família e da sociedade.

A violência contra a mulher só pode ser compreendida através da análise de como se estruturam as desigualdades de gênero, levando em conta a interseccionalidade entre sexo/gênero, raça/etnia, classe, orientação sexual, deficiências etc, como apontou, em 1990, a jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw (Hirata, 2014, pp. 61-73) e, no Brasil, Lélia Gonzalez, em 1984 (Carneiro, 2014, p. 73). E a compreensão de sua dinâmica social passa necessariamente pela desnatu-

realização das relações sociais entre homens e mulheres e sua inserção na história, deslocamento que o conceito de gênero, em suas múltiplas acepções, tem viabilizado.

Bibliografia

Sites

G1. Metade dos brasileiros conhece uma mulher que já foi agredida pelo parceiro ou ex, mas 94% dos homens dizem nunca ter agredido, diz IPEC. São Paulo, 17 nov. 2022. Disponível em: <<https://tinyurl.com/4jfszxae>>.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça. Observatório Judicial da Violência contra a Mulher. Ações distribuídas. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y4kasv8m>>.

_____. Femicídio: dados estatísticos. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3k3rkc5r>>.

_____. Publicações. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2p8mhv84>>.

AGÊNCIA PATRICIA GALVÃO. Dependência econômica do parceiro, medo de morrer e de perder a guarda dos filhos são os principais motivos que impedem mulheres de deixar relações violentas. Disponível em: <<https://tinyurl.com/aevuutjh>>.

_____. Elas vivem: dados que não se calam. 3. ed. Rede de Observatórios de Segurança, 2023. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yj5nbcfp>>.

ARQUIVO PRODERJ. Infográfico do dossiê da mulher 2022. Rio de Janeiro, [2022?]. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yfcnpwvb>>.

Livros e revistas

BRANDÃO, Elaine Reis. Violência conjugal e o recurso feminino à polícia. In: BRUSCHINI, Cristina; HOLANDA,

Heloisa Buarque de (Orgs.). *Horizontes Plurais: Novos Estudos de Gênero no Brasil*. São Paulo: Editora 32, 1998, p. 51-84.

CARNEIRO, Sueli. *Lélia Gonzalez: o feminismo negro no palco da história*. Brasília: Abravídeo, 2014.

CHARTIER, Roger. *História Cultural entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1990.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n. 1, jun. 2014, pp. 61-73.

LIMA, Lana Lage da Gama. Aprisionando o desejo. Confissão e sexualidade. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *História e Sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 65-88.

_____. As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher no Rio de Janeiro: uma análise de suas práticas de administração de conflitos. In: NADER, Maria Beatriz; LIMA, Lana Lage da Gama (Orgs.). *Família, Mulher e Violência*. Vitória, ES: PPGHis, 2007. p. 19-38.

LIMA, Lana Lage da Gama; SOUZA, Suellen André de. Representações de gênero e atendimento policial às mulheres vítimas de violência. *Revista Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 61-85, jul./dez. 2009.

LIMA, Lana Lage da Gama et al. As delegacias especializadas de atendimento à mulher no Estado do Rio de Janeiro na visão de suas delegadas. In: KANT, Roberto de Lima et al. (Orgs.). *Conflitos, Direitos e Moralidades em Perspectiva Comparada*, vol. I. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 163-190.

LIMA, Lana Lage da Gama; NADER, Maria Beatriz. Da legitimação à condenação social. In: PEDRO, Maria Joana; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 286-321.

LIMA, Lana Lage da Gama; RODRIGUES, Luana. Gênero e justiça. Administração de conflitos no Juizado de Violência doméstica e Familiar em Campos dos Goytacazes. *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política*, Campos dos Goytacazes-RJ: UENF, v. 2, n. 1, 2014. p. 137-150.

LIMA, Lana Lage da Gama; SOUZA, Suellen André de. Patriarcado. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. p. 515-520.

O gênero nas tramas da historiografia: História de gênero e das mulheres desde a Bahia

Alessandro Cerqueira Bastos¹

Artur Vitor de Araújo Santana²

Maria Aparecida Prazeres Sanches³

Resumo: Esse texto faz uma investigação sobre as pesquisas no campo da História das Mulheres e das Relações de Gênero na Bahia. Para isso, realiza-se uma análise da produção historiográfica desde a década de 1985 até 2022. O levantamento quantitativo e qualitativo das dissertações e teses escritas por historiadoras e historiadores baianos possibilita uma compreensão intelectual das abordagens, das temáticas e das principais questões discutidas no campo de estudos.

Palavras-chave História; Bahia; Gênero; Masculinidades; Historiografia

1 Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História (UFBA). Graduado em Licenciatura em História (UEFS). Bolsista pela agência de fomento CAPES. Membro e Co-cordenador do GT de Gênero da ANPUH -Ba.

2 Professor Assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Teoria e História Literária (UNICAMP). Bolsista pela agência de fomento CNPq. Membro do GT de Gênero da ANPUH -Ba.

3 Professora Doutora Adjunto B da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Coordenadora do grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Gênero e Sexualidade, compõe o GT de Gênero da Anpuh Ba.

À Guisa de introdução

Esse texto nasce a partir da conexão de três historiadores de diferentes gerações, a saber, os dois autores foram alunos da terceira autora do texto em diversos cursos ao longo de seus processos de graduação, com o objetivo de refletir sobre a produção historiográfica referente ao campo de estudos que se convencionou a chamar de História das Mulheres e das Relações de Gênero. Ademais, vale destacar que o mote que anima essa escrita é a busca pela síntese reflexiva da extensa produção historiográfica baiana sobre relações de gênero e mulheres. Antes de prosseguirmos, é necessário refletir em que medida haveria uma historiografia baiana sobre gênero ou se na verdade seria uma história de gênero na Bahia. Seja qual for a opção adotada, igualmente nítido de nota é a evidência cada vez mais destacada de que a produção sobre gêneros não é uma exclusividade de historiadoras e historiadores sudestinos. A expansão da pós-graduação no Norte e Nordeste bem como a emergência nos bancos escolares de novos sujeitos políticos ajudam a compreender parte desse processo de descentralização da produção universitária brasileira. Mas isso não explica tudo.

Pensar como os estudos sobre mulheres e gênero foram incorporados aos estudos sobre a História da Bahia se entrelaça com a disposição de jovens historiadores que, ao adentrarem à universidade nos meados dos anos 80, cheios de expectativas frente às liberdades políticas, traziam à baila debates políticos sobre o lugar da mulher e sobre a ainda incipiente reflexão sobre as sexualidades dissidentes. Nos bancos universitários, até aquele momento, muitas disciplinas mantinham uma estrutura de conteúdo “formal”, carregado de fatos, datas e acontecimentos. Em outros campos disciplinares, a análise sobre os modos de produção e a presença de textos

marcadamente econômicos em suas sínteses macroeconômicas não permitiam que os excluídos, as mulheres e tantos outros sujeitos, emergisse para nossa compreensão sobre a História da Bahia e de nós mesmos, jovens estudantes baianos.

As análises a que tínhamos acesso sobre a História da Bahia diziam respeito, principalmente, a trabalhos produzidos pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. O diferencial se faria sentir com os trabalhos de Kátia Mattoso, Jhoíldo de Ataíde e Thales de Azevedo. Segundo Ferreira Filho (s.d, p. 6), “esses trabalhos contaram com as reviravoltas que a pesquisa histórica sofreu (...) rompendo com o tom ensaístico, teórico ou marcadamente tradicional-cronológico”⁴ que havia sido a lógica dos estudos baianos. A mescla dos estudiosos mencionados com os velhos debates foram a tônica onde novos temas e autores pouco conhecidos abriram caminhos para as pesquisas que chegavam ao recém organizado Mestrado de História (UFBA) nos anos 1990. Escritores associados aos debates da Nova História, como Marc Bloch e Lucien Febvre, e os associados à História Social Inglesa de Edward P. Thompson são alguns desses exemplos. Nesse sentido, as disciplinas de Teoria e de Historiografia aguçaram os sentidos na busca de um método que fizesse emergir diferentes sujeitos antes esquecidos ou secundarizados.

Ainda que de forma particular, as transformações que vão desdobrar em novas pesquisas sobre mulheres e gênero na Bahia dizem respeito a essas influências e sobre o desenvolvimento da História da Mulher no Brasil, associada às possibili-

4 O artigo citado foi escrito nos anos 2000, mas não foi publicado. Intitulado O trem da Alegria ou a Modernidade chega a Bahia: Notas sobre uma produção historiográfica sobre a Bahia da geração de 1990, foi incluído aqui devido a importância das considerações propostas pelo seu autor, o historiador Alberto Heráclito Ferreira Filho, a constituir um primeiro esforço de sistematizar a produção dos anos 1990.

dades abertas pelo surgimento de uma nova postura historiográfica que marcou decisivamente a historiografia brasileira e baiana a partir da década de 80.

A proposta encampada pela História Social em prol de uma história-problema em permanente diálogo com as outras ciências sociais, apropriando-se de conceitos e métodos, permitiu a emergência de novos temas como mulheres, crianças, sexualidade, discriminação e preconceito, prostituição, loucura, religiosidade, casamento, sentimentos, costumes e crenças. O que nos impulsionava era tanto as novas teorias como as questões propostas pelo movimento feminista na sua luta pela igualdade de direitos civis e pela denúncia de discriminação as quais eram submetidas as mulheres. Assim como, as mudanças operadas no fazer histórico ao trazer para a esfera de suas preocupações políticas temas e grupos sociais até então excluídos do interesse historiográfico.

A diversidade temática e a mudança dos focos de atenção do(a) pesquisador(a), levaram a trabalhos cujos temas giravam em torno da concepção que os diversos grupos sociais fizeram de si, como estes construíram suas visões de mundo. A valorização do cotidiano, dos comportamentos culturais, das relações que se desenvolveram nos espaços restritos à vida doméstica, com as pesquisas ligadas à memória popular (Del Priore, 1998, pág. 220), permitiram a inclusão das camadas populares, dos socialmente marginalizados e das mulheres, especificamente, às reflexões dos historiadores. Como afirmou Leite (1994, p. 58),

A História das Mulheres usufruiu e contribuiu para as transformações da História Nova, que alterou o conceito de documento, diversificou os objetos de estudo e trouxe à tona a vida privada e a vida cotidiana de cidades. Assim começou-se a dar às mulheres a posição de agentes históri-

cos, a partir de suas atuações nas camadas sociais, no grupo familiar e nas culturas.

A geração dos anos de 1990 que adentravam ao Mestrado de História da UFBA, ao tempo o único curso de pós-graduação *Strito Senso*, inovava nos temas, nas pesquisas e nas fontes, lendo trabalhos como o da historiadora francesa Michelle Perrot (1988) sobre as mulheres pobres de Paris e os movimentos contra a carestia se abriria uma nova perspectiva para essa história, ao contestar concepções sobre a submissão e docilidade das mulheres analisando as atitudes de resistência desenvolvidas por essas no seu cotidiano. Desse período inicial, dois trabalhos, genuinamente baianos, serviriam de inspiração para muitos outros: *Salvador das Mulheres: Condição feminina e Cotidiano Popular na Belle Époque Imperfeita*, de 1994, dissertação do historiador Alberto Heráclito Ferreira Filho e o *Mulher Negra na Bahia do século XIX*, escrito pela historiadora Cecília Moreira Soares (1994). Ambos traziam as mulheres para centro do debate historiográfico e seriam os primeiros de tantos outros a discutir mulheres na Bahia, tanto no oitocentos como no período republicano.

A expansão dos grupos de estudos e os cursos de Pós-graduação

Os debates sobre feminismo, história das mulheres e movimento gay ganhavam corredores, mesas de bar e discursos acalorados sobre o papel da categoria gênero e da tradição marxista, que alcança novos contornos a partir do conceito de experiência em Thompson. Entretanto, pouco desse debate aparecia nas disciplinas dos cursos de graduação em História. Seria junto ao Mestrado em História da UFBA, no alvorecer dos anos 90, que essas preocupações receberiam relevo pela leitura de trabalhos, a exemplo de: *Condição Feminina e For-*

mas de Violência, da Rachel Soihet (1989), *Do Cabaré ao Lar*, da Margareth Rago (1985), *Meninas Perdidas*, da Marta Esteves (1990), *Em Defesa da Honra*, de Sueann Caulfield (1996), dentre outros. Inspirados por essas pesquisas, estudos sobre a temática feminina ganhavam importância em pesquisas pioneiras tanto nos anos 80 como nos anos 90. Ainda que o século XIX e as pesquisas sobre escravidão fossem o foco principal de muitos trabalhos, o debate sobre a República granjeava destaque inspirado pelas reflexões que a ideia de “interdisciplinaridade”⁵ trazia às discussões construídas sobre a história das mulheres baianas, agora examinada mediante a associação do gênero, da raça e da classe. Essa geração sob os auspícios da Nova História (Cultural e Social) assumiriam em suas pesquisas “novos aportes teórico-metodológicos e documentais” a exemplo dos processos-crimes, jornais, fotografias e as teses de medicina, buscando compreender a dinâmica das transformações da sociedade baiana, os novos e velhos “papéis” destinado a homens e mulheres na “dinâmica própria da modernização burguesa na Bahia” (Ferreira Filho, 2003, p. 6).

O uso da categoria gênero nesses primeiros trabalhos aparecem de forma tímida, mas com potencial que trazia para as discussões sobre mulheres ao colocar a questão da diferença sexual em termos abrangentes, rejeitando a naturalização biológica e indicando a criação inteiramente social das ideias sobre papéis sociais próprios a homens e mulheres (Soihet, 1997). Com o enfoque de gênero “desvendar-se-iam pluralidades, heterogeneidades e singularidades nas classes sociais” e nas relações raciais baianas (Castro, 1992. p. 81).

5 O conceito de Interdisciplinaridade chegou no Brasil através dos debates educacionais no final dos anos 60. Já anos 80 e 90 na Bahia, seu uso ganha força entre historiadores e representava a interação entre as disciplinas e os campos de saber através do uso de conceitos cunhados pela antropologia e sociologia, sendo fundamental para nós, devido ao uso dos conceitos de gênero, raça e classe e suas interações para compreender as relações sociais baianas.

Influenciados pelas leituras dos trabalhos da Joan Scott (1990, p. 15), a nova geração dos historiadores baianos buscava nas relações de poder, intrínsecas às hierarquias da sociedade soteropolitana, como as normas e costumes ditavam novos comportamentos as mulheres como um todo, mas tinham nas negras seu foco principal, pois estas não conseguiam usufruir das mesmas oportunidades educacionais e profissionais abertas pela nova dinâmica urbana, permanecendo atreladas a profissões pouco valorizadas e compartilhavam condutas que as elites letradas não coadunavam com um comportamento esperado das mulheres. Tornava-se, portanto, “importante destrinchar a história de outra maneira, buscando nas atitudes e sensibilidades coletivas, nos fatos e práticas cotidianas, nos espaços que abrigavam a relação homem-mulher” (Del Priore, 1998, p 225). Assim, os historiadores passaram a se interessar em saber “como funcionarão os mecanismos familiares, sociais e políticos para sufocar a mulher ou dela fazer pior imagem” (Del Priore, 1998, p 226).

Pensar a sociedade baiana implicava refletir sobre o binômio raça/classe uma vez que este reforçava (e ainda reforça) formas de desigualdades de gênero, gerando tensões. A sobreposição de duas hierarquias: *status* (cor, origem familiar) e classe (ordem econômica) marcam profundamente as relações sociais baianas, as relações sexo-afetivas, expectativas matrimoniais e de trabalho de mulheres e homens pobres negros e mestiços. Cruzar gênero, raça/etnia e classe nos trabalhos da geração dos anos 90 tornava-se fundamental porque se tratava dos principais elementos sobre os quais estava assentado o aporte cultural da sociedade baiana como um todo e, de modo particular, da capital do Estado, permitindo a essa geração, e as subsequentes, compreender estratégias e práticas que os sujeitos históricos articularam nas suas interações sociais (Sanches, 2010, pp. 17-18). Como viveriam a opres-

são e a discriminação estaria diretamente articulada a relação entre raça, gênero e classe. Os papéis sociais instituídos para homens e mulheres no conjunto da sociedade como norma passavam a ser visíveis aos historiadores nos documentos oficiais, nas leis e nas histórias de vida.

Outros ventos, novos trabalhos: História e Gênero na Bahia

Como pontuado anteriormente, devido, principalmente, à influência dos estudos de Scott e Soihet houve um crescimento em grupos de discussão e laboratórios que tomavam o gênero como uma categoria de análise histórica. A partir da segunda metade da década de 1980, começam aparecer os primeiros trabalhos acadêmicos que resultaram das discussões estabelecidas nos núcleos como NEIM, o *Mulieribus* e o *Diadorim*.

Entre 1985 até 2022 foram encontrados 58 trabalhos, entre dissertações ou teses, de historiadoras e historiadores baianos que abordam as relações de gênero. O resultado numérico foi fruto de uma pesquisa quantitativa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES⁶ e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)⁷. A metodologia utilizada pela busca teve como filtro o assunto (como mulher, gênero e masculinidades) e as universidades, privilegiando as instituições baianas (UNEB, UEFS e UFBA) e a Universidade Federal Fluminense (UFF), devido ao número de pesquisadoras que migraram para realizar suas pesquisas em Niterói-RJ.

A primeira palavra utilizada para a busca no repositório foi “gênero”. Quando inserimos um determinado termo para consulta, as buscas são relacionadas com a utilização das pala-

6 Disponível em: <<https://tinyurl.com/yc898ptu>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

7 Disponível em: <<https://tinyurl.com/adw5utwy>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

avras-chaves. Com isso, os resultados não são 100% assertivos, já que mesmo não utilizando propriamente o termo “gênero” no assunto da dissertação ou tese, a pesquisa ainda pode abordar a temática.

Como primeiro resultado parcial, apenas um terço das 58 pesquisas tinham “gênero” ou “relações de gênero” como palavras-chave. A grande maioria dos trabalhos se identificam com “mulher” ou “mulheres”, apesar de não serem propriamente do campo da História das Mulheres. Por fim, apenas três dissertações e uma tese se identificaram como trabalhos do campo das masculinidades.

Entre as produções científicas nos catálogos de busca que se identificam com o campo das relações de gênero, ainda há uma grande presença de outras temáticas, como biografia, sexualidades, infância, família, religião, educação, casamento, divórcio, política, violência, memória, entre outras. Os resultados parciais da pesquisa podem ser analisados pelo período de defesa dos textos, que em geral possuem uma abordagem, metodologia ou problema que mobilizam os pesquisadores.

No período entre a segunda metade da década de 1985 até meados dos anos 2000, houve uma predominância de trabalhos que se preocuparam em analisar a “condição feminina”, conceito que alude ao lugar social da mulher, de suas atuações informais nos espaços de poder domésticos e públicos. Ainda que o termo “condição” sugira passividade ou mesmo a essência das mulheres, a leitura desses trabalhos revela algo bem distinto disso. Essas abordagens se concentram em aventar a possibilidade de ressaltar o protagonismo feminino e têm como objetivo investigar as sujeitas que normalmente ficaram de fora da historiografia oficial. Outro fator importante a se destacar é a predominância de mulheres pesquisadoras

nesse momento como autoras dos trabalhos que defendem a partir da década de 1980.

Entre as produções textuais podemos destacar: *Feminismo na Bahia*, de autoria de Maria Amélia de Almeida (1985); *Salvador das mulheres: Condição Feminina e Cotidiano Popular na Belle Époque Imperfeita*, de Alberto Heráclito Ferreira Filho (1994); *Mulheres e Doutores: discursos sobre o corpo feminino, Salvador (1890-1930)*, de Adriana Luz (1996); *Educação, Cultura e lazer das mulheres de elite em Salvador, 1890-1930*, de Márcia Barreiros (1997); *Um tratado para a educação de Cora: novos critérios de conduta social para a elite feminina na Bahia oitocentista*, de Adriana Dantas Reis (1998); *Fogões, Pratos e Panelas: práticas e relações de trabalho doméstico, Salvador 1900-1950*, de Maria Aparecida Sanches (1998) e *A infância esquecida. Salvador: 1900-1940*, de Andrea Rocha Rodrigues (1998). Tais trabalhos, em sua maioria dissertações de mestrado, partilhavam muitas afinidades entre si. Em geral, se pautavam num olhar direcionado para o cotidiano dos segmentos populares (trabalhadoras diversas, crianças, domésticas, prostitutas, etc.), excetuando-se os trabalhos de Barreiros (1997) e Reis (1998) que focalizaram um grupo privilegiado socialmente: mulheres de elite. Ademais, vale ressaltar que, do ponto de vista teórico, tais dissertações se caracterizam pelas primeiras incursões em uma história social e cultural das mulheres, tangenciando temáticas como infância, trabalho, amor, namoro, casamento etc. Por mais que não se fizesse menção direta ao conceito e/ ou categoria experiência dentro de uma matriz thompiana (exceto, talvez, nos trabalhos de Ferreira Filho e Sanches), as dissertações citadas se aproximam muito particularmente dessa abordagem historiográfica.

A partir dos anos 2000, ainda houve uma predominância de abordagens conceituais similares aos trabalhos que antecederam. De modo que é perceptível a tentativa de se investigar

atuações de mulheres que não condizem com o lugar social que historicamente lhes era destinado como presas a seus lares e maridos. Ademais, as pesquisas sobre personagens femininas que romperam com “papéis femininos” ganharam bastante destaque. Entre os trabalhos desse período, é possível destacar: *Fazer charutos: uma atividade feminina*, autoria de Elizabete Silva (2001); *Entre a Tinta e o Papel: Memórias de Leituras e Escritas Femininas na Bahia (1870-1920)*, de Márcia Barreiros (2004); *Evas e Marias em Serrolândia: práticas e representações sobre as mulheres em uma cidade do interior (1960-1990)*, de Vânia Vasconcelos (2006); *Ao Soar do Apito da Fábrica: Idas e Vindas de Operários(as) Têxteis em Valença/Bahia (1950-1980)*, de Neli Paixão (2007); *O Caminho da Autonomia na Conquista da Dignidade: Sociabilidade e Conflitos entre Lavadeiras em Feira de Santana (1929-1964)*, de Reginalde Bárbara (2007); *Muitas Mulheres, Um Mesmo Movimento: história e participação política das mulheres no MST na Bahia, 1987/2001*, de Helida Conceição (2007); *Honra e Sexualidade Infanto-juvenil na cidade do Salvador, 1940-1970*, de Andrea Rodrigues (2007); *As damas de branco na biomedicina baiana, 1879-1949: médicas, farmacêuticas e odontólogas*, de Iole Vanin (2008); *As órfãs e desvalidas do Asilo Filhas de Ana: regras de conduta e feminilidade em Cachoeira (1891-1905)*, de Sidnara Souza (2009); *Mulheres chefes de família: Família, maternidade e cor na Bahia do século XIX*, de Jane Soares (2009); *Em nome da família, da moral e da propriedade: Amém! As mulheres baianas na organização da Marcha da Família em Salvador (1962-1964)*, de Ediane Santana (2009) e *Educar, catequizar e civilizar a infância: escola paroquial em uma comunidade do sertão da Bahia (1941-1957)*, de Tânia Vasconcelos (2009).

Com relação aos distintos trabalhos citados, os quais por reunirem fontes, abordagens e filiações teóricas diferentes se caracterizam pela diversidade, é digno de nota o fato de que, em definitivo, incorporam mais diretamente a categoria gê-

nero e as reflexões da teoria feminista à produção historiográfica. O feminismo enquanto teoria já havia aparecido nos trabalhos historiográficos das décadas anteriores, no entanto, o que se observa a partir dessa segunda geração, digamos assim, de trabalhos é, em verdade, uma maior afinidade política e epistemológica com os feminismos. Isso se deve, em vários sentidos, ao aprofundamento da relação entre feminismo e universidade, de modo que as pesquisas passam, paulatinamente, a discutir de maneira explícita o caráter subjetivo e situado de toda produção do conhecimento histórico. São várias as autoras que tematizam o gênero como categoria analítica, mas, sem dúvida, a autora mais citada, como já foi dito em outro momento deste texto, é a Joan Scott, cujo artigo publicado no final da década de 90 é um dos mais citados.

Nesse segundo momento, há no plano teórico uma maior identificação das historiadoras dedicadas aos estudos de gênero com o campo das teorias e ou conceitos do pós-estruturalismo. Tal inclinação teórica destoa, portanto, de maneira sensível da primeira geração de estudos de gênero na Bahia, que era mais diretamente ligadas às bases inglesas e marxistas da História Social. O espaço desse artigo é diminuto e, por isso, torna-se impossível refletir sobre as implicações dessas transformações conceituais, as quais não se limitam ao campo disciplinar da História, haja vista que muitas foram as discussões paradigmáticas no âmbito das ciências humanas ao longo das últimas décadas.

De toda sorte, a tendência de abertura temática para além dos temas considerados “tradicionalmente” femininos, como família, corpo, infância, é visível. Por isso, temas como ciência, trabalho, medicina, educação etc. foram mesclados às questões propostas pelas teorias de gênero. Mas vale salientar ainda que a metodologia empregada nos trabalhos historiográficos citados muito se furtou daquelas empregadas por ou-

tros trabalhos, em cujas preocupações não se observou a presença do gênero e dos feminismos. Esse ponto nos levaria a questionar até que ponto haveria uma metodologia feminista na escrita da história ou se estaríamos apenas incorporando à história social alguns *insights* dos aportes feministas.

No primeiro decênio do século XXI, é importante destacar a dissertação de Kleber Simões, *Os homens da princesa do sertão: modernidade e identidade masculina em Feira de Santana (1918-1938)*, defendido em 2007. O destaque se deve pelo pioneirismo do trabalho em problematizar as masculinidades no interior da Bahia em um período em que as discussões sobre o tema ainda eram bem iniciais no Brasil.

A partir da década de 2010, há um crescimento perceptível no número de trabalhos sobre as relações de gênero. Em um único decênio houve 29 novos trabalhos que tomam o gênero como categoria analítica para a história. Isso se deve, talvez, por dois motivos: 1) um crescimento no número de programas de pós-graduação, que ampliou o acesso de novos pesquisadores e de novas temáticas que os afetavam, a exemplo da UEFS e UNEB; 2) a ampliação das discussões de gênero, que vão além das investigações que tomam as mulheres como objeto de análise, tornando o próprio homem e sua masculinidade como um problema investigativo.

De maneira quantitativa, em 2010, foram defendidas cinco novas dissertações e teses, com autoria de Joel Silva, Luiz Alberto Lima, Ricardo Batista, Adriana Dantas Reis e Maria Aparecida Sanches. Do ponto de vista qualitativo, esses historiadores e historiadoras abordaram temas como: casamento, virgindade e honra (Silva, 2010); cotidiano feminino e violência (Lima, 2008); doenças sexuais, biopoder e sexualidade (Batista, 2010); escravidão, família e mobilidade social (Reis, 2011); escolhas conjugais, relações matrimoniais e sexo-afe-

tivas (Sanches, 2010). Desse conjunto, a temática racial e a escravidão se constituem em uma grande novidade para o conjunto do tema de gênero, pois que, devido à configuração disciplinar, geralmente trabalhos sobre gênero e sobre raça pouco dialogavam institucionalmente havendo, portanto, dificuldades de convergências.

Em 2011, sete novos trabalhos ampliam o catálogo de pesquisa na Bahia. Cabe destacar que cinco das novas dissertações são dos programas de pós-graduação da UEFS e da UNEB (campus V). Entre as autoras, cabe destacar Rosângela Miranda, Mônica Fonseca, Andreia Correia, Rosana Lessa, Maria de Fátima Brasão, Leila Almeida e Caroline Silva. As pesquisas abordam diferentes períodos históricos e ampliam o leque de temas discutidos no campo das relações de gênero. Dialogam com a História Econômica, como Fonseca, ao estudar a fortuna e o poder das viúvas do século XIX; investigam as relações de trabalho feminino em lugares não-hegemônico, como na indústria fumageira (Lessa, 2022), na pesca de mariscos no sul da Bahia (Brasão, 2011) e na sala de aula (Almeida, 2020). Vale destacar que esse conjunto de trabalhos permanecem influenciados pelas primeiras gerações de pesquisas aqui mencionadas, mas apresentam abordagens novas que emergiriam do exame de espacialidades distintas (interior do estado em vez de Salvador) e de acervos recém-inaugurados (os CEDOCs presentes nas universidades públicas e arquivos municipais, em vez do APEB).

Nos anos subsequentes, houve uma redução no número de trabalhos defendidos anualmente no campo das relações de gênero, que variam entre uma, duas ou três produções acadêmicas⁸. Nesse período, cabe destacar os trabalhos que abordam

8 2012 – uma dissertação; 2014 – uma dissertação e uma tese; 2015 – três dissertações; 2016 – uma dissertação; 2017 – duas dissertações; 2018 – três dissertações e uma tese; 2019 – duas dissertações e uma tese.

a atuação das mulheres na militância organizada, a exemplo das dissertações de Iracelli Alves (2015) e Brena Pinto (2017), ambos caracterizados pela interface com a História Política. Outra abordagem temática que cresceu consideravelmente foi o campo das sexualidades com as dissertações de Aline Santos (2015), Joseane Souza (2018), Mileia Almeida (2018) e a tese de Tânia Vasconcelos (2018). Em verdade, basta um olhar mais qualitativo para perceber que a temática da sexualidade já tangenciava diferentes trabalhos desde os primórdios do campo de gênero na Bahia, assim Ferreira Filho, Rocha Rodrigues e Sanches já haviam lançando pistas sobre tal dimensão, mesclando criativamente as recém chegadas leituras foucaultianas ao conhecimento antropológico sobre o tema produzido na Bahia e no Brasil. Desse modo os trabalhos de Santos, Souza, Almeida e Vasconcelos se aproximam mais que distam da produção acadêmica ligeiramente anterior a ela. Por fim, ainda destacamos os trabalhos no campo da homossexualidade, como as dissertações de Daniel Silva (2015) e Thasio Sobral (2019). Embora, desde os anos 90 os trabalhos do antropólogo Luiz Mott já abordassem centralmente a temática da homossexualidade no período colonial, ainda que não desse um tratamento de gênero às suas reflexões.

A partir de 2020, é importante destacar o crescimento do interesse pelo campo das masculinidades na História. Foram defendidas duas dissertações e uma tese que tomam as mais variadas representações e performances masculinas como objeto de investigação. Artur Santana (2020) analisa a construção do vaqueiro sertanejo na literatura e os objetivos da representação viril associada ao homem. Alessandro Bastos (2021) investiga o cotidiano dos trabalhadores rurais, assim como as relações de trabalho e a violência entre os homens pobres. Brian Kibuuka (2021) estuda a representação do homem no teatro de Eurípides e questiona os papéis de gênero

que normalmente são atribuídos aos gêneros no passado e na atualidade.

A partir dessa análise quantitativa e qualitativa foi possível perceber um crescimento nos trabalhos que tomam o gênero como categoria de análise na Bahia. Constatamos um tanto óbvia se lembrarmos que o referido campo de estudos só cresce nos últimos anos, acompanhando as reflexões do conjunto da sociedade sobre os sentidos de gênero em suas próprias vidas. O campo se sofisticou tanto que é possível hoje até mesmo questionarmos a plausibilidade do conceito, seguindo algumas autoras. Com o que não concordamos, aliás. De todo modo, o certo é que os historiadores e historiadoras baianos ou que pesquisam e trabalham desde a Bahia a partir de 2010 intensificaram suas produções, devido a ampliação do campo e do surgimento de novos programas de pós-graduação no interior do Estado, na UEFS e na UNEB – campus V. A ampliação do número de pós-graduandos permitiu o surgimento de novas temáticas e abordagens, que levaram em consideração outras territorialidades além do litoral, como o sertão, o recôncavo e o sul da Bahia.

Novas abordagens, um mesmo campo

O crescente interesse por áreas como história das sexualidades e das masculinidades não é uma especificidade dos/das historiadores/ras baianos/as. A partir da década de 1990, o debate sobre a necessidade de investigar os elementos que configuram socialmente o homem ganham espaço inicial na História. Em 1993, foi traduzido o livro *XY: sobre a identidade masculina*, de Elisabeth Bandinter. Dois anos depois, foi publicado um artigo de R. Connel traduzido na Revista *Educação e Realidade*, com o título “Políticas da Masculinidade” (1995). Ainda sobre a investigação das características da masculini-

dade foi traduzido o livro *A dominação masculina*, de Pierre Bourdieu, em 2002.

No Brasil, as pesquisas que investigavam os homens, em especial aqueles localizados nos grupos sociais mais marginalizados, também ganharam espaço no mesmo período. Aqui cabe lembrar os trabalhos pioneiros de Maria Izilda Matos, *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*, publicado em 2001; o livro *Nordestino: invenção do falo*, de autoria de Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2003) e a dissertação de Kleber Simões, defendida em 2007. Apesar das especificidades do contexto histórico e social que Matos, Albuquerque e Simões trabalharam, estes historiadores buscavam entender como se constitui o lugar social do homem como provedor, pai de família e figura de respeito perante a sociedade, além dos mecanismos políticos e de controle que atuam quando os sujeitos fugiam da atuação que lhe era esperada.

Na década de 2010, novos trabalhos são publicados, o que acrescentou novos contornos ao debate da história das masculinidades no Brasil. Em 2012, Richard Miskolci publica o livro *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. Posteriormente, como resultado de sua dissertação, Berenice Bento lança o livro *Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas*, em 2015. Ainda podemos mencionar coletâneas e revistas que trazem no seu escopo textos que contribuem para o campo das masculinidades, como o artigo “Máquina de fazer machos: gênero e práticas sociais, desafio para o encontro das diferenças”, de autoria de Durval Muniz de Albuquerque Jr., lançado no livro *Gêneros e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares*, em 2010 e o texto “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito”, traduzido dos escritos de Robert Connell (hoje Rawyten) e James Messerschmidt para a Revista *Estudos Feministas*, em 2013.

As pesquisas desse período lançam outras temáticas para os debates que já haviam sido desenvolvidos nos anos 2000. Os estudos de masculinidades tributários da epistemologia feminista abrem novas possibilidades para o debate de gênero na historiografia baiana. Essas pesquisas evidenciam interações e dinâmicas que nos permitem melhor refletir sobre sexo/gênero, raça/etnicidade, classe social, modernidade e masculinidades entendidos como um sistema de representações coletivas e culturais historicamente localizáveis. A análise de gênero ao perscrutar o elemento masculino se torna verdadeiramente relacional, avaliando os papéis, representações e práticas de maneira combinada, relativa e complexa. Homens, masculinidades, mulheres, feminilidades, meninos, meninas, moças não são conceitos fixos e nem existem como identidades isoladas umas das outras, mas antes constroem-se mutuamente, de maneira hierárquica e radicalmente histórica. O preconceito racial, inerente à nossa sociedade, também é observado atentamente pelos historiadores baianos, pois esse elemento atravessa as relações masculinas, conectando, pois, a dinâmica do patriarcado a da supremacia branca. Alguns *insights* já apareciam na produção anterior, de modo que a pergunta sobre os homens baianos estava implícita nas perguntas sobre nossas mulheres e meninas do passado. Vejamos, portanto, essa recente produção.

Um exemplo de pesquisa que investiga os temas pontuados é a dissertação de Alessandro Bastos, defendida em 2021 e publicada como livro no ano seguinte. Com o título “*Homem trabalhador, pai de família e de bom procedimento*”: Masculinidades populares, violência e cotidiano em Feira de Santana (1960-1970), o pesquisador discute as masculinidades negras e sertanejas em Feira de Santana, no interior da Bahia. A problemática da investigação perpassa a forma pela qual a violência, honra e o mundo do trabalho estão associados na construção da mascu-

linidade, sem cair na armadilha da *vilanização* desses homens. Um importante elemento social para a construção das masculinidades é o significado que o “ser trabalhador” ganha como elemento identitário positivo para os homens em geral e para os negros em particular. Um homem para ser tido como honrado deve ser trabalhador, provedor de sua família e cumpridor das leis, o que se torna um qualificativo fundamental para a imagem amplamente fortalecida ao longo da República. Essas atribuições passam a ter um valor capital para os homens negros, para a imagem social entre os seus e um símbolo a ser apresentado nos confrontos hierárquicos raciais.

Como já dito anteriormente, Simões (2007) também estava preocupado com os homens em Feira de Santana e os mecanismos de controle utilizados para “civilizar” os trabalhadores urbanos e rurais que se encontravam na cidade para a feira semanal. No processo de modernização e a tentativa de transformar o pequeno município interiorano em uma metrópole não cabia, na visão dos progressistas, alguns hábitos que eram comuns aos sertanejos. A dissertação de Simões, bastante influenciada por Albuquerque Júnior, analisa os modelos de homem que eram idealizados para uma sociedade moderna, e, a contraponto, observa como se constrói a identidade masculina em Feira de Santana.

A formação identitária do vaqueiro, presente também em Simões e Bastos, ganha espaço na dissertação de Artur Santana (2020), recentemente publicada em livro. O pesquisador analisa como o escritor Eurico Alves Boaventura, no ensaio *Fidalgos e vaqueiros* (1989) e em outros escritos do autor, busca estabelecer elementos que delimitam o sujeito-vaqueiro como protagonista na colonização e povoação do Brasil. Temas como raça, memória e escritos autobiográficos atravessam a forma como o ensaísta descreve a História do interior da Bahia, que toma o aristocrata da fazenda de criação de gado

como um homem dado ao trabalho. Santana (2020), diferente de Simões e Bastos, aborda os homens sertanejos a partir da lógica dos grupos sociais dominantes, que tende a narrar a masculinidade baiana como branca, viril e sem conflitos de classe, raça e territorialidade.

Assim, a partir de uma investigação preocupada com as questões raciais, espaciais, sensibilidades e identidades, novos textos se debruçam sobre os homens no campo historiográfico, grandemente influenciados pela Sociologia e Antropologia, pelos estudos feministas e pelas fontes criminais, jornalísticas e literárias. Na Bahia, não é diferente.

Considerações finais

A historiografia baiana passou por muitas mudanças sob a influência das novas perspectivas abertas pela Nova História e pela História das Mulheres, que influenciou toda uma geração de historiadores cujos trabalhos trariam as mulheres, em especial as mulheres negras e pobres, para o centro do debate historiográfico. Tais modificações ainda não foram satisfatoriamente discutidas, talvez, pelo volume da produção sobre o tema ou também pela indisposição da historiografia em realizar reflexões conceituais sobre seus próprios trabalhos. A diversidade das pesquisas encontra nas análises de gênero junto a outros marcadores sociais (raça, classe, sexualidade, identidades) seu ponto de intersecção. Mesmo quando categorias como interseccionalidade ou gênero ainda não eram efetivamente utilizadas, as análises da primeira geração de história de gênero baiana ensaiavam sofisticadas reflexões. Mais empíricos e menos teóricos, os *insights* dessa geração de historiadoras e historiadores de gênero na/da Bahia ainda merece maiores reflexões. Como a produção historiográfica

desse campo tem ajudado a repensar a história de nosso estado? Quais imagens historiográficas essas produções revelam?

Nos anos 2000, os estudos sobre masculinidades ampliam o debate questionando a existência do homem como sujeito universal, problematizando as masculinidades como historicamente constituídas, como identidades precárias em processos constantes de transformação e entendidas como um sistema de representações coletivas, culturais e historicamente localizáveis. As masculinidades nesses novos textos baianos são pensadas como uma construção social e política que reflète hierarquias de poder, quer estejam associadas às hierarquias entre homens e mulheres, quer estejam associadas às hierarquias internas aos homens entre si (se pobres ou ricos, negros ou brancos, da roça ou da cidade).

Lançando mão de distintas fontes e temporalidades, a historiografia de gênero e das mulheres na Bahia tem nos dito muito sobre os nossos muitos enigmas baianos. Mas ainda há muito a ser escrito e refletido.

Bibliografia

CASTRO, Mary Garcia. O conceito de Gênero e as análises sobre mulher e trabalho: Notas sobre impasses teóricos. *Caderno CRH. Economia Global, Cidadania e Democracia / Gênero e Família*, nº 17, UFBA, 1992.

BASTOS, Alessandro Cerqueira. *“Homem trabalhador, pai de família e de bom procedimento”*: Masculinidades populares, violência e cotidiano em Feira de Santana (1960-1970). Salvador: UFBA, 2021. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal da Bahia.

DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres: As vozes do Silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

FERREIRA FILHO, Alberto H. *Quem Pariu e bateu, que balance!* Mundos femininos, maternidade e pobreza. Salvador, 1890-1940. Salvador: CEB, 2003.

_____. O trem da Alegria ou a Modernidade chega a Bahia: Notas sobre uma produção historiográfica sobre a Bahia da geração de 1990. Salvador: S/D. Mimio, p. 1-12.

LEITE, Miriam Moreira. História das Mulheres. *Revista USP - Dossiê Nova História*, nº 23. São Paulo: Edusp, 1994.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. *As Razões do Coração: Namoro, escolhas conjugais, relações raciais e sexo-afetivas em Salvador, 1889/1950*. Niterói: UFF, 2010. Tese de Doutorado - Universidade Federal Fluminense.

SANTANA, Artur V. A. de. *Homens verticais ao sol: A construção do vaqueiro em Eurico Alves Boaventura (1928-1963)*. Recife: UFRPE, 2020. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Rural de Pernambuco.

SIMÕES, Kleber J. Fonseca. *Os homens da Princesa do Serião: modernidade e identidade masculina em Feira de Santana (1918-1938)*. Salvador: UFBA, 2007. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal da Bahia.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria útil de Análise Histórica. *Revista Educação e Realidade*, Trad. Guacira Louro, Porto Alegre, 1990.

SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e Formas de Violência: Mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

_____. *História das Mulheres*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1997.

Maria Lacerda de Moura: anarcofeminismo, vegetarianismo e antivivisseccionismo

Patrícia Lessa¹

Resumo: Maria Lacerda de Moura foi uma educadora e intelectual que escreveu sobre as mulheres e sobre as pessoas não humanas a partir de suas leituras e encontros com anarquistas. Nesse capítulo buscamos entender suas posições e sua relação com essas lutas, a partir da análise das suas obras escritas no período em que viveu na Comunidade de Guararema, em São Paulo.

Palavras-chave: Maria Lacerda de Moura; Comunidade de Guararema; Vegetarianismo; Antivivisseccionismo; Anarcofeminismo.

Quem foi Maria Lacerda de Moura?

Maria Lacerda de Moura nasceu no dia 16 de maio de 1887, na Fazenda Monte Alverne, próxima de Manhuaçu, em Minas Gerais. Com sua família mudou, em 1891, para Barbacena, cidade onde ela deu início aos seus estudos escolares. Em 1904, formou-se na Escola Normal e deu início ao trabalho como professora primária. Em 1912, enviou suas primeiras crônicas para um jornal local. Entrou em conflito com seus

1 Doutora em História pela Universidade de Brasília (UnB, Brasília, DF), educadora da Universidade Estadual de Maringá (UEM, Maringá, PR). Orcid: <<https://tinyurl.com/yrp7664y>>.

familiares, assim que começou a publicar suas ideias, eles a censuravam pedindo moderação e reserva. Em 1918, publicou seu primeiro livro *Em torno da educação*. A publicação rendeu-lhe contatos com jornalistas e escritores de Belo Horizonte, de São Paulo, de Santos e do Rio de Janeiro. Graças a este trabalho conheceu Fábio Luz e José Oiticica que lhe apresentaram as ideias pedagógicas anarquistas.

Desde 1918, Maria Lacerda manifestou em seus escritos a sua preocupação com a condição feminina e com as maneiras de transformá-la. Mudou-se para São Paulo em 1921 onde fez contatos com o movimento associativo feminino, com o movimento operário, conheceu a chamada Proletcultura e com os grupos anarquistas. Em São Paulo, colaborou assiduamente com a imprensa operária e, em 1923, lançou a revista *Renascença*. Publicou seus artigos em alguns periódicos tais como: *A Lanterna*, *A Tribuna*, *A Plebe*, *O Combate*, *O Ceará*, bem como na revista espanhola, com sede em Valência, *Estudios*. Maria Lacerda de Moura deixou-nos um legado libertário muito vasto.

Em 1926, ela conheceu André Néblind e dois anos depois mudou-se para a comunidade agrícola anarquista de Guararema, construiu uma relação de amor e companheirismo com André Néblind até a data em que ele foi preso e deportado pelo governo de Vargas. A Comunidade foi fundada pelo anarquista Arturo Campagnoli e sua peculiaridade era a formação composta por anarquistas individualistas, sobretudo, próximos das ideias de E. Armand e de Han Ryner. Segundo Rodrigues (1993, p. 82) ao contrário da “Colônia Cecília”, “onde tudo se fazia em comum [...] na Comunidade de Guararema prevalecia o sistema anarquista-individualista, ou seja, cada componente tinha sua moradia, cultivava em faixa de terra ou buscava outros meios de sobrevivência individuais”. Sua experiência em Guararema pode nos dizer muito sobre

a necessidade de economias solidárias, sobre a produção e o consumo de alimentos orgânicos, sobretudo nestes tempos de envenenamento do solo e das águas. Sobre o vegetarianismo e sobre a ética com relação às outras espécies. Foi um momento para a escritora entrar em sintonia com os trabalhos em defesa das outras espécies.

As mulheres e as pessoas não humanas no início do século XX

As mulheres e as outras espécies foram cobaias e mártires de uma ciência que avançava, entre o final do século XIX e início do XX, sedenta por descobertas, mesmo que para isso tivesse que arrancar o sangue de alguém. A invenção da histeria levou milhares de mulheres para os hospitais psiquiátricos que, naquela época, usavam choque elétrico e alguns recursos invasivos, que mais pareciam tortura do que propriamente tratamento e cura. Muitas mulheres com comportamento indesejável para a sociedade da época, que exigia modos recatados, obediência aos homens, ao Estado e à Igreja e, sobretudo, silêncio total, mesmo diante da violação de seus direitos mínimos de vida, eram alvos da psiquiatria. A invenção científica da histeria foi motivo para grande alerta entre as feministas anarquistas, socialistas e burguesas.

Os estudos sobre a histeria levaram muitas mulheres ao enclausuramento, usadas como cobaias, muitas delas passaram o resto de suas vidas servindo silenciosamente à invenção desta doença “das mulheres”. Para as mulheres, sobretudo as feministas, a grande fábrica de forjar a histeria começou a chamar a atenção. Atentas à opressão e ao uso de pessoas como cobaias das ciências médicas, as mulheres, a exemplo de Maria Lacerda de Moura, tiveram empatia pelas cobaias que

não tinham voz. A voz das feministas começou a ecoar e denunciar a vivisseção das espécies não humanas (Lessa, 2020).

J. M. Coetzee recebeu o Prêmio Nobel de Literatura com a obra *A vida dos animais* (2002). O livro de Coetzee é composto por duas palestras: *Os filósofos e os animais* e *Os poetas e os animais*. Na obra premiada, as conferências são acrescidas de uma introdução e de quatro reflexões acadêmicas realizadas por especialistas de diferentes áreas que comentam os textos do escritor. A obra abordou as relações entre humanos e não humanos do ponto de vista filosófico, moral e poético. Comentaram o livro: Marjorie Garber, Peter Singer, Wendy Doniger e Barbara Smuts. A última atua nas áreas de psicologia e antropologia, ela é uma pesquisadora primatóloga que cunhou o termo “pessoa não humana”, ela convidou as pessoas a “abrirem o coração para os animais à sua volta e descobrir por si mesmos como é fazer amizade com uma pessoa não humana” (Smuts, 2002, p. 145). Vamos utilizar a expressão de Barbara Smuts para abordar as outras espécies que à época, assim como as mulheres, foram usadas em grande escala pela ciência.

A palavra latina vivisseção é desmembrada em *vivi*, que significa vivo, e *secção*, que significa cortar, traduz-se, portanto, em cortar um animal vivo. Ao longo do tempo, o termo foi agregando outros procedimentos como induzir determinadas substâncias no animal vivo ou mesmo verificar o resultado ao estímulo físico, químico ou elétrico. Os testes nas pessoas não humanas, foram, inicialmente, justificados para garantir o avanço nas ciências médicas, sobretudo, na fisiologia, anatomia, neurologia, farmacologia dentre outras. As críticas começaram a aparecer publicamente graças à empatia com as outras espécies da qual emergiu um movimento antivivisseção e, com o tempo, resultou no questionamento

sobre a comparação fisiológica entre organismos humanos e não humanos.

Demorou um tempo até que as consequências desastrosas da comparação entre organismos de diferentes espécies tivessem uma ampla repercussão internacional. Foi apenas em 1957 que um caso foi levado à justiça, tratava-se do processo contra a Grünenthal, empresa alemã de medicamentos que fabricava o Contergan, um tranquilizante que tinha no princípio ativo a substância talidomida, que causava graves lesões em fetos humanos. Os testes feitos para que a droga fosse liberada em escala industrial eram realizados em camundongos. Os efeitos teratogênicos em mulheres grávidas foram o parto de crianças sem os membros superiores e/ou inferiores. Foram milhares de casos ao redor do mundo. Mesmo com o resultado terrível, as pesquisas prosseguiram e foram usadas cobaias de coelhos e de primatas. As crias não humanas nasceram com graves deficiências físicas. Ainda hoje se utilizam as pessoas não humanas como cobaias, não somente na indústria farmacêutica, mas em várias outras, tais como de cosméticos, de alimentação, vestuário etc.

Na obra *Civilização: tronco de escravos*, Maria Lacerda faz uma crítica aos experimentos de xenoenxerto realizados por Voronoff. Serge Abrahamovitch Voronoff (1866 - 1951) foi um cirurgião russo, que estudou e trabalhou na França nas décadas de 1920 e 1930, ficou famoso ao prometer o rejuvenescimento e o reavivamento sexual dos homens através de técnicas cirúrgicas de enxerto de testículo de primatas em homens com problemas de disfunção erétil. Escreveu a anarquista: “a velhice gamenha, voronofizada é o mesmo ridículo dos cabelos e bigodes pintados, emoldurando as rugas indiscretas” (Moura, [1931] 2020, p. 23). Mais adiante, ela prosseguiu: “Voronoff não é precursor, nem inovador [...] nem ao menos é colaborador da ciência, tomada a ciência em seus jus-

tos termos” (Moura, [1931] 2020, p. 31). A crítica lacerdiana era pontual, era sobre o uso da ciência para fins de consumo. Como vimos anteriormente, o corpo estava em evidência, Voronoff percebendo o mercado aberto à sua frente passou a prometer a resolução do problema da impotência sexual masculina utilizando-se dos testículos dos primatas.

Maria Lacerda percebeu a emergência do conhecimento científico como algo positivo “a ciencia em seus justos termos”, como vimos na citação acima, deveria servir para melhorar a vida humana em sociedade. No fazer científico de Voronoff, a meta não era justa, era para favorecer uma pequena parcela de homens da alta burguesia, e o seu próprio bolso como adepto do “dinheiro do outro homem, valendo-se da cirurgia, no atentado á vida fisiologica dos animaes sadiós” (Moura, [1931] 2020, p. 32). Para ela, a ciência era algo positivo, desde que usada para fins sociais, em benefício da humanidade, como, por exemplo, para o fazer educacional. Ela via no capitalismo uma má utilização do conhecimento científico, usado, geralmente, de modo oportunista, ganancioso e perigoso. A serviço da indústria beneficiava alguns grupos e a favor da guerra gerava a hecatombe.

Para além dos seus escritos sobre a condição feminina, podemos notar que ela foi pacifista, antifascista, anticlerical, individualista, anarquista e feminista libertária. Sobretudo, ela foi uma intelectual ávida pelo conhecimento, uma autodidata que viveu em uma época na qual o estudo ainda era tabu para as mulheres, mesmo assim, ela desenvolveu seus estudos em vários campos do saber, entre eles a filosofia, a astrologia e, principalmente, a educação. É preciso entender que em meio às guerras, ela havia optado pela paz. Escreveu sobre as Guerras Científicas na obra *Civilização: tronco de escravos*. Era um momento de eclosão em que a ciência desvendou muitas doenças, mas, também, fabricou monstros.

Sem libertação animal não haverá libertação humana

A empatia com as pessoas não humanas já estava latente desde o século XVIII, porém, uma avalanche veio a acontecer somente no século XXI, quando os olhares se irmanam às ações e à promulgação de legislação internacional. Os movimentos animalistas e veganos foram importantes para marcar posições. No dia 07 de julho de 2012, a publicação *The Cambridge Declaration on Consciousness in Non-Human Animals*² foi um marco científico no entendimento de que as outras espécies sentem dor, medo, tristeza, alegria, prazer, ou seja, são seres sencientes. Portanto, seus instintos alertam para o risco de morte quando estão nas jaulas dos laboratórios científicos, na fila de espera dos abatedouros, engaiolados nas lojas de venda de “produtos vivos” ou nas clandestinas fazendas onde se pratica a “caça esportiva”.

No Brasil, poucos ousam falar ou escrever sobre as fazendas com grande extensão territorial onde ainda existe trabalho escravo, trabalho infantil e caça de animais silvestres. O silêncio é total, pois falar ou mesmo denunciar é quase o prenúncio de uma tocaia de morte anunciada. O jugo é mais pesado em terras onde o coronelismo ainda faz muitas vítimas sangrarem sem o direito à voz.

Outro marco, um pouco anterior, foi a promulgação da Declaração Universal de Direitos dos Animais, preconizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), no dia 15 de outubro de 1978, em Paris (Lessa; Marques, 2019). Desde então, muito se tem escrito e pensado sobre as relações entre humanidade e as outras espécies. A escritora polonesa Olga Tokarczuk ganhou o

2 Para conhecer o texto original da *Declaração de Cambridge sobre a Consciência em Animais Não Humanos* basta acessar o link: <<https://tinyurl.com/5n849het>>.

Prêmio Nobel de Literatura ao publicar o romance *Sobre os ossos dos mortos* (2009), escreveu:

Tristeza, senti uma grande tristeza, e um luto interminável por cada animal morto. Termina um luto e logo começa outro, então estou em constante luto. É meu estado natural. Me ajoelhei sobre a neve ensanguentada e acariciei a pele áspera, fria e rija do javali (Tokarczuk, 2019, p. 98).

O romance gira em torno da caça de animais silvestres. Juntamente com a questão dos testes científicos, da produção de morte em escala industrializada para fabricação de carne, do comércio e da venda de “animais de estimação”, a caça predatória está com as demais no centro de um debate contemporâneo sobre nossas relações com a vida planetária, com as outras espécies e com o meio no qual vivemos. Foi justamente, na nossa interpretação, um tema inovador na obra de Maria Lacerda desde a sua chegada em Guararema, onde aderiu ao vegetarianismo e dialogou com a questão de se recusar a comer carne.

Seus escritos foram, por vezes, marcados por uma narrativa panfletária e em formato de manifesto. Ela fez uma crítica ao feminismo liberal, ao capitalismo, à representação parlamentar e à propriedade privada. Estava conectada com outras mulheres, com um movimento anarquista internacional e tornou-se vegetariana e antivivisseccionista. Sobre isso escreveu:

No dia em que a mulher se dispuser a libertar-se do jugo do estômago civilizado, passar a comer frutas e legumes, a apagar o fogo doméstico que é o “fogo eterno” do inferno feminino na sua escravidão ao estômago do homem – nesse dia ela recomeçará a sua auto-educação física e mental e iniciará a sua verdadeira libertação humana (Moura, 1932, p. 233).

Foi neste contexto de embates, de guerras, de misérias e de luxos que Maria Lacerda e outras feministas da época travaram batalhas pelos direitos das mulheres e das pessoas não humanas. Muitas e diferentes foram as frentes de luta: as sufragistas, as libertárias, as comunistas ou mesmo as feministas liberais criaram as bases e levantaram os pilares para a chegada da luta antivivisseccionista. Muitas delas tornaram-se vegetarianas por empatia e por entenderem que as outras espécies estavam sendo massacradas pelo avanço científico e industrial e pelos modismos da caça esportiva.

Em dois livros de Maria Lacerda de Moura, encontramos a defesa do vegetarianismo relacionado à libertação humana e, sobretudo, à libertação das mulheres. Em *Amái... e não vos multipliqueis* e em *Civilização: tronco de escravos* a questão interespecie está relacionada à adoção de uma dieta vegetariana. O “estômago civilizado”, como foi nomeado por Maria Lacerda, tratava-se de hábitos alimentares da burguesia europeia, tomados como modelo em outros locais, sobretudo, com grandes quantidades de carne de “animais de criação” e, além disso, de caça, que era a demonstração máxima da superioridade humana. O “estômago civilizado” era, portanto, dependente do extermínio em massa de outras espécies, o que vinha sendo visto com desconfiança por feministas e anarquistas. Para ela:

Si como carne, que de baixezas, que de perversidade acumulada pela hereditariedade, e quanto preconceito foi preciso inventar para desculpar ao nosso instinto sanguinário de canibais a sacrificar o animal. E nos alimentamos de cadáveres fumegantes, condimentados de ódio e de revolta (Moura, 1932, pp. 92-93).

O humanismo havia colocado o homem, macho, branco e eurocêntrico no centro do Universo e no cume da monta-

nha, porém, o seu progresso político, econômico ou social, dependia, em parte, da exploração e da escravização de muitas outras vidas humanas e não humanas. Laura Luedy (2019) escreve sobre a história do abate industrial, sobre o surgimento dos abatedouros e, aos poucos, a sua mudança para locais cada vez mais isolados, escondidos do mundo civilizado. Diz ela:

A literatura que se debruça sobre o caminho histórico que foi traçado pelas mudanças nas técnicas ocidentais de abate de animais costuma sublinhar algumas linhas comuns que se consolidaram nesse respeito. Destaca-se, sobretudo, o progressivo afastamento espacial dos matadouros em relação aos centros populacionais; as mudanças arquitetônicas que priorizaram os espaços fechados e internamente fragmentados; e as incontáveis mudanças técnicas que terminaram por se traduzir em abatedouros com um número muito maior de trabalhadores que exercem funções mais mediadas por instrumentos, saberes, ritmos que não dominam inteiramente (Luedy, 2019, pp. 76 – 77).

A morte em grande escala e a produção serializada foram alguns dos alvos da obra lacerdiana, sobretudo a partir de sua chegada em São Paulo e o encontro com a comunidade anarquista em Guararema. As mudanças técnicas apontadas por Laura Luedy devem ser percebidas a partir do ideário da “morte humanizada”, que hoje é amplamente adotado no “abate humanizado” que parte do pressuposto que determinado tipo de sentença de morte irá causar mais ou menos dor e sofrimento para a vítima. É uma possível tentativa de quantificar a dor diante da eminente morte, seria dizer que uma é com elementos torturantes e a outra mais rápida e direta.

O conceito foi preconizado pelo médico francês Joseph-Ignace Guillotin (1738 – 1814) criador da guilhotina, instrumento para execução humana criada em um contexto no qual ainda era mais comum a morte na fogueira, por degolamento

a machadada ou outras técnicas mais lentas e dolorosas. Foi em plena Revolução Francesa, em 1792, que o rei Luís XVI (1754 - 1793) oficializou a guilhotina como instrumento legal no cumprimento da pena de morte. Ironicamente, ele e a sua esposa, a rainha Maria Antonieta (1770 – 1793), sentiram o peso da guilhotina durante suas decapitações públicas, respectivamente no dia 21 de janeiro de 1793 e no dia 16 de outubro do mesmo ano, realizadas na Place de la Concorde, em Paris. Hoje a “morte humanizada” é vista com desconfiança quando se trata da morte humana, em países adeptos da pena de morte, mas ainda pouco questionada quando realizada com outras espécies.

No livro *Civilização: tronco de escravos*, ela associa, de forma brilhante, a ciência e a industrialização a serviço do poder político e econômico. Para ela, havia uma grande contradição na adoção do termo “civilização” já que os grupos sociais considerados civilizados conjugavam de práticas brutais, tal como a caça desportiva e o patriotismo, que era uma das bases de sustentação das guerras. Outro aspecto relevante é notado em seu debate sobre a produção industrial e o acúmulo de riquezas por uma minoria graças ao trabalho, mal remunerado, de uma multidão de trabalhadores/a/s faminto/a/s. Já no início da obra ela apontou as consequências:

É o excesso de produção, sob todos os aspectos, na lavoura como nas indústrias, causa de todos os conflitos na sociedade atual. O nosso mal não vem da falta e sim do excesso de produção. A miséria do mundo moderno ainda vem da fartura e do excesso de riqueza e de progresso material. Da má distribuição de gêneros alimentícios. Por ora, a terra daria bem para a sua população (Moura, [1931] 2020, p. 18).

O acúmulo de riquezas através da produção industrial não resolveu a questão da fome, muito pelo contrário, agravou as diferenças, o abismo que separou as grandes fortunas da multi-

dão de famintos já era tema na obra lacerdiana. Com as outras espécies, o carnivorismo engordou os “estômagos civilizados”, porém, não sanou a fome da classe operária, cujo sangue e suor se misturava nos abatedouros, desde então, escondidos, longe dos centros urbanos civilizados e higienizados.

André Carvalho (2012) escreveu sobre o encontro e o desencontro entre Charles Darwin e Frances Power Cobbe (1822 – 1904). Ela foi uma escritora feminista, sufragista e antivivisseccionista irlandesa. O encontro de Darwin e Cobbe se deu no ano de 1868, ela estava envolvida em várias causas, como, por exemplo, a questão da pobreza, da violência contra as mulheres e na luta contra os excessos cometidos pelos fisiologistas, que através da vivisseccção realizavam toda a sorte de experimentos (Olhar Animal, 2019). A prática da vivisseccção era crescente com o avanço dos estudos biomédicos, sobretudo por fisiologistas e biólogos, como dissemos anteriormente, suas práticas de cortar o animal ainda vivo para observar o funcionamento de seus órgãos eram comuns e começavam a causar incômodo. Foi somente por volta de 1970 que a prática foi regulamentada por legislação internacional.

A vivisseccção, em alguns aspectos, se tornou um símbolo da opressão industrializada e capitalista sobre os mais fracos, da ação cruel das forças estabelecidas contra a vida. Maria Lacerda incorporou a luta antivivisseccionista e declarou:

Não compreendo a vivisseccção a não ser como um delírio de perversidade inominável, nem chego a ver a vantagem da embriaguez científica que põe milhares de cobaias e cães e qualquer espécie de animal à mercê dos cientistas [...] vaidosos de fazer sofrer os “mártires da ciência” em nome de um princípio ou de uma descoberta ou de uma pesquisa ou dos problemáticos benefícios daí resultantes para todo o gênero humano [...]. O homem continuará a descer sempre, bem para baixo de todos os símios, na sua maldade de criatura civilizada, para estimular todas as virulências,

desde as guerras até o prazer satânico de martirizar os animais em nome do humanitarismo cínico. [...] A humanidade pode progredir sem a fisiologia, porém, não poderá progredir sem a piedade (Moura, [1931] 2020, pp. 32-33).

Argumentou, ainda, que a ciência está submetida aos interesses capitalistas: “ocupa em nosso tempo exatamente o mesmo lugar que o sacerdócio havia ocupado há alguns séculos atrás. [...] escondidos nos títulos, as mesmas castas nas ciências, academias, universidades, congressos” (Moura, [1931] 2020, pp. 32-33). Maria Lacerda sugeriu algumas possíveis formas de resistência contra esta situação, por exemplo, a recusa por parte da classe trabalhadora de servir ao sistema, disse: “seria preferível que o trabalhador se auto amputar as duas mãos do que optar por trabalhar em arsenais de guerra, hidroaviões e metralhadoras, navios de guerra e torpedos” (Moura, [1931] 2020, p. 16). Maria Lacerda era uma anarquista pacifista que escreveu vários textos em jornais, livros e mesmo conferências sobre a indústria armamentista, que era um dos pilares da carnificina dos testes com animais.

O historiador norte-americano Peter Sahlins publicou, em 2017, a obra 1668, *The year of the animal in France*, na qual ele pensa o papel dos animais na construção do absolutismo no reinado de Luís XIV. O ano de 1668 foi o ano da criação de um zoológico no Palácio de Versalhes, diz o autor, “no zoológico, os animais eram graciosos e civilizados, a fim de representar o poder civilizador do rei, levando à conclusão de que na natureza animal do humano justificava o governo absolutista” (Sahlins, 2017, p. 343, tradução nossa).

A Europa moderna foi marcada pela captura, objetificação e uso de várias espécies de animais para o entretenimento e para a instrumentalização científica e industrial. Não seria sem resistência que as práticas de subserviência das outras espécies iriam acontecer, as feministas estavam dispostas a der-

rubarem os cativeiros, fossem eles humanos ou não humanos. Um exemplo é um memorial contra o sofrimento dos animais nos laboratórios de ciências, nomeado O pequeno cão marrom, inaugurado em 15 de setembro de 1906, em Londres, Inglaterra. A estátua tinha uma placa onde se lia: “Em memória do cão terrier marrom levado à morte nos laboratórios da University College, em fevereiro de 1903, depois de ter suportado vivisseções por mais de dois meses”³. A prática de realizar experimentações com animais não humanos virou uma febre, algumas espécies, consideradas biologicamente próximas da humana, foram massacradas, caçadas, presas e torturadas em experimentações que duravam meses. Sobre isso a libertária escreveu:

[...] Extirpar uma glandula sexual do macaco, nada representa para o homem, mas, extirpar um testículo do homem é algo de muito importante na sua integralidade...

Quanto a viviseção, o proprio Claude Bernard, o experimentador “primus inter pares”, que massacrrou, brutalmente, os dois mil cães e que, sem anestesia, os matou lentamente, o barbaro que, para atender aos protestos da sua vizinhança, cortava antes das experiencias, as cordas vocaes dos animaes, afim de que não uivassem de dôr, o proprio Claude Bernard diz: “A viviseção é a deslocação do organismo vivo por meio de instrumentos e de processos que lhe podem isolar diferentes partes. Reduzida a si mesma, ela só teria alcance restrito, e poderia em certos casos, induzir-nos a erros sobre o verdadeiro papel dos órgãos. Por essas reservas eu não nego a utilidade nem mesmo a necessidade absoluta da viviseção no estudo dos fenomenos da vida, eu a declaro apenas insuficiente” (Moura, [1931] 2020, pp. 33-34).

3 Sobre a estátua ver em: <<https://tinyurl.com/v4j45rmw>>.

Uma das críticas anarquistas à ciência moderna foi a contradição entre a ciência e a vida, escancarada na ampla utilização da vivisseccção, diz a anarquista: “a ciência do vampirismo humano esgotado por senilidade precoce que suga as glândulas de animais” (Moura, [1931] 2020, p. 34). A ideia de civilização, na obra lacerdiana, implicava uma contradição entre a capacidade de pensar e de sentir e o abismo entre as pessoas e as outras espécies exploradas pela ciência e pela indústria, cujo discurso central era a promessa de progresso civilizatório.

As heranças de Maria Lacerda de Moura para um futuro biocósmico

Em Maria Lacerda, encontramos uma escrita marcada pela positividade da relação humanidade-animalidade muito antes de iniciarem as discussões animalistas, veganas ou ecofeministas. Ela foi uma visionária ao expectar as relações de exploração dos humanos sobre as outras espécies, buscou novos campos para pensar e agir para uma nova forma de fazer ciência através das artes e das relações com os animais. Os textos libertários de Maria Lacerda de Moura são narrativas de resistência feminista repletos de deslocamentos e ressignificações escritos em um momento de profunda transformação socioeconômica e cultural. Seus escritos estavam em diálogo com um pensamento anarquista internacional que questionava a ideia de progresso prometido no processo de constituição e difusão massificada da ciência e da tecnologia.

A partir das críticas de Maria Lacerda, podemos perceber que o tratamento dado às pessoas não humanas define muito quem somos e o tipo de sociedade na qual vivemos. O respeito às outras espécies pode ser o início de uma transformação na vida planetária, na relação humanidade-animalidade-plantas,

para avançarmos em direção aos modos de existência mais afetivos e criativos. E a aplicação do conceito de ciência, possa estar mais comprometida com os valores da vida criativa. A empatia e o amor interespecie significa pensar que outras formas de vidas importam, que nos modificam e criam novas formas de convívio.

Se os séculos XIX e XX marcaram as lutas das mulheres por direitos, podemos dizer que os séculos XX e XXI viram nascer uma revolução animalista sem precedentes. O avanço nos direitos dos animais coadunou com a expansão do vegetarianismo e, mais recentemente, com a chegada do veganismo. Na obra anarquista *Entre colunas*, de Roberto das Neves, ele disserta sobre as relações entre o pensamento libertário e o surgimento de uma revolução na medicina agregando o vegetarianismo e a macrobiótica ao naturismo. Aspectos ligados aos grupos que migravam para a zona rural em busca de uma nova vida, longe da miséria, da proliferação de doenças, da fome e das guerras (Neves, 1980).

Em pleno século XXI, a luta continua... grupos veganos, ecofeministas e ecologistas engrossam as fileiras da luta pela vida e pela dignidade humana de acordar a tempo contra o delírio destrutivo do consumismo inútil que coloca em risco a vida planetária. Em 2018, foi indicada para o Prêmio Nobel da Paz uma menina que aos 16 anos de idade criou um movimento chamado *Fridays For Future*. Greta Thunberg nasceu em Estocolmo, na Suécia, em 2003, ficou conhecida por seus protestos, pelo seu ativismo em prol da vida planetária e em entrevista explicou que se tornou vegana por duas questões: uma questão ética e outra ambiental. É incrível que tenhamos entrado no século XXI e que as crianças estejam dando aula para a humanidade sobre valores éticos, estéticos e ensinando que a vida está acima da economia. O alerta ecológico anunciou que não teremos tempo caso a humanidade continue na

caverna. É chegada a hora da libertação humana e não humana. Que a nossa pátria seja o Universo, como queria Maria Lacerda de Moura.

Bibliografia

CARVALHO, André L. L.; WAIZBORT, Ricardo. Os mártires de Bernard: a sensibilidade do animal experimental como dilema ético do darwinismo na Inglaterra vitoriana. *Science Studies*, v. 10, n. 2, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://tinyurl.com/44unu5fh>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

LESSA, Patrícia. *Amor & Libertação em Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Entremares, 2020.

LESSA, Patrícia; MARQUES, Bruna. Arte feminista animalista. LESSA, Patrícia; STUBS, Roberta; BELLINI, Marta. *Relações interseccionais em rede: feminismos, veganismos, animalismos*. Salvador: Devires, 2019, p. 202-2019.

LUEDY, Laura. Mercadoria e signo: notas sobre o abate industrial no Brasil hoje e alguns de seus marcadores expressivos. LESSA, Patrícia; STUBS, Roberta; BELLINI, Marta. *Relações interseccionais em rede: feminismos, veganismos, animalismos*. Salvador: Devires, 2019, p. 68-94.

MOURA, Maria Lacerda. *Amai e ... não vos multipliqueis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932.

MOURA, Maria Lacerda [1931]. *Civilização, tronco de escravos*. São Paulo: Editora Entremares, 2020.

NEVES, Roberto das. *Entre colunas*. Rio de Janeiro: Germinial, 1980.

OLHAR ANIMAL. *Fanny Bernard: uma voz antivitivissecionista no século XIX*. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2pvmn4xt>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

RODRIGUES, Edgar. *Os Libertários*. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1993.

SAHLINS, Peter. *1668: the year of the animal in France*. New York: Zone Books, 2017.

SMUTS, Barbara. Reflexões. In: COETZEE, J. M. *A vida dos animais*. Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das letras, 2002, p. 128 – 145.

TOKARCZUK, Olga. *Sobre os ossos dos mortos*. Tradução: Olga Baginska-Shinzato. São Paulo: Todavia, 2019.

Aspectos históricos da saúde das mulheres em perspectiva de gênero e interseccional do século XVII ao XXI

Eliza Teixeira Toledo¹

Larissa Velasquez de Sousa²

Thayane Lopes Oliveira³

Resumo: Este trabalho discute a saúde feminina a partir da perspectiva de gênero e da interseccionalidade, considerando que tais aportes teóricos nos permitem elucidar aspectos que moldaram, ao longo do tempo, discursos e ferramentas utilizadas para enquadrar o que se nomeia “condição feminina”. Analisamos, de forma geral, o adoecimento feminino, o debate sobre métodos contraceptivos e aborto, a assistência ao parto e maternidade.

Palavras-chave: Saúde da mulher, História, Gênero, Interseccionalidade, Movimento feminista.

Sobre a saúde das mulheres em perspectiva histórica

A saúde feminina foi, e continua a ser, um tema de grande interesse não apenas para a medicina assim como para

1 Doutora em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz. Pós-doc do Programa INOVA, Fiocruz.

2 Doutora em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz.

3 Doutora em História das Ciências pela Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz.

diversos campos de poder na sociedade que se alimentam e reforçam mutuamente. Durante um longo período, vimos o conhecimento médico oficial e institucionalizado lançar seu olhar sobre o corpo da mulher em busca de estudar “a diferença” visto que o homem foi tomado como o modelo normal e a mulher como o corpo diferente (Laqueur, 2001). O corpo feminino foi fragmentado em consonância com os interesses dos homens da medicina que o trataram como objeto de estudo. Diversas foram as áreas que elegeram as mulheres enquanto interesse, fosse dentro dos saberes psi (psicanálise, psiquiatria e psicologia), fosse naquilo que mais diferenciava homens e mulheres: o aparelho reprodutivo. A partir daí temos uma extensa produção científica direcionada a comparar e justificar o que tornava as mulheres diferentes dos homens e, mais especificamente, o que as tornava inferiores visto que o sexo masculino foi tomado como parâmetro ideal. Assim, os conhecimentos médicos extrapolaram o campo de atuação da medicina e foram extensivamente utilizados para legitimar discursos e práticas no campo social através do exercício dos poderes políticos, judiciários e policiais. Portanto, a partir da análise histórica destes elementos percebemos que a saúde da mulher foi (e, em muitos aspectos, ainda é) tratada como questão de interesse da Nação. Sendo as doenças ditas como próprias de mulheres, histeria; loucura e cânceres ginecológicos, por exemplo; assim como a maternidade, o controle da natalidade e as práticas abortivas tidas como preocupações constantemente evocadas do discurso médico para tornarem-se questões de interesse público. Dessa forma, a mulher teve seu corpo esquadrihado pelos campos de saberes que repetidamente criaram normas de comportamentos às quais as mulheres deveriam ser submetidas.

Neste capítulo realizamos uma análise histórica de aspectos da saúde da mulher, a partir da perspectiva de gênero e

interseccional, acreditando que estes estudos permitiram novos olhares e construções sobre saberes e práticas consideradas tradicionais e normalizadas na sociedade. Dessa forma, os tratamentos impostos às mulheres consideradas marginais, desordeiras ou históricas, assim como as teorias cristalizadas em torno da maternidade e as práticas de controle de natalidade e abortivas consideradas proibidas e moralmente condenáveis, foram aqui examinadas sob nova perspectiva que destaca como as relações de gênero se reproduzem como relações de poder que permeiam o cenário social e são utilizadas como parâmetro para determinar o comportamento dos sujeitos sociais. A perspectiva interseccional colabora para refletirmos sobre de que maneira as desigualdades baseadas no sexo, raça e classe se inter cruzam ora para majorar as opressões e ora para reproduzi-las. Os estudos que analisam aspectos da saúde da mulher ao longo da história tendem a abordar como tais elementos foram orquestrados para submeter as mulheres a situações de violência e cerceamento de direitos. Medidas de controle e vigilância foram impostas às mulheres vistas como perigosas à sociedade, da mesma forma que sua autonomia e tomadas de decisão foram retiradas.

A discussão neste capítulo está dividida em três grandes grupos: adoecimento feminino, direitos reprodutivos e métodos contraceptivos e maternidade e assistência ao parto. Nestes grupos mais gerais iremos apresentar pontos específicos que convergem com as temáticas de investigação das autoras e seus conhecimentos.

Adoecimento feminino

Em todos os aspectos de saúde feminina que exploraremos neste texto, fica evidente a importância da tomada de consciência de diversos tipos de violência contra as mulheres para

que se possa agir sobre tais agressões. O período entre fins do século XIX e o começo do século XX marcou um momento especialmente importante nessa tomada de consciência por parte das mulheres na cultura ocidental - ainda que este seja um processo lento, que sempre encontra na sociedade respostas retrógradas. Ou, ao menos, foi um importante momento de registro de processos históricos de contestação de papéis sociais a nós legados, todos eles perpassados também por questões de classe e raça. Temos consciência como historiadoras, de diversas limitações que impossibilitaram, que a memória de mulheres fosse materialmente produzida e preservada ao longo da história deste país, sobretudo de mulheres negras e pobres (assim como, muitas vezes, as suas vidas).

Como veremos adiante, este momento no tempo foi palco de importantes contestações feministas, como aquelas envolvendo o direito ao voto - que ganhou proporção internacional e força no Brasil nas primeiras décadas do século XX (Pinto, 2010). Também neste período houve importante reivindicação pelo acesso à educação pelas mulheres, como vimos no Brasil nas vozes de Nísia Floresta (1810-1885), de Maria Lacerda de Moura (1887-1945) e tantas outras. As limitações à sexualidade feminina, que deveria ser moralmente voltada para a satisfação do marido e para concepção, foi questionada por mulheres do movimento anarquista em nosso país também no começo do século XX (Rago, 2001). Como bem nos fala Margareth Rago, ao mesmo tempo que se via a emergência de novas práticas de lazer e de novos espaços de sociabilidade que permitiram que mulheres e homens passassem a desfrutar de um convívio mais intenso, “desde o início do século XX, inúmeras vozes levantaram-se amedrontadas, apontando para a ‘dissolução dos costumes’ e para o que supunham ser uma forma de desagregação social” (Rago, 2001, p. 61). Diversas reações a tais contestações femininas do período

se fizeram sentir - e juntamente com elas, teorias médicas que alegavam a inferioridade biológica das mulheres e uma instabilidade mental a elas inerente.

Um famoso nome no mundo lusófono que reproduziu diversas teorias sobre o que se estabelecia em muitos tratados médicos como sexualidade normal e patológica foi Egas Moniz (1874-1955). Famoso neurologista português, Moniz publicou entre 1901 e 1933 a obra *A Vida Sexual*. Ao abordar aspectos da fisiologia e “patologia” sexual de homens e mulheres, ele se apropriava também de padrões de moralidade que faziam parte de sua explicação dos “desvios” sexuais. Naquele momento, por exemplo, dando eco a voz de outros médicos eugenistas, de alguns psiquiatras e ginecologistas, ele associava à possibilidade reprodutiva de mulheres um destino único e “natural”: a maternidade. Associava-se, assim, a uma busca pela retenção do avanço da mulher sobre a vida pública e política uma justificativa “biológica”. Nas palavras de Moniz uma “mulher-advogado”, “mulher-médica” ou “mulher-política” (Moniz, 1932, p. 265), não desempenharia bem sua “missão” de mãe em função do trabalho extra doméstico. Ele era abertamente contra as causas feministas por ver naquele feminismo uma causa imoral que não permitiria às mulheres se dedicarem aos filhos (ou mesmo de tirarem sua vontade de tê-los).

Gostaríamos de chamar atenção aqui para dois “processos” daquilo que nomeamos adoecimento de mulheres. Um deles, externo, vem de discursos que as desestabiliza moral e psicologicamente, que lega ao corpo feminino uma visão de “fora” de corpo inerentemente doente, instável, que ameaça toda a sua credibilidade intelectual. No contexto em questão, que diz respeito à virada do século XIX para o XX, alguns aspectos da fisiologia feminina e momentos da vida reprodutiva das mulheres foram espacialmente usados como argumento dessa instabilidade: a menarca, a puberdade e a menopausa.

Moniz, por exemplo, dizia que a fisiologia e vida das mulheres era totalmente voltada para um órgão: o útero - ao passo que nos homens, o órgão central seria o cérebro. Isso justificaria o seu famoso jargão, reproduzido, por exemplo, pelo poeta Fernando Pessoa: o de que o homem é naturalmente sexual e a mulher naturalmente mãe, e de que tudo o que fugia disso era “anormal” (Toledo/Vimieiro, 2018). Assim, cada momento da vida reprodutiva da mulher colocaria em xeque sua estabilidade psi e exigiria que fossem atentamente acompanhadas pelos médicos ao primeiro sinal de transtorno. Por meio destes discursos, as mulheres foram transformadas naquele contexto em seres emocionalmente instáveis e nunca mentalmente maduras, sempre passíveis de desenvolverem desvios morais.

Especialmente no campo da psiquiatria que se firmava como especialidade médica no começo do século XX, muito daquilo que foi compreendido como patologia mental dizia respeito ao comportamento de mulheres que não se adequavam a um padrão de gênero de docilidade e obediência. Encontramos um dos exemplos históricos desse padrão nas indicações de psicocirurgia no Hospital do Juquery⁴, em São Paulo. A terapêutica, cuja primeira variação foi desenvolvida em 1936 pelo já citado neurologista português Egas Moniz, consistia em uma intervenção cirúrgica em cérebros anatomicamente normais de pacientes considerados crônicos e com comportamentos considerados agressivos ou agitados. Naquela instituição seu uso foi marcado por padrões de gênero no que diz respeito, por exemplo, à tolerância em relação ao que se considerava agressividade para homens e mulheres.

4 O Hospital Psiquiátrico do Juquery foi uma das mais antigas e maiores colônias psiquiátricas do Brasil, localizada no Complexo Hospitalar do Juquery, em Franco da Rocha, São Paulo. Encerrou as atividades em 1 de abril de 2021, com a transferência dos nove últimos pacientes que ali viviam.

Ademais, a associação entre sua indicação e “desvios” comportamentais, de ordem sexual ou não, fica evidente quando, em 1950, uma paciente diagnosticada com “demência epilética” foi contraindicada para a cirurgia. Diferente de outras pacientes que foram submetidas à terapêutica, Ana⁵, nas palavras dos médicos, não era “desviada a ponto de sugerir leucotomia” (Toledo, 2019, p. 176).

No limite, tais visões tiveram também o poder de invisibilizar o sofrimento de mulheres segundo critérios externos e médicos, que, por sua vez, eram também conformados por uma cultura da qual compartilhavam (Fleck, 2010). Podemos entrever o sofrimento nas falas de mulheres em outros contextos históricos e, por meio delas, notar o que caracteriza o segundo processo de sofrimento: o sentir-se doente, o sofrimento / adoecimento mental em função de violências sofridas. Atualmente, a psicóloga Valeska Zanella investiga como a saúde mental de mulheres é impactada pelas violências de gênero, muitas vezes a partir da interiorização de normativas de gênero que dificulta a compreensão, por parte das mulheres, de tomada de consciência das dinâmicas agressivas nas quais se encontram.

Essa interiorização faz com que muitas mulheres desconfiem da própria sanidade mental, não se reconhecendo vítimas de violência e em processo de sofrimento mental.

O debate sobre métodos contraceptivos e aborto ao longo da história

A criação e inserção de novos métodos contraceptivos no cotidiano reprodutivo da sociedade foi alvo de interesse dos debates no âmbito da medicina, da justiça e da política.

5 Nome fictício.

As mais diversas esferas sociais se debruçaram sobre tais aspectos que diziam respeito não apenas ao corpo e decisão da mulher, conforme muitos discursos, mas ao desenvolvimento e progresso da Nação em todos os seus aspectos. Dessa forma, a escolha do casal ou a autonomia da mulher em decidir ter ou não filhos foi diversas vezes questionada e controlada pelo Estado. A discussão sobre direitos reprodutivos (Brasil, 2005), ou seja, a decisão livre e responsável dos indivíduos sobre ter ou não filhos e em qual momento da vida, abrange, também, o exercício da sexualidade e da reprodução livre de discriminação e violência. Além disso, abarca a compreensão histórica sobre o processo que envolveu conquistas de direitos no que se refere ao uso de métodos contraceptivos enquanto ferramenta de planejamento familiar como melhoria de vida para homens e mulheres.

O contexto social de introdução de novos métodos contraceptivos é significativamente interessante para observar as persistentes tentativas de submeter as mulheres à vigilância da sociedade patriarcal visto caminharem simultaneamente à discussão sobre direitos sexuais. O cenário das décadas de 1960 a 1980 foram fundamentais no que tange à conquista de direitos sexuais e reprodutivos no âmbito de garantir instrumentos voltados ao planejamento familiar.

A descoberta e introdução da pílula anticoncepcional no itinerário reprodutivo das mulheres é considerada, até os dias atuais, a grande revolução que permitiu separar sexo e reprodução. Diante de tal papel, diversos trabalhos historiográficos discutem como o processo de recepção dessa novidade não foi consensual no Brasil⁶. A pílula encontrou apoiadores e críti-

6 Ver: MENEZES, Valderiza Almeida. *“Fiquei Homem”: maternidade, conhecimento e contraceção entre mulheres pobres de Fortaleza (1960 – 1980)*. 242 f. Dissertação. (Mestrado em História Social). Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2012; PIMENTEL, Ana Cristina de Lima; JANNOTTI, Claudia

cos em todas as esferas da sociedade. A ala mais conservadora da sociedade que encontrava na Igreja Católica uma fervorosa representante apontava para os riscos que esse tipo de ferramenta representava para a moralidade, visto perderem o suposto controle sobre os relacionamentos amorosos e suas consequências. A gravidez fora do casamento serviu, em muitas ocasiões, como instrumento de denúncia de homens e, principalmente, mulheres que viviam relacionamentos desviantes.

Ainda como argumento de oposição à pílula, membros da Igreja, médicos e políticos também manifestaram sua desconfiança quanto à possível interferência estadunidense no Brasil. Para estes, a pílula anticoncepcional mascarava o real interesse norte-americano em barrar o desenvolvimento populacional brasileiro e, dessa forma, controlar o progresso econômico da Nação. Os trabalhos do médico Mário Victor de Assis Pacheco são representativos de tal posicionamento. No livro *Neocolonialismo e controle de natalidade* publicado em 1968, Pacheco expõe suas desconfianças em torno da pílula e, principalmente, da sua origem: os laboratórios norte-americanos. Para ele, a pílula poderia configurar uma nova tentativa de colonização, mas agora por parte dos Estados Unidos que buscavam intervir nas políticas locais e barrar o desenvolvimento econômico das nações sul-americanas. Dessa forma, a pílula anticoncepcional era um artífice do neocolonialismo. Agravando a situação, o médico defendia que o mecanismo de ação da pílula se assemelhava ao aborto e não funcionava como um método de prevenção de gravidez.

Em meio aos diversos discursos médicos e políticos em torno da pílula é preciso destacar o papel do movimento feminista neste debate. Desde o início do século XX, vozes do

Bonan; GAUDENZI, Paula; TEIXEIRA, Luiz Antonio da Silva. A breve vida do Norplant no Brasil: controvérsias e reagregações entre ciência, sociedade e Estado. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 22, n. 1, Rio de Janeiro, 2017, pp. 43-52, entre outros.

movimento de mulheres se colocavam contra a “escravidão biológica” à qual a ausência de métodos contraceptivos submetia as mulheres. Já na década de 1910, a enfermeira obstetra norte-americana Margaret Sanger escreveu sobre a importância da autonomia reprodutiva para a liberdade feminina. Assim, junto a outras mulheres, Sanger fundou uma clínica de planejamento familiar, atualmente conhecida como Planned Parenthood. Nos anos 1960, no cenário da segunda onda do feminismo⁷, o movimento de mulheres levantava a bandeira do “pessoal é político” e reivindicava autonomia sexual e reprodutiva, direito à saúde e o fim da violência doméstica. É nesse campo de batalha que a pílula surge como uma possibilidade para alcançar o fim da “escravidão biológica” feminina.

A partir dessa pequena explanação, vimos como a introdução de uma tecnologia contraceptiva catalisou debates em torno de sua introdução no mercado farmacêutico e na vida social e política do país. Tal cenário simboliza como a autonomia reprodutiva feminina é e sempre foi questionada por diversas esferas da sociedade.

Assim como a pílula, o aborto movimentou debates acalorados sobre seu enquadramento enquanto crime contra à vida defendido por setores tradicionais da Igreja, da política e da medicina, assim como defensores que viam na negação desse direito uma afronta aos direitos das mulheres em decidir sobre o seu corpo e um aprofundamento dos problemas de saúde pública no país. A produção historiográfica acerca dessa temática nos mostra como a problemática do aborto é

7 Como ferramenta didática e de ilustração, convencionou-se dividir o movimento feminista em ondas, ou seja, em períodos representativos das demandas e questões levantadas pelas mulheres de um determinado tempo e sociedade. Mostrando, dessa forma, que ao longo da história do movimento de mulheres, a luta pelos direitos e conquistas se transformaram a partir das problemáticas que se mostravam socialmente relevantes.

histórica⁸. Assim, compreendemos que o aborto enquanto prática para impedir o prosseguimento de uma gravidez indesejada sempre existiu. Os meios de se chegar a ele se modificaram a partir de mudanças sociais e inovações tecnológicas. É sobre esse aspecto que Débora Diniz trabalha em seu texto *Três gerações de mulheres* (2012). A autora demonstra as inovações nas tecnologias reprodutivas que marcaram diferentes gerações de mulheres. Citando a pílula anticoncepcional para as mulheres da geração dos anos 1960 e 1970, Diniz destaca os anos 1990; a partir do surgimento de um produto farmacológico que irá modificar e atualizar o debate em torno do aborto, o Misoprostol. O Misoprostol, nome científico do Cytotec[®] (nome comercial e mais popular) chegou ao Brasil em 1986 como promessa da medicina para o tratamento de úlceras gástricas e era vendido livremente. Logo nos primeiros anos após iniciada sua comercialização, o efeito uterotônico foi identificado por médicos, farmacêuticos e mulheres que passaram a utilizá-lo para a finalidade abortiva. A partir da descoberta da propriedade abortiva, o misoprostol passa a integrar o itinerário abortivo de mulheres de várias idades, cor e classe social.

O estudo de caso realizado por Flávia de Mattos Motta (2015) demonstra como o misoprostol passou a fazer parte dos conhecimentos femininos repassados dentro da rede de apoio, ou seja, mulheres da mesma família ou amigas. Dessa forma, casos de uso do “comprimido, remédio” eram conhecidos embora não se falasse abertamente sobre a prática do aborto. Por ser considerado imoral e crime, as poções e

8 Ver: PEDRO, Joana Maria. (Org.). Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003; PEDRO, Joana Maria. A criminalização de práticas abortivas. In: SILVA, Alcione Leite da., LAGO, M.C.S., RAMOS, T.R.O. Falas de Género. Editora Mulheres: Florianópolis, 1999; ROHDEN, Fabíola. A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

remédios abortivos foram (e são) camufladas pela ideia de “fazer descer a menstruação”. Desta forma livra-se do peso moral e religioso que a prática do aborto carrega em nossa sociedade. Como objeto histórico, o aborto está envolvido em uma trajetória de permanências e mudanças que dialoga com a sociedade e os sujeitos que a constroem, sendo a defesa ou a rejeição a esta prática sintomática do mundo vivenciado e seus valores. Na atualidade, o aborto enquanto demanda feminista encontra resistência em setores mais tradicionais que ocupam importantes espaços de poder no contexto político brasileiro. Assim, percebemos que qualquer avanço neste debate é constantemente impedido por sujeitos e instituições contrárias a esta pauta.

A análise histórica das práticas contraceptivas revela que o corpo feminino foi e é alvo constante do olhar de vigilância do Estado, da Igreja e da sociedade. Nesse sentido, a inserção de qualquer tecnologia voltada para a garantia da autonomia das mulheres sob a decisão de ter ou não filhos é vista como perigosa, pois ameaça o controle sobre os corpos femininos. Embora estejam sempre presentes na história, as ferramentas contraceptivas se modificam de acordo com os avanços surgidos no campo da ciência. No caso do aborto, as práticas se transformam ao longo do tempo e a descoberta de métodos mais seguros e eficazes garantiram a diminuição na morbimortalidade feminina em decorrência de abortos inseguros. Como pauta crucial e frequente do movimento feminista, os direitos reprodutivos são uma arena de debate social em que diversos atores, sujeitos e instituições, mobilizam argumentos em defesa de seus interesses, paradigmas e valores. Assim, a capacidade reprodutiva do corpo feminino continua a figurar como espaço de disputa.

Assistência ao parto e Maternidade

A importância do corpo, em sua materialidade e representações, é apresentada em vários momentos históricos, como no processo do início da diferenciação entre os sexos, no século XVIII, pelos movimentos feministas e outros movimentos sociais do século XX, após a década de 1980 e, atualmente, no debate sobre temas como identidade de gênero, orientação sexual, sexualidade e parto, etc, expressando a importância e complexidade do tema sobre as estruturas de gênero e poder ao longo da história.

Sobre o corpo designado como feminino, conforme afirma a historiadora Londa Schibinger, a cultura ocidental “confiou enormes recursos à ciência da mulher estudando o caráter físico, moral e intelectual de ‘o sexo’, como as mulheres já foram chamadas” (Schibinger, 2001, p. 207), em estudos que visavam, sobretudo, contribuir para a definição do papel social adequado atribuído às mulheres na sociedade e nas profissões. O corpo da mulher foi objeto de estudo da ciência antes do desenvolvimento da obstetrícia, desde o século XIV, tendo sido amplamente analisado e dissecado em estudos dos quais partiram os primeiros desenhos representando seus órgãos reprodutivos, em uma análise, que, à época, não estabelecia uma diferença interna entre os dois sexos diferentes, com as alteridades identificadas apenas como exteriores. De acordo com Laqueur, a necessidade de determinação de uma diferença entre os sexos se acentuou como preocupação de vários escritores no final do século XVIII, em um esforço relacionado com as atribuições dos papéis sociais dos indivíduos, e no final do XIX, a nova diferença podia ser demonstrada também em seu aspecto microscópico (Laqueur, 2001, p. 17). A forma como os interesses políticos e sociais do Estado incide sobre a regulação dos corpos dos indivíduos permanece em

diferentes momentos históricos, sendo móvel a fronteira que estabelece a definição dos sexos e este conceito situacional, como afirma o autor, “explicável apenas dentro do contexto da luta sobre gênero e poder” (Laqueur, 2001, p. 23).

O processo de medicalização dos corpos masculino e feminino ocorreu de forma diferenciada, no que tange à sexualidade, sendo o corpo do homem medicalizado em relação a uma doença que vem de fora ou decorrente do excesso sexual e, no caso da mulher, através da especialidade da ginecologia, através da qual “estuda-se e trata-se a normalidade feminina, que é, por natureza, potencialmente patológica” (Rohden, 2001, pp. 50-52). Nessa trajetória de diferenciação entre os sexos empreendida pela ciência, a medicina teve um importante papel, conferindo, inclusive, uma vinculação da mulher com a maternidade a partir de um discurso médico higienista (Rohden, 2001; Vieira, 2002). A ciência da mulher, portanto, afirma Rohden, referindo-se à constituição da ginecologia, “se constitui não apenas como o desprezioso estudo e tratamento das doenças, mas como a ciência da feminilidade, da diferença sexual e das desordens sociais relacionadas com as ameaças à delimitação dessa diferença” (Rohden, 2001, p. 109).

No Brasil, a saúde da mulher vai estar focada em seu potencial reprodutivo em um cenário que só irá mudar efetivamente a partir da década de 1980, com a ampliação das demandas de assistência que irão gerar iniciativas como o PAISM⁹, em um contexto impulsionado pelos movimentos de mulheres e feministas efervescentes no país nessa época. Questões como a sexualidade no parto, a autonomia dos corpos femininos, e o direito ao acesso à informação sobre procedimentos médicos, começam a ser pautadas no interior desses movimentos

9 Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (1983). A partir desse programa a saúde da mulher passava a ser pautada em sua integralidade e não apenas considerando seu potencial reprodutivo.

que também acionaram outras questões relacionadas à sexualidade, como o controle sobre o próprio processo reprodutivo (Pedro, 2012). Nesta época, destaca a historiadora Joana Pedro, uma das maiores conquistas das feministas foi “o reconhecimento da existência de outras maneiras de ser uma mulher, para além das funções idealizadas de esposa, mãe e dona de casa” e a maternidade começou a ser vista como uma possibilidade de escolha e não como destino único (Pedro, 2012, p. 256).

Nesse contexto de retomada de consciência do corpo e das questões de saúde reprodutiva, há um impacto também na área de assistência ao parto e nascimento, associada ao contexto de maior circulação de informação sobre direitos sociais, em um momento posterior à Constituição de 1988 que integrava a saúde como um direito. As denúncias sobre violência nesse tipo de assistência fez com que ela fosse revista e, a partir dessa década, tanto o ambiente da assistência, até então essencialmente hospitalar, quanto a forma que ela era prestada, baseada nos moldes tecnocráticos e essencialmente por médicos, começaram a ser questionados e novos modelos foram sendo pensados com base na humanização da assistência¹⁰, a partir de ações como a retomada e ampliação da participação da enfermagem obstétrica no parto de risco habitual e a presença de novos personagens na cena do parto, como as doulas. Além disso, destaca-se o foco em questões como autonomia de escolha, acesso à informação e poder de decisão sobre seu próprio corpo.

10 O termo humanização é polissêmico e está sendo aqui empregado a partir do contexto do Movimento de Humanização do Parto da década de 1990 e que, basicamente, iniciou a contestação do uso indevido de técnicas e tecnologias no parto, além de colocar em evidência e contestar práticas abusivas interpessoais na assistência ao parto no Brasil, como maus tratos verbais e físicos e negligência na assistência médica.

A mudança na perspectiva científica também ampliou as possibilidades na assistência ao parto e nascimento no Brasil. A incorporação de novos parâmetros da OMS com evidências científicas atualizadas que questionaram o uso de ações rotineiras e incentivaram a adoção de outras práticas na assistência ao parto também foi essencial. Questões antes encaradas no parto e que tinham o prazer masculino como referência, como o chamado “ponto do marido” dado nas episiotomias¹¹ e que criaram um medo em relação a parto vaginal por muito tempo, como uma “cultura sexual” de que a mulher vai “ficar larga”, ainda permanecem em muitos discursos médicos (Diniz, 2021), sendo, por isso, importante trabalhar a dimensão sexual do parto, dimensão esta que foi retirada deste ato, conforme afirma a pesquisadora Simone Diniz (2021). De acordo com a autora, a reprodução está incluída na experiência sexual. É a experiência sexual que engloba tudo isso” (Diniz, 2021, p. 15). O medo criado em relação a uma possível deformação do corpo está associado ao desconhecimento da própria fisiologia do parto e à ideia do prazer pelo viés masculino da penetração, além da dissociação da perspectiva sexual do evento, posto que o momento da reprodução sempre esteve relacionado ao reforço do papel social da maternidade, e não da dimensão também sexual que permanece no corpo em gestação, parto/nascimento (Diniz, 2021). Além disso, o medo da assistência violenta também está relacionado ao aumento vertiginoso do número de cesáreas, em um contexto que, por muito tempo, levou as mulheres a estarem entre duas escolhas, “o corte por cima (cesárea), ou o corte por baixo (episiotomia)”, expressão que intitula um artigo sobre o tema da

11 O “ponto do marido” é a designação popular dada ao ponto a mais executado na costura da episiotomia que, por sua vez, consiste na incisão efetuada no períneo entre a vagina e o ânus, tradicionalmente utilizada com a justificativa de ampliar o canal de parto, mas que não possui evidência científica de eficácia em seu uso, sendo desencorajada como procedimento rotineiro pela OMS.

pesquisadora Simone Diniz e que discorre sobre o cenário de assistência onde essas se apresentam como únicas opções (2006).

A partir dos anos 1990 e 2000, os grupos de mulheres organizadas, especificamente em ongs e redes, como a ReHuNa¹² e a Parto do Princípio, tornaram-se porta-vozes de mulheres que estavam questionando os impactos da violência e dos maus tratos, posteriormente denominados de violência obstétrica, no parto, incentivadas pela tematização pública da violência contra a mulher, em fins da década de 1980. Nesse contexto, recortes como raça devem ser considerados em suas especificidades, posto que as mulheres negras são as que mais sofrem violência obstétrica no Brasil¹³. Inserido no âmbito do risco, a vigilância e o controle da gravidez e do nascimento são sustentados por uma “ideia da gravidez como um processo perigoso, potencialmente patológico e, da ciência e da tecnologia como capazes de proteger os sujeitos dos ‘perigos da natureza’ (Chazan, 2007, p. 124).

A partir da década de 1980, a ressignificação do processo gestacional através de movimentos de retorno ao parto natural e de contestação da ampliação desmedida de cesáreas cria um ambiente para a reavaliação do uso das tecnologias e a contestação do discurso do corpo feminino como potencialmente falho e perigoso. A partir do final da década de 1990, uma série de políticas públicas de assistência baseadas na humanização e na medicina pautada em evidência são desenvolvidas e implementadas como respostas a essas demandas que, inclusive, se inserem também numa perspectiva diferente de atuação da maternidade, para algumas mulheres, através da inserção dessa vivência imersa no contexto do paciente in-

12 Rede pela Humanização do Parto e Nascimento.

13 Dados das pesquisas Perseu Abramo, 2020; Nascer no Brasil 2014.

formado¹⁴, amplificado no contexto de expansão do acesso à informação através das mídias sociais.

O processo de gestação, parto e nascimento e, consequentemente, a noção construída culturalmente sobre maternidade sempre esteve atrelada às concepções científicas, sociais e políticas sobre o corpo que gesta e que pari e que, por muito tempo, estiveram baseadas nas concepções patriarcais sobre as diferenças dos corpos e a importância do estabelecimento dessa diferença para legitimar as chamadas funções sociais. Com o processo de questionamento dessas premissas, a gestação, o parto, o nascimento e as concepções de maternidade/parentalidade também foram se transformando, e atitudes antes consideradas admissíveis no trato pessoal e profissional com esses corpos passaram a fazer parte do conjunto de ações conhecidas como violência contra a mulher, violência obstétrica e violência institucional, por exemplo, sendo pautadas por grupos de mulheres diferentes e pelos movimentos feministas. O cenário ainda apresenta muitos desafios, principalmente na compreensão de tais processos para corpos não enquadrados na heteronormatividade e cisgêneros, mas muito já se caminhou para garantir os direitos das pessoas gestantes aos seus corpos e próprios processos de gestação e nascimento, e a luta dos movimentos sociais e a entrada das mulheres e a perspectiva feminista na ciência foram essenciais nesse percurso.

Arrematando as ideias

Ao abordar aspectos da saúde da mulher, como o adoecimento feminino, métodos contraceptivos e reprodução, assistência ao parto e maternidade percebemos que, ao longo da

14 Trata-se de “uma pessoa que conquistou habilidades e conhecimentos necessários para desempenhar um papel ativo no processo de decisão que envolve sua saúde e a gestão de suas condições de vida” (Donaldson, 2003, apud Pereira Neto *et al.*, 2015).

história, as modificações e conquistas a respeito destes temas foram frutos de lutas e reivindicações de movimentos organizados, e não consequências naturais do desenvolvimento da sociedade. Dessa forma, vê-se a relevância social de pesquisas que abrem novos horizontes quanto à forma de pensar e se fazer a luta e o debate em torno de demandas das mulheres. O presente texto propôs uma visão geral sobre aspectos pertinentes às questões feministas que persistem enquanto problemáticas atualmente. Sendo assim, este panorama demonstra a relevância dos estudos que utilizam a categoria de gênero e a interseccionalidade para pensar relações historicamente construídas.

Bibliografia

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. *Direitos sexuais e direitos reprodutivos: uma prioridade do governo*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

CHAZAN, Lilian Krakowski. *“Meio quilo de gente!” - um estudo antropológico sobre ultrassom obstétrico*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

DINIZ, Simone; CHACHAM, Simone. O “corte por cima” e o “corte por baixo”: o abuso de cesáreas e episiotomias em São Paulo. *Questões de Saúde Reprodutiva*, 2006; I (1):80-91.

DINIZ, Carmem Simone. Projeto Violência Obstétrica no Brasil 1970-2012. Entrevista concedida a Larissa Velasquez de Souza, em 26 de janeiro de 2020. Transcrita, 17 páginas. (Acervo Pessoal).

DINIZ, Débora. Três gerações de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

FLECK, Ludwik. *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n. 1, 2014, p. 61-73.

LAQUEUR, Thomas W. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MONIZ, Egas. *A vida sexual: fisiologia e patologia*. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, 1931.

MOTTA, Flávia de Mattos. *Sonoro Silêncio: história e etnografia do aborto*. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2015.

PACHECO, Mário Victor de Assis. *Neocolonialismo e controle de natalidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e Poder. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, 2010, p. 15-23.

RAGO, Margaret. Feminizar é preciso: por uma cultura filógena. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 3, 2001, p. 53-66.

RIOS, Flavia; SOTERO, Elisa. Apresentação: Gênero em perspectiva interseccional. *Plural*, São Paulo, v. 26, n. 1, 2019, p. 1-10.

ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru-SP: EDUSC, 2001.

TOLEDO, Eliza T. de; VIMIEIRO, Ana C. A Vida Sexual, de Egas Moniz: eugenia, psicanálise e a patologização do corpo sexuado feminino. *Hist cienc saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, 2018, p. 69–86.

TOLEDO, Eliza Teixeira de. *A circulação e a aplicação da psicocirurgia no Hospital Psiquiátrico do Juquery, São Paulo: uma questão de gênero (1936-1956)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, Rio de Janeiro, 2019. 296 p.

SEGUNDA SESSÃO:

**Mulheres negras e
originárias: resistências
e memórias**

Gênero e decolonialidade: perspectivas para o ensino de História

Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho¹

Resumo: Este texto é resultado de reflexões da última década enquanto professora de História do ensino médio e do ensino superior. Ademais, apresenta discussões que foram realizadas durante a coordenação do Simpósio Temático intitulado “Gênero e interseccionalidade: debates insurgentes” no evento organizado pelo Grupo de Trabalho de Gênero da Associação Nacional de História - Anpuh do Rio de Janeiro em 2022.

Palavras-chave: Gênero; Decolonialidade; Ensino de história; Feminismo; interseccionalidade.

Apresentação

“O racismo é apenas um dos sistemas de dominação perpetuados e mantidos por educadores” (bell hooks)

Pecola Breedlove era apenas uma criança quando se debruçava de joelhos para rezar pedindo a Deus que seus olhos se tornassem azuis. Toda a trágica história contada no livro *O olho mais azul* de Toni Morrison – vencedor do Nobel de Literatura de 1993 – é representativo de um contexto vivido

¹ Professora da graduação e pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso.

por parte das crianças negras nos países afro diaspóricos. O mundo parecia não ter sido feito para crianças como Pecola, e esse sentimento de rejeição e por seguinte, a máscara² dos olhos azuis, era uma tentativa desesperada de encaixar-se.

Bento (2022) definiu como “pacto da branquitude” as sutilezas disfarçadas no cotidiano que insistem em demarcar a ideia colonial de que há um narcisismo no mundo dos brancos em que consideram “feio tudo o que não é espelho”³. Pensando na dificuldade sentida por Pecola e de tantas outras crianças negras de sentir-se pertencente, surgiu o interesse na escrita deste artigo. No entanto, seria errôneo pensar que em poucas páginas conseguiríamos dar conta de um problema secular de nosso país. Por isso, trata-se do início de um processo de reflexão originado em um evento⁴, mas que se estende por nossas experiências do chão da escola.

Nos últimos anos é evidente que, como definiu Heloísa Buarque de Hollanda (2020), vivenciamos a “quarta onda feminista”. A autora refere-se às mobilizações populares de rua, mas principalmente à utilização das redes sociais para a causa feminista. Uma das principais pautas do feminismo no início do século XXI foi a questão de gênero intrínseca a demais discussões tais como: raça, sexualidade e classe. Em contrapartida, foi possível observarmos também, o aumento do

2 Referência a obra “Pele negra, máscaras brancas” de Frantz Fanon.

3 Grosso modo, este mito grego refere-se ao personagem “Narciso” que se apaixonou por si próprio ao ver-se no reflexo do espelho d’água, pois, julgava que nenhum outro ser possuía sua beleza. A reflexão propõe uma crítica à vaidade de considerar que os outros são insuficientes à ideia concebida de que “eu” sou o melhor que há.

4 Este texto é resultado da coordenação do Simpósio Temático intitulado “Gênero e interseccionalidade: debates insurgentes” na III Jornada de História e Gênero – Feminismos e representatividade na história. Organizada brilhantemente pelo Grupo de Trabalho de Estudos de Gênero da Anpuh-RJ de maneira online em julho de 2022.

conservadorismo e autoritarismo sob o controle dos corpos das mulheres.

A História demonstra que embora isso sempre tenha existido, as mulheres resistiram e continuam resistindo. Na mídia, pudemos observar discursos que se baseavam na suposta “ideologia de gênero” questionando o papel da escola, e neste texto em específico, o ensino de História e as relações de gênero. Como mulher, professora e feminista, tenho me dedicado em discussões que nos auxiliem não apenas no espaço acadêmico, mas também no chão da sala de aula para lidarmos com essa temática. Uma de minhas principais hipóteses é baseada nos estudos de Oyèrónkẹ Oyèwùmí em *A invenção das mulheres* (2021) em que é impossível pensarmos na questão de gênero moldando-nos no pensamento eurocêntrico.

Dessa forma, busco discutir dois elementos indissociáveis: a teoria e a prática, envolvendo a questão de gênero no ambiente escolar. Entendo que, tal demanda não parte de uma experiência individual, mas se faz presente no cotidiano da presença de meninas e mulheres que entendem a importância deste debate.

Um dos fatores que faz parte da vida de professoras e professores nas escolas é o livro didático. Em uma pesquisa prévia com os livros aprovados pelo “Plano Nacional do Livro Didático” de 2022, pude constatar que nas obras não havia qualquer menção às mulheres negras africanas e afro-diaspóricas. Assim, trata-se de um silenciamento direcionado para este grupo de mulheres que sofrem as principais violências de gênero no Brasil. Além disso, é necessário destacar como afirmara María Lugones em *Gênero e decolonialidade* (2020) que essa omissão se trata sobretudo acerca de mulheres negras e latino-americanas. Deste modo, a intenção deste texto é ampliar o debate acerca das possibilidades de materiais, pes-

quisas e diálogos que podem e devem (re)existir não apenas no ambiente universitário, mas também na educação escolar.

Portanto, escolhi destacar a figura de Anastácia, que por vezes aparece nos livros didáticos de maneira ilustrativa com a máscara de Flandres. A ideia é contextualizar e ressignificar a história desta mulher, a partir das discussões elencadas por Grada Kilomba em seu livro *Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano* (2019). Além disso, espaços como o que foi o evento do qual resultou este livro são imprescindíveis para discutir, em âmbito coletivo, a importância da perspectiva decolonial para as aulas de História.

Mulheres negras e a História

Na década de 1950 no Brasil, em que emergia o processo de industrialização em uma das maiores capitais, São Paulo, Carolina Maria de Jesus se dedicava a escrever suas experiências de vida e de moradia na favela do Canindé, mas Carolina não foi a primeira mulher negra a fazer isso. Maria Firmina dos Reis em 1859 escreveu *Úrsula* que diferentemente de Carolina, não se tratava de um diário, exemplificava neste romance a sociedade escravocrata do período em que vivera. Maria Firmina dos Reis foi considerada a primeira romancista brasileira. Em uma singela reflexão: quem de nós, estudou sobre essas mulheres na escola? Adentrando-nos um pouco mais, quais são as referências de mulheres negras africanas e afro-brasileiras das quais conhecemos a trajetória?

Pensando em tais questões, em 2022, ao ministrar a disciplina de História da África para uma turma de sétimo semestre da graduação em História, organizei uma aula em que havia um texto base da escritora nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí do livro *A invenção das mulheres* (2021) e como tema principal a rainha Jinga. A fonte escolhida para destacar a trajetória desta

rainha foi a história em quadrinhos intitulada *Njinga a Mbande – Rainha do Ndongo e do Matamba* realizada em 2013, a partir da solicitação do governo angolano com apoio financeiro da República da Bulgária, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) na comemoração do 350º aniversário da morte de Jinga, colocou-a como integrante da série “Mulheres na História Africana”.

Tamanha foi minha surpresa quando descobri que nenhum de meus alunos e alunas conheciam Jinga, ainda que a maioria tivesse estudado em um contexto em que a lei 10639/03 – que torna obrigatório os estudos acerca da cultura afro e afro-brasileira nas escolas – já estivesse em vigor. Tal experiência não se reduz a excepcionalidade. É comum encontrarmos professoras e professores de História que não conhecem essa rainha que foi e continua sendo tão importante para o mundo. Em nosso caso é ainda mais preocupante, pois, nosso país foi construído sobre mãos, suor e sangue de escravizados africanos, dentre eles, parcela significativa de angolanos. Segundo Heywood (2019) cerca de cinquenta mil angolanos foram violentamente retirados de seu país e trazidos para serem escravizados no Brasil.

Ao realizar uma pesquisa em livros didáticos com o intuito de saber como Jinga era retratada, pude compreender que não se tratava de um problema apenas de meus alunos, mas num caso de *epistemicídio*⁵. No livro “*Identidade em ação*” – *Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio da editora Moderna* (2020) não havia qualquer menção sobre Jin-

5 Entende-se neste texto este conceito como a escolha de determinados saberes, povos e personalidades históricas em detrimento de outros. A colonialidade do poder, do saber e do ser, evidencia tais percepções, como por exemplo, os países europeus serem vistos como um modelo “universal” quando ao continente africano e latino-americano são denominados de atrasados, incivilizados, portadores de um não saber, ou de saberes não relevantes.

ga. Nenhuma imagem, nenhuma nota de rodapé, nenhum comentário. Havia um silenciamento sobre essa mulher que foi motivo de tormenta para muitos dos filósofos considerados consagrados para o cânone europeu, Hegel é um dos grandes exemplos. A História eurocêntrica tentou apagar a existência de Jinga., Primeiro, dedicou-se em recontar sua trajetória, de modo a retirar-lhe sua humanidade; por seguinte, excluíram suas experiências de luta contra o colonialismo, silenciando sua importância para o continente africano e para os países afro-diaspóricos.

Sendo assim, o que podemos fazer? No campo teórico, sigo os ensinamentos de bell hooks que em seu célebre livro *Ensinando a transgredir* (2013) reafirma a importância da educação neste contexto ao enfatizar que encontrou na teoria “um lugar de cura”. Deste modo, a teoria que temos discutido em sala de aula com nossos alunos cura ou oprime? Fortalece a libertação das amarras impostas pelo social de seus corpos e mentes ou os fragiliza e induz sua subjetividade ao colonialismo? Entendendo neste artigo a importância da reflexão, mas também de aspectos teórico-práticos, subentende-se a relevância de responder tais questionamentos.

Segundo Louro, “no Brasil, já no final dos anos 80 que, a princípio timidamente, depois mais amplamente, feministas passarão a utilizar o termo “gênero” (2014, p. 27). Ademais, a autora escreve que “o conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos” (2014, p. 27). Embora nas últimas décadas termos avançado no campo dos estudos de gênero em âmbito acadêmico, no que tange a educação básica, é possível identificarmos retrocessos impulsionados pelo conservadorismo.

Em 2021, por exemplo, um deputado⁶ estadual vinculado ao partido Republicanos em São Paulo, apresentou um projeto de lei 634/2021 com o intuito de banir das escolas “propagandas e ideologia de gênero”. Casos semelhantes ocorreram em diversos Estados no Brasil, sob a alegação de que professoras e professores estavam utilizando do ambiente escolar para romper com a “moral e os bons costumes”. Porém, o maior exemplo dos últimos anos, foi a eleição de 2018 de um presidente que representava todos os ataques feitos às minorias e a vários setores populares, dentre estes, a educação pública brasileira.

Paradoxalmente, a partir do início de 2023, com novos horizontes, foi possível reacendermos o esperançar. Além disso, neste ano comemoramos os 20 anos da lei 10.639/03 em que, após décadas de luta do movimento negro, a história da África e a cultura afro-brasileira passaram a se tornar obrigatórias nos currículos acadêmicos e básicos das escolas. Entende-se que não se trata da melhoria de todos os problemas, mas torna o assunto no campo da lei o que facilita para que a exigência seja efetiva.

No entanto, no que tange o assunto “mulheres negras e a História” temos caminhado em marcha lenta. Para exemplificar tal fator, utilizo-me de Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2020) em que ao escreverem o livro *Interseccionalidade* discutem que este termo se trata de uma ferramenta analítica em que categorias como a de gênero, nacionalidade, raça, entre outras, devem ser compreendidas em conjunto. Segundo as autoras “nos primeiros anos do século XXI, o termo “interseccionalidade” passou a ser amplamente adotado por acadêmicas e acadêmicos, militantes de políticas públicas, profissionais e ativistas em diversos locais” (Collins; Bilge, 2020, p. 16). Além disso, outras autoras latino-americanas como o

6 A omissão do nome do deputado foi sobretudo uma opção política da autora.

caso da brasileira Lélia Gonzalez e María Lugones, dedicaram em espaços em seus estudos para compreender que em diversos casos, a mulher negra e/ou a mulher LGBTQIAPN+ não eram vistas ainda que para o feminismo como portadoras dos mesmos direitos das mulheres brancas e heterossexuais.

Gonzalez, por exemplo, foi militante do feminismo negro no Movimento Negro Unificado desde a década de 1970, mas somente em 2020 seus escritos foram reunidos em um livro e seus textos se tornaram difundidos no ambiente acadêmico. Como podemos reverter a história que omite, silencia e exclui as mulheres negras e suas trajetórias?

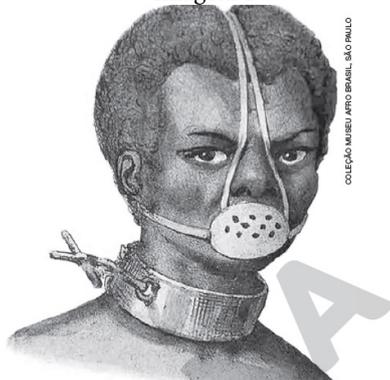
Lugones (2020) dá-nos alguns caminhos. Uma das discussões instigantes apontadas por essa autora é a ideia de “fraturas”, ou seja, ainda que exista uma teoria ocidental que entende que o cerne do universo é composto pela cultura europeia, branca, heterossexual e por homens, há a todo momento na sociedade, indícios de que essa teoria não dá conta de responder todos os questionamentos e problemas sociais. Portanto, cabe-nos expor essas fraturas para que sejam revistas e corrompam com tais perspectivas que por trás de um viés universalista, escondem de fato, seus preconceitos, discriminações e crueldades.

Pensando em um ensino de História decolonial

Nesta parte do texto, o intuito é discutir aspectos para uma práxis decolonial. Portanto, parte-se de duas premissas básicas para tal concepção: i) Disputar a memória histórica a partir de escritoras e escritores negros e vivências africanas; ii) Resgatar o aspecto racial de pessoas que influenciaram a História e o mundo.

Entendendo a complexidade de pontuar melhorias e a dificuldade de fazê-las na prática, busco a partir de uma discussão presente no livro didático abaixo, pensar possibilidades. Vejamos a imagem abaixo:

Imagem 1



Castigo de escravos, gravura de Jacques Étienne Arago, 1839. As máscaras de ferro estão entre as muitas formas de castigo e tortura impostas aos africanos escravizados. Com a máscara, a pessoa ficava impossibilitada de se alimentar e tinha a pele dilacerada.

Fonte: Livro didático “Moderna plus: ciências humanas e sociais aplicadas”, 2020.

Anastácia é conhecida por quem estuda a cultura afro-brasileira e africana. No entanto, neste livro didático nem seu nome aparece, trata-se da experiência de uma vida reduzida à máscara. Grada Kilomba tem uma célebre passagem sobre tal discussão:

Há uma máscara da qual eu ouvi falar muitas vezes durante minha infância. A máscara que Anastácia era obrigada a usar. (...) Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanas/os escravizadas/os comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um seno de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura. Neste sentido, a máscara representa o colonialismo como um todo. Ela simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes

brutais de silenciamento das/os chamadas/os “Outras/os”:
quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre
o que podemos falar? (Kilomba, 2019, p. 33)

O texto de Kilomba chama nos atenção sobre os vários significados da máscara em relação a atuação daquelas e daqueles que eram escravizados. No entanto, na imagem acima do livro didático, o único protagonismo é o da máscara e de seu criador. A figura de Anastácia é de uma pessoa não existente, alguém que parece ter sido criada apenas para enfatizar a máscara. O que aparentemente é sutil, por vezes é transpassado de intencionalidades. Ainda que não estivesse no livro a história da vida de Anastácia, ter a dignidade do seu nome, a inseriria na História.

Deste modo, como podemos recuperar a trajetória de Anastácia e situá-la como protagonista de sua história? A partir do livro *Enciclopédia negra* (2021), organizado por Flávio Gomes, Jaime Lauriano e Lilia Schwarcz podemos disputar sua memória.

Santa popular, a assim chamada “escrava Anastácia” é particularmente cultuada pela igreja da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, no Rio de Janeiro. Trata-se do personagem que circula entre o mito, a memória e a realidade. Há versões de que seria uma princesa africana, escravizada a partir dos portos da África Central e que fora trazida para a Bahia e passado por Minas Gerais até chegar ao Rio de Janeiro. (...) Há ainda quem diga que ela seria obrigada a usar a máscara de ferro por se negar a deitar com seu senhor. (Paiva *et al.*, 2021, p. 50-51)

Quando trazemos vida a personalidades como a Anastácia, que frequentemente aparece nos livros apenas como ilustração, permitimos que novas memórias sejam construídas, até mesmo a respeito ao instrumento de tortura do qual ela é representada.

Ainda que a dificuldade em relação as fontes estejam presentes em parcela importante dos sujeitos históricos africanos e afro-brasileiros, os livros citados acima, nos auxiliam a percorrer trajetórias até então desconhecidas. É inevitável não retomarmos o ponto defendido por Chimamanda Adichie em *O perigo de uma história única* (2019) no qual nos possibilita refletir acerca das muitas maneiras de se contar uma mesma história. Como por exemplo, a imagem da Anastácia e a máscara, em que no primeiro caso, no livro didático, Anastácia parece não ter história além desse objeto, quando no segundo momento, a partir da discussão de Kilomba (2019) e dos autores do verbete sobre sua trajetória, seu protagonismo entra em cena como alguém que não esteve inerte à escravidão, mas que lutou e resistiu às práticas violentas de seu senhor.

Somente assim será possível que retiremos do rosto de Anastácia uma máscara que não a serve mais, conforme a imagem abaixo:

Imagem 2

Monumento à voz de Anastácia, Yhuri Cruz, 2019⁷

⁷ Disponível em: <<https://tinyurl.com/5fwhzcmc>> Acesso em: 23 mai. 2022.

Anastácia tem muitas histórias. Se não tomarmos cuidado acerca das disputas de poder do modo que fazemos ciência, ela aparecerá constantemente com a máscara.

Considerações Finais

Este texto iniciou com uma epígrafe de bell hooks, nada mais justo do que finalizar citando essa autora, “a pedagogia engajada pressupõe que todo estudante tem uma contribuição valiosa para o processo de aprendizagem” (hooks, 2020, p. 50). Muitos são os desafios de quem trabalha com as discussões acerca de gênero, ainda mais, quando se insere a interseccionalidade relacionando os aspectos: raça, classe, nacionalidade, entre outros fatores. No entanto, uma educação engajada ensina sobretudo a transgressão do pensamento, ou seja, à desnaturalização de modelos considerados universais.

Quando estudamos mulheres como as que foram citadas neste artigo: Carolina, Maria Firmina, Jinga, Anastácia, podemos identificar fatores de semelhanças em suas experiências, ainda que em espaços e temporalidades distintos. Foram mulheres negras que persistiram em não se encaixar na padronização do contexto histórico em que viveram.

E se Anastácia não tivesse negado a ser violentada por seu senhor? Será que sem a sua rebeldia a estudaríamos hoje nos livros de História? Provavelmente não. Embora tenha se apresentado a imagem descaracterizada da trajetória de Anastácia, temos a possibilidade de disputar sua memória que consta nos livros didáticos e na historiografia.

Mulheres como Anastácia sempre existiram e continuarão a existir. No entanto, cabe ao meio acadêmico fazer aquilo que a teoria decolonial tem proposto de reflexão, ou seja, deixar de ignorar a história de mulheres como Anastácia e entendê-las como cruciais na reconstrução do tipo de passado

que buscamos contar, na esperança de que ainda no presente a História nos ensine a resistir.

Bibliografia

ADICHIE, Chimamanda N. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AUTORES, Vários. *Moderna plus: ciências humanas e sociais aplicadas*. Manual do professor. São Paulo: Moderna, 2020.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

COLLINS, P. H., BILGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador, EDUFBA, 2008.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HEYWOOD, L. *Jinga de Angola: a rainha guerreira da África*. São Paulo: Todavia, 2019.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora WMF, 2013.

HOOKS, bell. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. São Paulo: Elefante, 2020.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2014.

LUGONES, María. “Colonialidade e gênero”. In: HOLLANDA, Heloísa B. (org.) *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MORRISON, Toni. *O olho mais azul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

OYEWUMI, O. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PAIVA, Andréa, MENEZES, Hélio, BURDICK, John, KARASCH, Mary, SOUZA, Mônica Dias de, LOPES, Nei. Anastácia. SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio dos S.; LAURIANO, Jaime. (orgs) *Enciclopédia Negra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RUBEL, S. (org.) *Njinga a Mbande: rainha do Ndongo e do Matamba*. França: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), 2014.

“Mamelucas, mulatas, tapuias, mestiças, negras”: Apontamentos para uma história das mulheres nos sertões escravistas e do pós-emancipação na Bahia

Miléia Santos Almeida¹

Simony Oliveira Lima²

Resumo: O presente estudo, por meio de uma análise interseccional de gênero, classe e raça, oferece um panorama para a investigação da presença das mulheres negras nos sertões baianos, com destaque para os sertões do rio São Francisco e o alto sertão da Bahia, no contexto dos séculos XIX e XX. As experiências dessas mulheres sertanejas possibilitam compreender distintos aspectos das relações de poder nas sociedades escravistas e do pós-abolição.

Palavras-chave: Mulheres; Escravidão; Pós-abolição; Sertões; Interseccionalidade.

Introdução

Os estudos sobre experiências de mulheres sertanejas permaneceram, por muito tempo, à margem da historiografia

1 Professora da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Doutoranda em História pela Universidade de Brasília (UnB).

2 Professora da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-BA). Doutoranda em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

dedicada a analisar a trajetória das mulheres e das relações de gênero no Brasil. Todavia, as pesquisas acadêmicas que contemplam mulheres e gênero em regiões intituladas como “sertões” se ampliaram consideravelmente e têm ganhado relevância. A organização de arquivos e acervos locais nas regiões interioranas, o uso de novas metodologias e a renovação dos problemas, mediados pela aplicação de ferramentas oriundas dos estudos feministas de caráter interseccional, contribuíram para esse processo.

Considerando esta perspectiva, o objetivo deste artigo é apresentar uma contribuição ao campo de estudo, a partir da análise de experiências de mulheres sertanejas, de distintas condições jurídicas e categorias étnico-raciais, que viveram nos sertões da Bahia nos séculos XIX e XX. Por sua vez, o trabalho também pretende destacar possibilidades de pesquisas que contemplam a temática do estudo das mulheres e das relações de gênero nos sertões baianos, com destaque para os sertões do rio São Francisco e o alto sertão da Bahia.

Em relação às representações mais comuns sobre os sertões, Isnara Pereira Ivo informa:

A historiografia que retrata o sertão surgiu com a história dos sertanistas e bandeirantes nos primeiros anos do século XVIII. Nela, a categoria “sertão” foi utilizada para identificar as regiões não-litorâneas e referia-se a lugares pouco povoados, nos quais a atividade econômica limitava-se à agropecuária. Desde os tempos coloniais, considerado “inculto e cheio de façanhas barbarescas”, o sertão foi concebido como o abrigo da pobreza, da desordem e do isolamento, características opostas à forma de viver das regiões litorâneas, consideradas espaços privilegiados para a “civilização”, para a diversidade econômica e para o exercício da política. (Ivo, 2009, p. 29).

Buscamos assim romper com a representação estereotipada de um sertão isolado, inabitado e marcado pelo atraso, e revelar regiões caracterizadas por outros modos e ritmos de vida, cuja população – nesse caso mulheres negras escravizadas, libertas e livres – construiu suas formas de organização cultural, ainda que em condições adversas diante das hierarquias de raça e gênero, que estruturavam aquelas sociedades.

Os estudos de gênero apontam, há algum tempo, para o caráter cultural das relações sociais entre os sexos, descortinando horizontes para uma investigação mais plural no campo da história das mulheres. Conceber e aplicar “gênero” como uma categoria de análise histórica nos possibilita compreender os significados das hierarquias e dos papéis atribuídos à homens e mulheres, pois, como conceitua a historiadora Joan Scott, “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (1990, p. 21). Todavia, é preciso considerar as diferenças que redefinem as relações de gênero e rompem com uma perspectiva universal de “mulher” ao contemplar, sobretudo, o entrecruzamento das fronteiras de raça e classe. Assim, a ferramenta da interseccionalidade³ possibilita analisar as relações de poder a partir da diversidade das experiências das mulheres negras na escravidão e no pós-abolição.

3 Segundo Patrícia Hill Collins, a definição mais generalista para a categoria interseccionalidade aponta para uma dupla função, em que “investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade e, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente”. (Collins, 2021, p. 16)

A presença de mulheres escravizadas e libertas nos sertões do rio São Francisco⁴

Em 1751, o vigário Manuel Félix da Cruz relatou, em um processo de investigação instituído pelo Tribunal do Santo Ofício, o perfil populacional da freguesia da Barra do Rio Grande, localizada no Oeste baiano. Em especial sobre as mulheres, informou que “[...] exceto quatro famílias, são mameucas, mulatas, tapuias, mestiças, negras etc.; gente rústica, infiel e naturalmente gente atravessada”⁵. Ao analisar o documento citado, a historiadora Elisângela Ferreira ressaltou que “seu discurso desvela o sentimento e o imaginário do período, espelho de uma sociedade de relações hierarquizadas, marcadas pela escravidão, pelos preconceitos de cor e pela misoginia” (Ferreira, 202, p. 138).

Estereótipos observados no olhar dos estrangeiros, direcionados à presença das mulheres nos sertões do rio São Francisco, revelam hierarquias raciais, de gênero e de classe. Ao mesmo tempo, deixam entrever a diversidade de povos e culturas que passaram a conviver e interagir nestes espaços a partir da colonização. A presença de mulheres de diferentes etnicidades foi fundamental para a composição populacional dos sertões baianos. O estudo de Gabriela Nogueira, sobre o Sertão de Cima do São Francisco, no século XVIII, identificou a presença de mulheres africanas e afro-brasileiras, re-

4 O espaço geográfico que será explorado compreende freguesias, povoações e fazendas situadas às margens do rio São Francisco, regiões atualmente localizadas na Bahia e no Norte de Minas Gerais. Este território será acessado a partir de fontes históricas tais como: documentos inquisitoriais, relatos de viajantes, documentação eclesiástica, notarial e judicial; além de referências bibliográficas de estudos que analisaram diferentes localidades no sertão sanfranciscano nos séculos XVIII e XIX.

5 Fonte: Arquivo Nacional do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquirição de Lisboa. Caderno 27º de Solicitantes [1744-1754], fl. 331. Documento citado por FERREIRA (2021: p. 137).

velando, também, a importância das mulheres indígenas no universo da população sertaneja (Nogueira, 2011). A partir do estabelecimento das fazendas pecuaristas, vetores da expansão colonial, as mulheres passaram a compor parte significativa da mão de obra utilizada para tocar as unidades produtoras, tornando-se fundamentais para o desenvolvimento das comunidades em que estavam inseridas: a partir da formação de famílias e das vivências comunitárias, nas quais o compartilhamento de saberes e práticas culturais foram elementos essenciais na formação de uma cultura sertaneja.

Os relatos de viajantes que percorreram o sertão do rio São Francisco, no século XIX, possibilitam compreender quais estereótipos relacionados à racialização das mulheres continuaram presentes. O português João Carlos Leitão, nomeado ouvidor da comarca do Rio de São Francisco, em 1821, deixou registradas suas impressões sobre a população local: “[...] dei mãos a afanosa, e arriscada tarefa de criar a Comarca, extensíssima, e quase toda povoada de índios, mulatos, e negros, por natureza, e falta de civilização, inconstantes, desconfiados e traiçoeiros”⁶.

Em 1875, o inglês James Wells em referência à povoação de Santo Antônio da Manga, localidade situada no atual Norte mineiro, registrou o seguinte: “não vi em todo o povoado nada que se assemelhasse a uma pele branca; mesmos os mais prósperos”. Afirmou, ainda, que havia uma predominância de mulheres mulatas e caboclas (Wells, 1995, p. 22). O censo populacional da paróquia de Santo Antônio da Manga, reali-

6 Fonte: Harvard University - Collection Development Department, Widener Library, HCL/Memoria justificativa do desembargador da relação da Bahia João Carlos Leitão: sobre as causas extraordinárias que demoraram a sua retirada a Portugal até o ano de 1824, ou Breve relação das revoluções acontecidas na nova comarca do rio de S. Francisco, no último certo da província de Pernambuco. Lisboa: Na Imprensa Régia, 1825, pág. 12.

zado em 1808, subdividiu a população entre brancos, pretos e mulatos, estes últimos, identificados como livres e cativos. O resultado do censo aponta que, na paróquia, havia o total de 7.335 almas, destas, apenas 632, o equivalente a 8,9% da população, foi identificada como “brancos”. As informações do censo permitem considerar que as impressões formuladas por Wells não eram desprovidas de sentido.⁷

Assim como Leitão e Wells, muitos viajantes que percorreram o sertão sanfranciscano, no século XIX, deixaram suas impressões sobre a população ali residente. Ainda que estes registros expressem estereótipos indicativos de suas visões de mundo, é possível analisá-los tendo em vista entrever aspectos socioeconômicos e culturais daquela região. É preciso ponderar que, com a colonização, e em especial a escravidão indígena e africana, ocorreu a imposição de instituições e valores ocidentais, tais como os ideais de religiosidade, de organização familiar, dentre outros. Ao mesmo tempo, observava-se a resistência dos sujeitos subalternizados ao recriarem modos de vida e hábitos culturais no continente americano, a exemplo das múltiplas formas de manifestações culturais, ressignificadas nos sertões a partir do contato entre sujeitos de diferentes origens (Mintz; Price, 2003).

Na organização dessas manifestações culturais, as mulheres sertanejas eram presença marcante, como observado no relato do inglês Richard Burton, transcrito a seguir.

Ouvi [...] dentro das casas, cantos acompanhados de palmas, como na Guiné; e, quando embarcamos, uma pequena multidão de mulheres reuniu-se para nos ver. Vestiam-se com uma saia de chita ou de algodão leve, uma camisa, ou melhor uma blusa, geralmente um xale, um lenço na cabeça e chinelos (Burton, 1977, p. 225).

7 Fonte: Arquivo Público Mineiro. Mapas da população. Cx. 01, doc. 27.

Nesta passagem, Burton descreve com detalhes o momento em que deixou a povoação de Malhada, em 1867, embarcando com destino a Carinhanha, próxima parada da sua “*Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*”. Através do olhar do viajante estrangeiro, podemos acessar aspectos importantes acerca da formação populacional e da influência dos africanos e seus descendentes na cultura do sertão do rio São Francisco. Além de compor parte do calendário religioso e dos festejos locais, essas manifestações devem ser vistas como práticas de resistência fundamentais para o enfrentamento da escravidão e suas heranças, pois, como observado em outros espaços da América, no caso das mulheres que viviam “nas áreas rurais, onde a maior parte estava empregada nas plantações, era mediante a linguagem e a música que educavam seus filhos, reinventando sentidos culturais” (Paixão; Gomes, 2012, p. 299).

Considerando que as mulheres foram essenciais para a formação das sociedades sertanejas e tendo em vista as inúmeras tentativas de apagamento e os estereótipos que recaíam sobre elas, como suas experiências podem ser acessadas? Um caminho que vêm sendo percorrido por historiadores/as perpassa a utilização de ferramentas propiciadas pela História Social e pelos estudos interseccionais. Esta orientação teórico-metodológica é de extrema importância para uma escrita historiográfica que considera a experiência das mulheres e das relações de gênero, pois possibilita a compreensão do papel das ações das mulheres para as transformações observadas no curso da História (Tilly, 1994).

Análises historiográficas que utilizam do conceito de gênero como categoria útil de interseccionalidade, originados em uma produção alicerçada em pautas de fundo social e acadêmico, têm contribuído para a reformulação de estratégias teórico-metodológicas adequadas para captar as experiências das mulheres. Estes estudos procuram problematizar como as

hierarquias de gênero, raça e classe, dentre outras, interferiam nas vivências das mulheres, limitando suas ações, mas, direcionando suas possibilidades de escolha (Faria, 2021).

No exame das experiências vividas pelas mulheres san-franciscanas, a análise do cotidiano é elemento essencial (Dias, 1995, p. 14). A reconstituição de aspectos de suas trajetórias pode ser realizada a partir do mapeamento de diversas tipologias de fontes. A ligação nominativa, apoiada no método onomástico (Ginzburg; Poni, 1989) é um importante mecanismo para evidenciar vestígios da vida dessas mulheres, compreender como estas se articulavam em redes de parentesco e solidariedade e identificar possíveis alianças e conflitos em que estiveram envolvidas.

Uma vez que, a maior parte dos documentos utilizados como fontes históricas foram registrados por homens e, portanto, transmitem as suas perspectivas, é preciso um olhar para os registros capaz de capturar, nas entrelinhas, histórias muitas vezes encontradas à margem dos documentos oficiais. Levando em consideração este aspecto, que fontes podem ser utilizadas para o estudo das experiências de mulheres sertanejas: escravas, libertas e livres pobres, no período em que vigorou a escravidão?

Inventários *post-mortem*, testamentos e processos crimes possibilitam esmiuçar situações que informam a respeito do cotidiano de trabalho, bem como sobre as lutas pela sobrevivência e por autonomia, empreendidas pelas mulheres e membros de suas famílias. É possível observar que, para cativos e libertos, o trabalho estava alinhado a um projeto de desenvolvimento familiar. Analisando a prática da microeconomia escrava no sertão do rio São Francisco, Napoliana Santana destacou que a família “significou também o *locus* onde homens e mulheres escravizados puderam elaborar formas de resistências cotidianas e lutar pelas suas sobrevivências” (San-

tana, 2012, p. 48). Para além de batalhar pela sobrevivência, observa-se que as mulheres escravizadas, de diferentes espaços do Brasil colonial e imperial, protagonizaram lutas pela alforria para si e para membros das suas redes familiares e comunitárias, colaborando na construção de diferentes sentidos para a liberdade e para a autonomia. Dessa forma, uma importante temática explorada pela historiografia da escravidão diz respeito à influência dos padrões de gênero e raça na negociação das alforrias. Para isso, fontes históricas como cartas de alforria e ações de liberdade são essenciais para a compreensão da atuação das mulheres na busca pela liberdade negociada e disputada na justiça.

Nos espaços urbanos, no século XIX, o trabalho de ganho era atividade que compunha o cotidiano da maioria dos escravizados, neste cenário, havia a predominância de mulheres ocupadas com atividades comerciais variadas (Reis, 2012, p. 173). Ainda que as atividades comerciais fossem realizadas pelas mulheres sertanejas, nos espaços rurais ocorria uma diversificação das ocupações, que perpassavam o trabalho nas lavouras, a criação de animais, a realização de serviços domésticos, a confecção de produtos artesanais, o extrativismo, dentre outras ocupações. Interessa, portanto, a compreensão de como estas atividades expressavam padrões de gênero e como contribuíram para a experiência das mulheres, sem perder de vista a importância da atuação destas nas sociedades em que estavam inseridas.

A africana Dorotea Pereira, “natural da Costa da Mina”, faleceu em 1816, na vila de Carinhanha, localizada no Oeste baiano, deixando como bens sua casa de morada, no valor de 16\$000 reis, um garrafão, uma bacia, uma caixa com algumas roupas e 50\$000 reis em moeda. Em seu testamento, Dorotea esclareceu: “sou solteira e não tenho filhos, tenho um menino em minha companhia de nome Manoel que o criei lhe deixo

a minha casa e os poucos trastes dela”. Para sua afilhada, de nome Marta, Dorotea deixou o garrafão e a caixa com “tudo quanto se achar dentro dela”. As dívidas passivas presentes no espólio eram referentes a compras realizadas na vila de Carinhanha. O comerciante Alex Brito passou recibo, anexado ao inventário, do pagamento de 1\$760 reis relativos a “umas garrafas de vinho que me comprou”. Já o comerciante André alegou que Dorotea lhe era devedora da “quantia de 3\$840 de sabão que o suplicante lhe vendeu em sua vida e que não lhe pagou, e não duvida pagar [...] sua conta”. Ao afirmar que não duvidava que a dívida fosse quitada, André pode ter deixado subtendido que Dorotea sempre honrou seus compromissos. Possivelmente, ela exercia a atividade de lavadeira, dessa forma, a compra de sabão poderia ser prática recorrente.⁸

Processos judiciais, em que as mulheres se encontravam na condição de vítimas ou rés, ressaltam situações envolvendo denúncias de injúria, difamação, além de casos em que ocorreram violências físicas e/ou resultaram em homicídios. As mulheres também estavam presentes como testemunhas oculares e, às vezes, ainda que não estivessem na posição de personagem central da querela investigada, é possível captar passagens de suas vivências e desvendar saberes e práticas de seus domínios. Em junho de 1864, em um processo-crime aberto para investigação de tentativa de homicídio, as testemunhas alegaram que o escravo Luís, após sofrer um atentado a pauladas, fora curado por Quirina Rodrigues de Cerqueira.⁹ Assim como Quirina, muitas mulheres sertanejas eram conhecedoras de práticas de cura essenciais em uma região de difícil acesso a cuidados médicos.

8 APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. ID: Doroteia Pereira. Est. 02, cx. 728, maço 1194, doc. 12, 1816.

9 APEB. Seção Judiciário. Série: Processo-crime. Homicídio. ID: 34552. Est: 11 Cx. 394. Doc. 3. Carinhanha, 1865.

Para além das múltiplas formas de opressão sofridas pelas mulheres sertanejas, observa-se a diversidade dos conhecimentos e práticas de resistência adotadas a partir do espaço-tempo em que estas estavam inseridas. Assim, utilizando do aporte teórico-metodológico da História Social e da abordagem interseccional, é possível descortinar experiências de lavradoras, artesãs, lavadeiras, comerciantes etc. identificando passagens de suas vivências que expressam a batalha pela sobrevivência, ao mesmo tempo em que situam a importância dessas mulheres na criação e recriação de uma cultura sertaneja no sertão do rio São Francisco.

Experiências e narrativas de mulheres pretas e pardas no alto sertão da Bahia¹⁰

No período que imediatamente se sucedeu à abolição, nos primeiros tempos de “cidadãos iguais perante a lei”, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. (Gonzalez, 2020, p. 40).

O contexto posterior a abolição da escravidão no Brasil foi atravessado por rupturas e permanências nas estruturas da sociedade, sobretudo, nas relações raciais e de gênero. Enquanto o projeto republicano de modernidade e progresso se alicerçava sobre a criação de mecanismos jurídicos de controle sobre as populações marginalizadas e racialmente subalternizadas, a concepção burguesa e cristã de honra e moralidade estabelecia normatizações sobre os corpos femininos. Nas vidas de mulheres negras no pós-abolição, as hierarquias de gênero e raça se entrecruzavam e redefiniam suas experiên-

10 Sobre a região estudada, o alto sertão, ou ‘sertoins de sima’, ainda que corresponda mais a uma região “imaginada” que um território geográfico definido, e não possui fronteiras bem delimitadas, seria uma área formada “por toda a Serra Geral e franjas das microrregiões econômicas Médio São Francisco, Chapada Diamantina, Sudoeste e Paraguaçu” (Estrela, 2003, pp.37-39).

cias que, muitas vezes, escapavam aos padrões de moralidade propagados pelas elites, pois como destaca Rachel Soihet, “suas relações tendiam a se desenvolver dentro de um outro padrão de moralidade que, relacionado principalmente às dificuldades econômicas e de raça, se contrapunha ao ideal de castidade” (Soihet, 1997, p. 368). Suas formas de existência, sobrevivência e resistência as distanciavam de um ideal de comportamento feminino e, por isso, se tornavam alvo de vigilância das autoridades médicas e jurídicas no Brasil¹¹.

Diante de um processo de silenciamento em relação à cor da população negra no país estimulado pelas ideologias de branqueamento – que objetivavam a extinção do segmento negro da população brasileira e como consequência o surgimento de um país branco por meio do cruzamento de raças (Bento, 2002, p. 46) –, o estudo das experiências de mulheres negras no pós-abolição se torna uma tarefa árdua. Ademais, ao realizarem uma análise dos balanços e perspectivas do pós-abolição enquanto problema histórico, as professoras Ana Maria Rios e Hebe Matos destacaram a importância de se considerar suas especificidades, pois “no Brasil, o fim da escravidão e as reconfigurações sociais no pós-abolição tiveram também contornos regionais específicos. A instituição praticamente se “dissolveu” no nordeste, terminando ali mais cedo do que no centro-sul” (Rios; Matos, 2004, p. 174).

Nesse sentido, algumas regiões do país, cujos processos de escravidão e liberdade possuíam contornos distintos do sudeste cafeeiro e/ou as fronteiras da mestiçagem entre brancos, negros e indígenas se apresentaram de forma mais difusa, a investigação histórica dessas experiências se transforma

11 No que se refere às mulheres, a interferência maior do estado em questões de âmbito privado, empregando conceitos como “honra e moralidade”, revelava diversas facetas, desde a imposição de modelos ideais de feminilidade ao controle sobre seu comportamento e sexualidade.

em uma tarefa de “leitura nas entrelinhas” de documentações que possam oferecer indícios fragmentárias das histórias dessas mulheres sertanejas. Elas aparecem costumeiramente nas margens das fontes oficiais, ainda que protagonizem muitos processos de insubmissão às normas culturais prescritas ao seu gênero naquela sociedade, improvisando papéis em situações “excepcionais-normais”¹² de suas vidas, que transparecem nos meandros do implícito ou omitido. Maria Odila Dias, ao estudar o cotidiano de mulheres pobres no século XIX em São Paulo formula a percepção de que

O processo propriamente histórico de suas vidas em sociedade tem bem mais a ver com um contínuo improvisar de papéis informais, mudança, vir a ser, do que com mitos e normas culturais. E, preciso estudar os espaços femininos conquistados e não os prescritos, por isso em grande parte calados ou omitidos nos documentos escritos. Os papéis propriamente históricos das mulheres podem ser captados de preferência nas tensões sociais, mediações, intermediações: nas relações propriamente sociais, que integram mulheres, história, processo social e que os historiadores podem resgatar das entrelinhas, das fissuras e do implícito nos documentos escritos. (Dias, 1995, p. 50).

Assim, as fontes judiciais, ao tempo em que são vestígios de um processo de controle e punição dos sujeitos que rompiam com normas sociais prescritas, se tornam também grandes aliadas no desafio de escrever sobre grupos socialmente e racialmente marginalizados. Os processos criminais nos permitem acessar aspectos variados de suas vidas e, “em quais tipos de crimes estavam envolvidas, qual a posição ocupada por elas no processo, de onde vinham, o que faziam para sobreviver, onde moravam, em quais localidades do município

12 Conceito elaborado por Edoardo Grendi que, segundo Carlo Ginzburg (1989, p. 177), pode se referir também a uma documentação menos frequente, porém mais reveladora que fontes volumosas e estereotipadas.

ocorreram os crimes e qual a cor de algumas dessas mulheres” (Damasceno, 2011, p. 51).

As mulheres, em sua maioria, invisibilizadas nas narrativas oficiais sobre um sertão rude, masculino e patriarcal, não eram invisíveis nas tramas cotidianas da sociedade do alto sertão da Bahia. Ainda que imersas em um sistema de relações de poder profundamente hierarquizadas, se faziam presentes em diversos contextos, subvertendo a lógica da dicotomia público-privado, vivendo entre o urbano e o rural e sendo protagonistas ou coadjuvantes de inúmeros episódios de negociação e conflitos, dentro e fora das margens da lei. Então, quais os significados de ser uma mulher negra no alto sertão da Bahia nas primeiras décadas após o fim da escravidão?¹³ Que experiências essas mulheres compartilhavam e como nos permitem compreender a sociedade em que viveram?

Nas décadas posteriores a abolição da escravidão no Brasil, a ausência da cor na documentação oficial não é um fato isolado e nem ocorre por acaso. Essa questão tem representado um desafio teórico e metodológico para historiadores/as que pesquisam as relações raciais em diferentes regiões do país. Ressaltamos que o silenciamento sobre a cor de vítimas, acusados e testemunhas em documentos como processos criminais não foi uma invenção da república ou do pós-abolição, embora tenha se intensificado nesse período, com a emergência de debates pautados no mito da democracia racial.¹⁴

13 Nossa análise contempla documentações da década de 1940 no alto sertão baiano, em função de as transformações culturais apresentarem uma dinâmica temporalmente mais lenta que as mudanças provocadas por eventos políticos no processo histórico, sobretudo, em relação as hierarquias de classe, gênero e raça. Por sua vez, as regiões mais distantes dos centros e marcadas por decursos tardios de ocupação e modernização urbana conservam em suas estruturas modelos que delongaram mais tempo para se modificar profundamente.

14 Ao discutir a mestiçagem no Brasil como elemento do mito da democracia racial, Kabengele Munanga analisa a mesma como um fenômeno ideológico que

À medida que adentramos o início do século XX, a descrição da cor em documentos oficiais, como recenseamentos e processos criminais, torna-se cada vez mais rara. Sobre esse silenciamento, Sueann Caulfield afirma que “para a república já no pós-abolição, a ausência da cor estava relacionada ao processo de construção da cidadania republicana e ao projeto de nação que buscava constituir-se como branca” (1996, p. 136). Embora o discurso jurídico, numa perspectiva liberal, procurasse evitar uma ênfase na cor dos indivíduos, o discurso médico marcado fortemente pelos ideais eugênicos¹⁵, mantinha a necessidade de delimitação das características fenotípicas das vítimas nos exames de corpo de delito.

Todavia, é possível estimar que esse silêncio não era tão absoluto que não pudesse ser desvelado. Nos processos criminais localizados nos arquivos baianos como o APEB (Arquivo Público do Estado da Bahia) e APMC (Arquivo Público Municipal de Caetité¹⁶), encontramos os registros de histórias de mulheres pretas e pardas na condição de vítimas e/ou acusadas de delitos que delineiam uma série de experiências

constituiria uma etapa transitória do processo de branqueamento nos discursos do século XIX. (Munanga, 1999)

15 A eugenia pode ser conceituada como um movimento científico e social voltado para o aperfeiçoamento genético da espécie humana. Suas origens encontram-se na obra do naturalista inglês Francis Galton (1822-1911), que afirmava que tanto o físico como o mental estavam ligados à herança biológica. Isso justificava, no seu entender, a necessidade dos “cruzamentos selecionados” entre os seres humanos. Seu projeto pretendia comprovar que a capacidade intelectual era hereditária e assim, justificar a exclusão de negros, imigrantes asiáticos, deficientes e qualquer um que não se encaixasse no padrão eugênico ideal.

16 Principal cidade do alto sertão da Bahia e, em seus tempos áureos, fora considerada a “Princesa do Sertão”, apresentando um quadro de dinamismo econômico que a caracterizava como um dos mais ricos empórios do sertão da Bahia, mantendo um importante trânsito comercial com as regiões da Chapada Diamantina, Recôncavo Baiano e Minas Gerais devido a sua posição geográfica estratégica na região. O APMC abriga um importante polo documental que contempla um acervo de diversos municípios da região.

e relações de gênero e raça¹⁷. Vale ressaltar que o número de mulheres classificadas como pretas não é tão expressivo nas descrições médicas, apesar de constar em alguns trechos das descrições de escritvães. A tendência que sobressaía estava relacionada a utilizar qualquer indicador de embranquecimento no fenótipo das vítimas, sendo classificações de mestiçagem “parda e morena” mais comuns. Em outros períodos, a expressão “pardo/a” fora importante enquanto distinção numa sociedade dividida entre escravos e livres/libertos. Com a redução do uso de outros termos como cabra, mulato, crioulo etc., o termo passava a englobar uma infinidade de tonalidades de pele, mas sempre fazendo referência a algum grau de mestiçagem. Segundo Mattos,

As significações, que até então se atribuíram a palavra “pardo” marcavam um lugar social, caracterizado como exceção, numa sociedade socialmente estratificada. Identificava a ascendência cativa entre os homens livres nascidos no Brasil, como também a ascendência branca (livre) entre os escravos crioulos (Mattos, 1998, p. 361).

Ser uma mulher parda constituía assim um lugar de exceção na sociedade escravista. Entretanto, o pós-abolição conferia a essas mulheres um “outro lugar”, reivindicado ou não por elas. Não ser negra e com isso não carregar os estigmas do passado de escravidão, mas também não ser branca e não ocupar uma posição social de maior privilégio naquela sociedade, ainda que com maiores possibilidades de ascensão social.

Nos autos de perguntas feitas às vítimas, acusadas e testemunhas, invariavelmente o questionamento acerca da profissão desempenhada está presente. Por meio deles, podemos

17 Os apontamentos aqui realizados partem de uma breve síntese de algumas análises elaboradas na dissertação ALMEIDA, Miléia Santos. “*Actos delictuosos*”: mulheres e criminalização no alto sertão da Bahia (Caetitê, 1890-1945). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Feira de Santana, 2018.

identificar os ofícios exercidos pelas mulheres sertanejas pobres que, muitas vezes, escapavam aos recenseamentos e outras formas de registros oficiais. As ocupações mais comuns dessas mulheres estavam associadas aos serviços domésticos e de cuidado ou ao trabalho no campo. Empregadas domésticas, lavadeiras, costureiras e fiandeiras, parteiras e lavradoras emergem nos processos, revelando características da sociedade racista e patriarcal em que viviam que refletiram direta ou indiretamente nas relações de trabalho que mantinham.

No arraial de Caculé, no ano de 1894, a costureira Maria Eugênia de Jesus, conhecida por Maria Pretinha, revidou as bofetadas que recebeu de Antônio José de Souza, com um golpe de navalha, que lhe abriu um talho da sobrancelha do olho esquerdo ao canto direito da boca¹⁸. A briga havia começado com uma discussão nas calçadas da casa de Joanna de Tal, também costureira como as demais mulheres testemunhas no processo, e terminara nas páginas de um processo criminal. Ainda que suas razões estejam pouco visíveis no processo, esse conflito evidencia a violência cotidiana a que estavam expostas as mulheres das camadas populares que transitavam em zonas limítrofes entre os espaços públicos e privados, nesse caso, nas calçadas de uma casa, local de sociabilidade para os habitantes do arraial. A atitude de Maria Eugênia ao revidar o tapa recebido revelava também que essas mulheres não eram totalmente submissas a imposição dessa violência pelos homens e, por sua vez, o fato de carregar consigo uma navalha poderia indicar que elas conheciam os perigos a que estavam sujeitas e tinham necessidade de garantir sua própria segurança na ponta de uma faca.

18 APEB. Sessão Judiciário. Série Processos-Crime Lesões Corporais. 1894. 13/541/10.

Enquanto a ocupação de fiandeira/costureira encontrava-se na tênue fronteira entre o urbano e o rural, outras ocupações apresentavam fortemente as características de uma sociedade ruralizada. A existência de uma numerosa população camponesa no alto sertão e, conseqüentemente, a expressiva presença de mulheres que se classificavam como lavradoras nos processos, tem sua origem relacionada ainda ao exercício de uma escravidão predominantemente rural, com preponderância de pequenas e médias propriedades. O pós-abolição nessa região fez surgir assim um campesinato composto por ex-escravos/as e libertos/as que continuaram no campo, e não foram alvo do tráfico interprovincial, além de outros sujeitos livres que praticavam a policultura de subsistência.

Percebemos a questão da exploração do trabalho das jovens, sobretudo, oriundas do campo, em processos como o de Hermínia Maria de Jesus, de dezesseis anos, que em 1933, fora deflorada pelo patrão Cezar Viana, de 38 anos, enquanto realizava o serviço de buscar água na fonte, na localidade de Umbuzeiro. Ao responder no inquérito como havia chegado à casa do réu, Hermínia afirma que a mulher de Cezar, dona Nazinha, pediu aos seus pais para levá-la para sua casa “para ajudá-la como servente, nos serviços da casa, gratuitamente”¹⁹.

O fim do edifício escravista provocou alterações significativas nas relações afetivas dos sujeitos envolvidos. Tais mudanças não ocorreram de uma hora para outra, com a simples outorga de uma lei abolicionista, haja vista que o número de mulheres libertas já era significativo nos anos finais da escravidão, condição que afetava diretamente seus arranjos amorosos. Por sua vez, as relações afetivas de mulheres negras carregavam inúmeros estigmas dos tempos do cativeiro. É assim que, entre os processos analisados, encontramos mu-

19 APEB. Sessão Judiciário. Série Processos-Crime Defloramento. 1933. 223/103/1.

lheres casadas religiosamente, amasiadas, em relações extra-conjugais, viúvas, solteiras, criando sozinhas seus filhos, com familiares ou rompendo com o mito da maternidade inata.

Os termos “concubina ou amázia” emergem em processos como o homicídio de José Antônio da Silva, por sua amásia Ana Cecília, em 1927 na localidade de Poço (Santa Luzia), ou quando, em 1941, Manoel Pereira “assassina barbaramente sua companheira de concubinato”²⁰, em Esgoto (Brejinho). No relato da defesa percebe-se o reconhecimento dessas uniões para as camadas populares, pois “embora essa união não fosse legitimada oficialmente pela lei, contudo ela existia de facto, cimentava essa união a amizade que ambos se votaram pois juntos conviviam e nas viagens que um fazia o outro acompanhava”²¹.

A referência a pessoas “casadas apenas eclesiasticamente” na descrição de testemunhas em muitos processos indica também uma permanência da mentalidade católica que dava ao matrimônio religioso um status reconhecido e amparado socialmente. Entretanto, uma tendência ligada a um casamento arranjado muito cedo como projeto de vida não se revela como aspecto homogêneo nas camadas mais baixas da sociedade. Seu casamento poderia seguir outros contornos e, constantemente, nos deparamos com uma intensa presença de mulheres, entre vinte e trinta anos, com o estado civil de solteira na qualificação dos processos. Este registro, entretanto, não sugere que mulheres negras não mantivessem relacionamentos esporádicos ou uniões consensuais ainda em idade precoce, mas não se deve excluir a hipótese da ausência de um parceiro afetivo em parte da vida de muitas delas.

20 APMC. Série: Autos Crimes – Sub série: Homicídio. Data-limite 1918-1992. Caixa: 56.

21 APMC. Série: Autos Crimes – Sub série: Homicídio. Data-limite 1918-1992. Caixa: 56.

A diferenciação do tratamento das “mulheres ofendidas” no discurso jurídico dava-se também com relação ao fator racial, embora nem sempre fosse possível precisar a cor das mulheres em processos de defloramento²². Todavia, dois processos são bastante elucidativos tendo como base estratégias da defesa e acusação em seus discursos sobre o procedimento das vítimas. Ainda que ambas compartilhassem uma posição de classe semelhante, à Aureliana Maria Cotrim e Ritta Maria de Jesus são atribuídas características que se relacionavam com as construções de perfis de uma mulher branca e uma mulher negra, respectivamente, para uma sociedade cujas relações permaneceram fortemente racializadas, mas cujas fontes históricas oficiais revelam o racismo apenas em suas entrelinhas. Enquanto Aureliana, loira e de olhos azuis, é descrita como uma moça inocente e roceira²³, Ritta, única vítima identificada como preta fora do laudo médico, é descrita como tendo um “temperamento ardente e sensual”²⁴.

Para as mulheres negras, mantinha-se um estereótipo de sexualidade afluada e incontrolável, que justificaria ou mesmo anularia as violências pelas quais viessem a passar, descredibilizando também o seu depoimento. Todavia, as experiências de mulheres como Maria Eugênia, Hermínia, Ritta, Anna Cecília e muitas outras, ainda que atravessadas por violências, muitas vezes reforçadas diante de um aparato jurídico-policial e médico-legal bastante sexista e racista não são apenas

22 O crime de defloramento fora uma inovação do Código de 1830 e, previsto no artigo 267 do Código Penal de 1890, era descrito como “Deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude”. Seria substituído posteriormente pelos crimes contra os costumes, que abordaria a dimensão moral com mais ênfase que a questão física da virgindade.

23 APEB. Seção Judiciário. Processo-crime. Ano: 1944. Série: Defloramento. Est. 223, cx. 104, doc. 02.

24 APEB. Seção Judiciário. Processo-crime. Ano: 1927. Série: Defloramento. Est. 223, cx. 103, doc. 05.

registros de opressões, são exemplos de resistências, táticas de sobrevivência e improvisação de papéis naquela sociedade estruturada pelo racismo e pelo patriarcado. Suas histórias, ainda que fragmentadas, não apenas rompem silêncios historiográficos e atestam a sua presença na história do alto sertão baiano, mas redefinem nossas percepções acerca das relações de gênero e raça nos sertões do pós-abolição.

Considerações Finais

A presença das mulheres negras na história dos sertões baianos, mais especificamente os sertões do rio São Francisco e o alto sertão da Bahia, se revela por meio das entrelinhas das documentações analisadas. Suas narrativas de resistência, de sociabilidades, de afetos, violências e sobrevivência permitem contar outras histórias sobre os contextos da escravidão e do pós-abolição, marcados por mudanças e permanências nas suas vidas, de suas filhas, netas e bisnetas. Nosso estudo, pautado em uma premissa teórico-metodológica de abordagem interseccional de raça, classe e gênero, permitiu assim acessar algumas dessas experiências, ainda que fragmentárias, de mulheres sertanejas “pretas, pardas, mameluças, mulatas, tapuias, mestiças” e descortinar um horizonte repleto de possibilidades de pesquisas.

Bibliografia

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray (Org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58.

CAULFIELD, Sueann. Raça, sexo e Casamento: crimes sexuais no Rio de Janeiro, 1918-1940. *Afro-Ásia*, nº 18, 1996, p. 125-164.

COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

DAMASCENO, Karine Teixeira. *Mal ou bem-procedidas: cotidiano e transgressão das regras sociais e jurídicas em Feira de Santana, 1890-1920*. Dissertação de Mestrado. Campinas-SP: Unicamp, 2011.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ESTRELA, Ely Souza. *Os sampauleiros: cotidiano e representações*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP; FAPESP; Edusc, 2003.

FARIA, Sheila de Castro; REIS, Adriana Dantas (Orgs.). *Mulheres negras em perspectiva: identidades e experiências de escravidão e liberdade no espaço atlântico (séculos XVII-XIX)*. Feira de Santana: UEFS Editora; Cantagalo, RJ: Editora Cantagalo, 2021.

FERREIRA, Elisângela Oliveira. *Mulheres negras em São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande: recortes da vida no sertão nordestino do século XVIII*. In: FARIA, Sheila de Castro; REIS, Adriana Dantas (Orgs.). *Mulheres negras em perspectiva: identidades e experiências de escravidão e liberdade no espaço atlântico (séculos XVII-XIX)*. Feira de Santana: UEFS Editora; Cantagalo, RJ: Editora Cantagalo, 2021.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa - século XVIII*. Tese de doutorado em História. Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas: Universidade Cândido Mendes, 2003.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NOGUEIRA, Gabriela Amorim. “Viver por si”, Viver pelos seus: famílias e comunidades de escravos e forros no “Certam de Sima o Sam Francisco” (1730-1790). Dissertação de Mestrado, PPGHRL/UNEB, Santo Antônio de Jesus-BA, 2011.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos Reis. Relações de gênero no cotidiano de mulheres negras da Bahia oitocentista. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 5, p. 170-198, 2004.

SANTANA, Napoliana Pereira. Família e Microeconomia escrava no sertão do São Francisco (Urubu-BA, 1840-1880).

Dissertação de mestrado. UNEB, Santo Antônio de Jesus, 2012.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997, p. 362-400.

TILLY, Louise A. Gênero, História das mulheres e História Social. *Cadernos Pagu*, nº 3, 1994, p. 29-62.

Fontes impressas

BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

LEITÃO, João Carlos. *Memoria justificativa do desembargador da Relação da Bahia (hoje do Porto): sobre as causas extraordinarias que demorarão a sua retirada a Portugal até o anno de 1824, ou Breve relação das Revoluções acontecidas na nova comarca do rio de S. Francisco, no ultimo Certão da Provincia de Pernambuco*. Lisboa: Na Impressão Regia, 1825.

WELLS, James W. *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil – do Rio de Janeiro ao Maranhão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995, vol. II, pág. 22.

Gênero e história das mulheres no continente africano: diálogos e perspectivas no GT de gênero da ANPUH-RJ

Núbia Aguilar¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é expor algumas discussões levantadas no ST Gênero e História das mulheres no continente africano, como parte da III Jornada de História e Gênero – Feminismos e representatividades na história, proporcionado pelo GT de gênero da ANPUH-RJ. Gênero, História das mulheres e hierarquias de poder, na construção de narrativas, foram alguns dos temas abordados para instigar reflexões mais inclusivas e horizontais.

Palavras-chave: Gênero, História das mulheres, Continente africano.

Este texto possui por objetivo reunir algumas experiências adquiridas ao longo da coordenação do Simpósio Temático “Gênero e História das mulheres no continente africano”, como parte das atividades da III Jornada de História e Gênero – Feminismos e representatividades na história, proporcionado pelo GT de gênero da ANPUH-RJ, em 2022. A mesa buscou acrescentar à jornada debates em torno da História do continente africano, com foco em pesquisas que colocassem em tela histórias sobre mulheres e/ou relações de gênero, em diálogo com as demandas demarcadas pela Lei 10.639/03.

1 Doutoranda no Programa de História Social da Universidade de São Paulo.

Deste movimento, ganhamos um espaço oportuno para trocas que movimentaram os debates entre ensino e pesquisa, de modo a integrar um recorte que desponta em diversas frentes do tempo presente.

A proposta submetida por mim, em parceria com Moisés Corrêa da Silva, dispôs da seguinte chamada:

O objetivo deste Simpósio Temático é reunir pesquisas voltadas para interesses sobre gênero e história das mulheres no continente africano. Com o comprometimento de investigar o desenvolvimento da escrita da História da África, e como esta escrita foi realizada e divulgada nas últimas décadas, após a promulgação da lei 10.639/03 que tornou obrigatória o ensino da cultura africana e afro-brasileiras nas escolas públicas e privadas, convidamos pessoas interessadas em debater este tópico, com foco em análises que priorizem a participação de mulheres e de eventos vinculados a dinâmicas de gênero em diferentes períodos históricos no continente africano, para incentivar a difusão de reflexões tão importantes para a composição transversal entre ensino e pesquisa (Aguilar; Corrêa, 2022, p. 13).

Com o aceite para participarmos da III Jornada de História e Gênero – Feminismos e representatividades na história, proporcionado pelo GT de gênero da Anpuh-RJ, trocamos conhecimentos e informações importantes para o andamento de debates na área dos estudos africanos, de ensino, sobre histórias das mulheres e questões fincadas dentro de entendimentos sobre essas interações na sociedade brasileira. De um modo geral, abordagens teóricas e metodológicas concernentes a temas relacionados à História da África, e aos estudos pós e decoloniais, trouxeram aberturas para a renovação de críticas na produção do conhecimento histórico e incentivou diálogos com outras possibilidades de narrativas. Vale ressaltar, que esta intenção geral se fez presente dentro de engajar

jamentos políticos desenvolvidos em paralelo ao andamento dos estudos africanos nas décadas de 1950 e 1960. As ondas de independências, e intensificação das lutas por direitos civis em diferentes regiões do mundo influenciaram os campos acadêmicos, que viram uma maior necessidade de integrar outras visões nas composições analíticas de suas abordagens. A grande área dos estudos africanos, deste modo, dispõe de uma marcação política acentuada, diante da necessidade em afirmar que “a África tem uma história” (Ki-Zerbo, 2010) - negação concedida, sobretudo, pela produção europeia do século XIX, tendo em Hegel seu grande expoente.

Demarcar que a África tem uma história fez-se necessário, uma vez que o continente – junto a outras regiões do mundo – foi representado de forma reduzida, estereotipada e distante de realidades socioculturais reais, devido a necessidade colonial de mitigar povos e indivíduos. Fruto dessa administração, produtora de arranjos políticos e econômicos fundados na exploração, e também de narrativas sobre o outro, o continente, que hoje é constituído por 54 países, ainda é alvo de imaginários parcos e estereotipados, como parte de imagens coloniais de difícil dissolução, produtoras de “histórias únicas” (Adichie, 2019).

O crescimento dos estudos africanos, a partir de perspectivas combatentes as narrativas coloniais, se deu de forma muito próxima ao desenvolvimento dos movimentos de libertação que eclodiram em diversas partes do continente, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Deste modo, a busca em recuperar imagens usurpadas, e intencionalmente alteradas para serem subservientes aos interesses do colonialismo, tornou-se uma atividade que ainda hoje se põe como necessária. Este é um bom motivo para discussões tangentes a questões sobre o continente garantirem presença em espaços,

fomentar debates, além da própria necessidade social brasileira em se aproximar destes temas.

A intenção em participar da jornada, considerada como cumprida diante da nossa proposta, foi garantir este lugar quando teorizamos e dissertamos sobre relações de gênero e história das mulheres dentro dos diversos campos da historiografia. Ao sermos críticos à suposta naturalidade da disposição de informações nos ambientes acadêmicos, a presença dos estudos interessados em ampliar abordagens teóricas nos movimenta para direções múltiplas. Acompanhar o andamento de pesquisas e produções, lançando, sempre que necessário, dúvidas sobre o que se apresenta como natural, pode sinalizar disposições de estruturas de poder. Longe de corresponder aos ideais de organização e funcionamento sobre o desenvolvimento da disciplina, acesso a fontes e tradução, o rigor de método e tantos outros pontos, também se faz necessário apontar caminhos e fomentar debates, no lugar de estarmos à espreita do silêncio. Não há muitas opções para o incentivo e amadurecimento dos estudos africanos se não investirmos em trocas, que podem acontecer por muitos caminhos. Da mesma forma, este compromisso firmado com a presença, não diz respeito a desenvolver pesquisas e discussões sem rigor. Ao contrário, é uma provocação para darmos seguimento e construir pontes que possam ser úteis.

As abordagens sobre dinâmicas de gênero, história das mulheres, ensino e pesquisa da História da África dialogam com necessidades sociais diversas. Dentro do campo da História, tais estudos despontam como relatores de certa marginalização e permanências de estruturas de poder, que são cada vez mais desafiadas por práticas de pesquisas e abordagens teóricas inseridas em diversas preocupações historiográficas. Este debate retoma apontamentos realizados por Maria Odila Leite da Silva Dias, na década de 1990, quando publi-

cou “Novas Subjetividades na Pesquisa Histórica Feminista: uma hermenêutica das diferenças”. Em sua reflexão a autora apresenta a importância de estarmos atentos aos elementos constitutivos de categorias de gênero, emblemáticas para o desenvolvimento de estudos sobre o passado e inseridos dentro de considerações específicas do presente, manifestos em estudos acadêmicos. A percepção da escrita da História como um processo, intimamente ligado ao tempo em que ocorre sua produção, possibilita dialogar com uma hermenêutica que “apreende o sujeito como parte do mundo e não o mundo do sujeito”, capaz de descortinar atuações, em muitos casos, propositalmente deslizadas para as margens, em propostas que visavam um universalismo restritivo (Dias, 1994).

Importante também é associar o alargamento dessas preocupações com a ampliação de diversidades dentro dos perfis universitários. Em um relato sobre sua trajetória acadêmica Rachel Soihet nos informa que quando começou seus estudos sobre história das mulheres, na década de 1970, os diálogos com conteúdo na academia brasileira eram escassos. As discussões tangentes a este tema passaram a ganhar maior atenção com uma revisão dos estudos históricos, marcados pelas implicações dos estudos culturais e sociais. Na exposição, a autora também destaca a importância do crescimento de análises preocupadas com essas temáticas, com bases teóricas e perspectivas nem sempre alinhadas, mas propícias para manter o debate aquecido, bem como o seu aprimoramento (Soihet, 1988).

Perspectivas focadas em diferentes sujeitos históricos sinalizam dinâmicas preocupadas com configurações sobre subjetividades e reconhecimentos, importantes para a apreensão de balizas temporais acionadas no tempo presente. A busca em retomar certas histórias, diante de traços de um passado fragmentado, com o objetivo de entender como pessoas

organizavam suas vidas, negociavam e interagiam com as dinâmicas próprias de seu tempo e do espaço no qual se inseriram, desvela camadas e alerta para a necessidade de atualizar a disciplina História. Para o tempo presente, de certa forma, associamos também o crescimento de interesse sobre temas diversos às importantes mudanças ocorridas em ambientes universitários nas últimas décadas, com uma renovação do perfil discente, fruto de medidas políticas, iniciadas com a constituição de 1988, mas, sobretudo, aprofundadas ao longo dos anos 2000.

Este movimento incitou a renovação de debates a favor da diversificação de temas, que foram, paulatinamente, associados a uma dinâmica de construção de representatividade. Iniciativas públicas como a instauração do Reuni (Decreto nº 6.096/2007), o fortalecimento da Lei de Cotas (12.711/2012), e a ampliação desta medida em diferentes competências no nível de formação – como a adoção em alguns programas de pós-graduação – possibilitou que os ambientes universitários se diversificassem. A valorização de certos temas e a ampliação de grupos de pesquisas vinculados a realidades plurais, aquecendo os diálogos sul-sul, com foco em indivíduos que sempre estiveram presentes, mas com o efeito das dinâmicas de poder, foram camuflados, ganharam maior espaço. Tal cenário não simplifica o debate político, como uma resolução para os resultados de dinâmicas sociais emergentes de contextos de desigualdades, mas é perceptível certa movimentação em estruturas que fomentaram, por décadas, o cultivo de produções de conhecimentos excludentes.

Sem desvincular a atividade acadêmica de pesquisa constitutiva de teorização e a formação de professores para atuar em diversos níveis de ensino, a Lei 10.639/03 alargou os debates acerca da História da África e da cultura afro-brasileira neste ambiente. A prática de reflexão sobre o Ensino da His-

tória também foi afetada pelas políticas públicas de inclusão, em busca de reconhecimento e reivindicações sociais de narrativas que ficavam relegadas. A própria disciplina, conhecida em algumas grades como “História da África”, resguarda seus campos de disputas e incômodos, mas incita a área de História a revisitar os parâmetros para a construção de balizas temporais, bem como os recortes, para salvaguardar o direito à diversidade e inclusão de organizações sociais que fogem aos padrões hegemônicos.

Uma constante visitação aos campos epistêmicos faz parte de um conjunto de práticas importantes para a composição dessa produção de conhecimento, que sem ficar isolada, também pode influenciar outras áreas. Este diálogo, para a composição da disciplina, lembra uma reflexão de Thompson ao assinalar, em sua teorização, que a interdisciplinaridade, na produção do conhecimento histórico, é importante chave para retomar antigos problemas a partir de novas percepções (Thompson, 2012). Vale ressaltar, no que tange esse envolvimento interdisciplinar, a erupção dos estudos africanos como parte de um processo político pulsante, resultante de diversos movimentos a contar com diálogos e contribuições de diferentes áreas. O marco político em torno do firmamento da potencialidade desse campo precisa ser entendido como uma abertura também construída a modo de ordenar conhecimentos, a partir de seleções, que deixou algumas narrativas, neste primeiro momento, de fora.

Se a escrita da história ainda carece de uma maior atenção a ser concedida a participação de mulheres nos processos progressos, que fomentam interesses de pesquisas no tempo presente, ressoam como iniciativas potentes para o adensamento também de análises futuras. A mesa de “Gênero e História das mulheres no continente africano”, coordenada por mim e Moisés Corrêa da Silva - a quem agradeço pela parceria nes-

ta coordenação – teve por foco contribuir com este debate. O diálogo entre estes temas e o ensino da História da África foi escolhido devido às implicações da Lei 10.639/03 em diferentes espaços de ensino, suas relações em salas de aula, para estabelecer uma conexão entre a produção acadêmica, principalmente as discussões historiográficas, e a recepção destes temas em suas aplicabilidades.

Recebemos sete inscrições para compor a mesa. Todas as propostas, de certa forma, tiveram conexão com o simpósio temático em específico. A tentativa de abordar os estudos africanos, ensino, pesquisa e incômodos tangentes à própria escrita da História, inserido nos dilemas e questões das realidades da sociedade brasileira, nos direcionou para caminhos em busca de uma episteme mais inclusiva ao abordar temas sobre Afro-Brasil. Ainda que não tenhamos aberto na chamada este direcionamento, e de muito vale acrescentar a importância da intersecção entre História da África e a sociedade brasileira, reconhecemos a relevância e os encaminhamentos adquiridos para os estudos afro-brasileiros, suas conexões e distanciamentos com os estudos africanos.

Os títulos e resumos das propostas encaminhadas sugerem um lugar específico para as representações realizadas sobre o continente africano no Brasil, com expressões culturais e políticas desenvolvidas a partir dos movimentos da diáspora africana e seus desdobramentos nos ambientes de ensino. Esta informação torna-se um importante indicativo do entrelaçamento entre as necessidades contemporâneas de setores da sociedade brasileira em buscar discussões envolvidas na transversalidade entre Brasil e África. Com atenção para essas perspectivas, observamos que os temas enviados para análise tratavam sobre produções no Brasil sobre situações ocorridas no continente africano, representatividade na escrita da his-

tória, abordagens decoloniais para a produção de narrativas mais democráticas e possíveis de integrar diferentes sujeitos.

As apresentações não estavam voltadas para uma análise verticalizada nas dinâmicas próprias do continente. No entanto, esta oportunidade não deixou a desejar quanto à possibilidade da fundamentação de práticas de saberes, que entrelaçam de diferentes modos as preocupações propostas pelo ST. Nos sentimos contemplados com preocupações semelhantes às dispostas pela intelectual Beatriz Nascimento, sugestivas de diálogos a partir do Atlântico, em íntima conexão com as representatividades da própria população brasileira. A capacidade universalizante e sistemática que o racismo adquiriu ao longo dos séculos foi sentida de diferentes formas, mas com certas correspondências em alguns espaços.

Deste modo, a imagem depreciativa instaurada sobre o continente africano foi também utilizada para, em alguns casos, ratificar ideias a contar com o marcador social raça para subjugar pessoas, e sustentar hierarquias de poder, geralmente, vinculada a exploração. Quando Beatriz Nascimento retoma o discurso da representatividade para refletir sobre condições de subjetividade de pessoas ligadas à diáspora africana, sua análise se volta ao continente africano. De um modo geral, se o continente africano passa pelo processo de desvalorização, em uma escala que alcança a sociedade brasileira, esse movimento, de certa forma, atinge as representações dos povos afrodescendentes que ao se referenciar a uma possível “ancestralidade”, deparam-se também com narrativas tingidas pelo preconceito (Nascimento, 1989).

Kabengele Munanga contribui com este debate ao dissertar sobre os problemas envolvidos na dificuldade de reconhecimento da identidade política de afrodescendentes. O autor apresenta percursos sociais importantes para os entendimen-

tos das práticas de exclusão e, em certa medida, a manutenção da inferiorização de povos e culturas. Uma ação necessária para ser combativa a este problema se faz pelo fortalecimento de políticas públicas para administrar situações em desequilíbrio, que atingem diretamente os direitos humanos, e na escolha de ser diferente e igual. Ao fazer um balanço sobre o andamento de debates em torno da sociedade brasileira, retoma-se o lugar ocupado pelo “mito da democracia racial”, por tempos entendido como algo real e a ser creditado dentro das relações socioculturais desenvolvidas no país. Mesmo diante da impossibilidade de se afirmar a abrangência de tal crença, principalmente pela crítica realizada pelos movimentos sociais, sobretudo o movimento negro, com suas reivindicações e pautas que assinalavam outro caminho para este debate, é notado um impacto na construção de uma imagem que esconde tensões raciais afloradas nos mais diversos espaços do Brasil (Munanga, 2015).

Atravessar essa dificuldade, que assola de modo contundente representatividades, e em muitos sentidos o entendimento das pessoas sobre si e suas expressões no mundo, tem ganhado espaço em diversas análises, conectadas a questões envoltas aos propósitos do colonialismo. O trabalho de Frantz Fanon foi muito importante por atrelar a luta política anticolonial como uma parte do processo de emancipação envolvida no imaginário da população colonizada. A colonização, deste modo, conseguiu atuar em espaços diferentes, mas profundamente interligados: na construção identitária do colonizado e do colonizador (Memmi, 2007). A interdependência dos dois marcadores também está assinalada no desequilíbrio de direitos sociais partilhados pelas pessoas dentro dessas categorias. O colonizador se fez do espaço de privilégio e o colonizado está envolvido nas demandas construídas pelo aparelhamento da formação de relações de poder que o colocou em desvanta-

gem. Suas expressões, suas formas de sentir, se ver e construir significados de mundo, sofreram interferências, por vezes o tornando alvos de críticas, como passos malfadados pelo caminho da suposta civilidade colonial. Por isso, o processo de independência também se faz na ruptura com valores sociais, que mitigaram povos e culturas.

Muitas experiências passaram a ser compartilhadas, devido ao colonialismo ter por partida a difusão de discursos, por instaurar administrações e impor outros mecanismos que garantiam seu funcionamento. Anne McClintock soma a esta discussão a importância do uso, para a feitura de análises das situações coloniais, de teorias que considerem questões de gênero. Homens, mulheres e outros sujeitos históricos viveram as experiências coloniais de formas distintas, o que alterou suas percepções e suas próprias maneiras de integrar as sociedades. Em muitos casos, o interesse não é sobre se fazer uma história de particularidades em determinados momentos do passado, mas evidenciar ações de indivíduos que foram silenciados dentro de determinados recortes (McClintock, 2010).

E do encontro desses temas, e interesses próximos, que se tornou possível o encaminhamento do simpósio temático proposto. É importante lembrar que o evento ocorreu em julho de 2022, de forma remota, devido às questões relacionadas ao momento de pandemia de Covid-19. O Brasil foi um país rigorosamente afetado pela pandemia. Com uma instabilidade política abrupta – importante deixar o registro que em meio às inseguranças de saúde o país teve mais de quatro ministros da saúde – o cenário agravou-se e a crise de saúde foi acompanhada por uma crise política. Os efeitos do isolamento social, mudanças na rotina e informações sobre perdas em massa de pessoas acometidas pela doença, ou de alguma forma afetadas por ela, ainda é uma questão difícil de

mensurar. No entanto, cabe mencionar que das sete inscrições submetidas para participar do ST, apenas duas pessoas conseguiram realizar suas apresentações. Deste modo, participaram os organizadores do ST, uma representante da jornada ligada à organização, duas comunicadoras e ouvintes. O resultado de tal disposição foi um maior tempo para o debate e para a abordagem dos temas. De modo geral, foi bem profícua a troca e discutimos sobre os trabalhos em andamentos.

A apresentação da Alicia Claudina da Silva trouxe uma análise muito interessante sobre como determinadas ocorrências na Nigéria foram recebidas e analisadas a partir do olhar de uma desembargadora brasileira. Interessada em entender os movimentos ocorridos com meninas nigerianas, a comunicadora propôs trabalhar com os escritos de Margarida Cantarelli na comunicação “Tragam nossas meninas de volta”: análises jurídicas da desembargadora Margarida Cantarelli”. Sua proposta parte de um diálogo interdisciplinar, em que a área de direito é acionada para a compreensão da aplicabilidade da concepção de direitos humanos em um caso internacional. O cruzamento de informações também se fez pela publicação desses casos em veículos de comunicação, usados pela desembargadora para divulgar suas considerações.

Seguida desta exposição, contamos com a comunicação de Fernanda Pereira de Mora, com o trabalho “A feminilização do magistério brasileiro: breve revisão da recente produção sobre o tema”. A pesquisa desenvolvida por Fernanda Mora contou com levantamentos realizados em banco de dados, em que a comunicadora buscou palavras-chave para fazer sua análise. Esta proposta retoma a discussão presente na abertura deste texto, sobre a presença de hierarquias de poder dentro dos quadros da própria construção do conhecimento.

As duas comunicações se conectam ao discutir sobre representações e discursos sobre o marcador social mulher, mas a partir de diferentes contextos e realidades. Enquanto uma se volta para uma perspectiva discursiva brasileira atrelada à área de direito, a outra preocupa-se com as produções no campo científico de temas correlatos com experiências de mulheres na área do magistério. As trocas realizadas a partir das duas exposições podem ser mapeadas dentro do quadro de experiências das comunicadoras, e da mediação da mesa, a partir de pontos distintos. Uma importante contribuição advinda dos eventos online – obviamente para quem possui acesso à internet e a equipamentos – foi o encurtamento de distâncias e a possibilidade de conversar com pessoas com perspectivas de diferentes partes do Brasil.

As trocas realizadas ao longo do encontro, antes e após ele, foram muito positivas. Conseguimos conhecer um pouco mais de estudos e andamentos de pesquisas que abordam temáticas em torno da história de mulheres, a partir de focos diversos. Para participar da mesa, foi necessário realizar uma preparação e estudo sobre os temas que seriam abordados. Os diálogos com o trabalho de Alicia da Silva, muito lembrou escritos da literatura nigeriana, em torno de questões relacionadas a narrativas sobre regiões do continente. A análise da comunicadora nos instiga sobre representações a partir do olhar brasileiro e coloca para a discussão a construção de marcadores sociais, como mulher, o uso dos noticiários para retratar estes acontecimentos, o envolvimento da área do direito e a amplitude dessas questões em um campo interdisciplinar. Oyèrónkẹ Oyèwùmí foi uma das indicações sugeridas tanto para a pesquisa em andamento, quanto para instigar reflexões sobre indivíduos, povos e culturas a partir do lugar da escrita. Certas categorias, como mulher, consideradas como dadas ao olhar estrangeiro, podem possuir desenvolvimentos

muito específicos a depender da sociedade estudada. Oyewumi é atenta para essa questão, uma vez que associa este marcador social, com a leitura de povos iorubás a partir do olhar de europeus, pois seria “mulher” uma concepção de sujeito diferente dentro da cultura iorubá (Oyěwùmí, 2021).

Aquecer estes debates, principalmente neste ano em que a Lei 10.639/03 completa vinte anos de sua implementação, é fundamental para o andamento não só dos estudos africanos no Brasil, mas também no que diz respeito aos estudos sobre relações raciais, feminismos, com preocupações em integrar sujeitos históricos marginalizados e tantos outros temas que se tornam altamente necessário para o nosso andamento em busca de uma sociedade mais igualitária e realmente democrática. Seguimos no intuito de participar, fomentar reflexões e movimentos que possam colaborar com esta proposta. Que este seja um caminho positivo, no sentido da percepção da educação como prática de liberdade (hooks, 2013).

Bibliografia

ADICHIE, Chimamanda. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 373-382, 1994.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

KI-ZERBO, Joseph. Introdução Geral. In: KI-ZERBO, Joseph (Org.). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SOIHET, Rachel. História das mulheres e história de gênero: um depoimento. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 77–87, jul./dez. 1998.

THOMPSON, Edward. *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TERCEIRA SESSÃO:

Mulheres, força e fé

O “entre-lugar” dos discursos feministas nas sociedades árabe-muçulmanas pós-coloniais: o feminismo secular marroquino e o movimento *amazigh*

*Fernanda Gabrielly Terra Moura*¹

Resumo: Os discursos feministas no mundo árabe-muçulmano estão ligados às noções de fronteira a partir do contato e apropriação de questões atribuídas ao Ocidente, ao mesmo tempo em que há um retorno a algum elemento tradicional. Essa dinâmica caracteriza a construção dos discursos secularistas e islâmicos, que no Marrocos estão no palco de disputas centrais para a transformação social. Recentemente, soma-se a isso o elemento cultural *amazigh*.

Palavras-chave: Marrocos; Feminismo marroquino; Cultura *amazigh*; Feminismo secular; Mundo árabe-muçulmano

Nas fronteiras dos interstícios

Nas sociedades pós-coloniais, a fronteira é o ponto de partida para que algo comece a se fazer presente, num movimento de “vai e vem” que é apenas possível a partir do encontro com o novo (Bhabha, 2013, p. 25). O contato com o Ocidente produziu, produz e produzirá performativamente antagonismos e afiliações (Bhabha, 2013, p. 21) de diversas ordens, o

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e bolsista CAPES.

que só é possível através de um processo de hibridismo cultural, cujos mecanismos podem ser, assim como seus produtos, mais ou menos violentos e/ou negociáveis.

A construção de sujeitos e discursos híbridos requer, assim, uma articulação social da diferença por meio de uma negociação complexa entre o estranho ou o novo e a tradição (Al-Jabri, 1999). O resultado é o surgimento e a coexistência de contraditoriedades, o que permite afirmar o interstício como lugar privilegiado da sobreposição e do deslocamento de domínios da diferença (Bhabha, 2013, p. 20). Os feminismos, enquanto movimento e agência, surgem no mundo árabe-muçulmano como um dos resultados do hibridismo cultural, e como o uso do plural sugere, diferentes negociações e possibilidades de contradições. Para alguns, a necessidade de compreender esses fenômenos e colocá-los em caixas detalhadamente separadas pode parecer sedutor, mas a ambivalência é o caminho profícuo para a análise da diferença como possibilidade da existência da e da coexistência com a diferença, como contraponto ao caráter hierarquizante e segregador de discursos hegemônicos ocidentais.

O que as ativistas dos feminismos do mundo árabe-muçulmano foram capazes de construir são discursos feministas propriamente seus, em que a negociação com a tradição e o religioso se deu por tensões complexas permitindo, dessa forma, variadas afiliações e antagonismos. A disputa entre as visões feministas secularistas e aquelas feministas islâmicas marcará a história das lutas e agências feministas nessa conjuntura. O feminismo, enquanto conceito e agência, é aqui geralmente associado às noções de modernidade e, conseqüentemente, ao Ocidente. Por meio disso, é possível observar uma dinâmica de disputas baseadas em lógicas binárias, como eu-outro/oriente-ocidente/tradicional-moderno/reli-gioso-secular, oriundas de seus hibridismos através de apro-

priações de conceitos fundamentais do feminismo ocidental, que serão traduzidos para seus cenários específicos considerando recortes de classe, gênero, raça e orientação religiosa.

O feminismo enquanto elemento estrangeiro

[...] revela o intersticial, que insiste na superfluidade têxtil de dobras e pregas e que se torna o ‘elemento instável de ligação’, a temporalidade intervalar, que tem de participar da criação de condições pelas quais ‘o novo entra no mundo’. O estrangeiro ‘destrói também as estruturas de referência e a comunicação de sentido do original’ não simplesmente negando-o, mas negociando a disjunção em que temporalidades culturais sucessivas são ‘preservadas no mecanismo da história e *ao mesmo tempo* canceladas (Bhabha, 2013, p. 358)

Essa agência da estrangeiridade, de acordo com Homi Bhabha, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, não trata de uma cisão completa com o elemento original (Bhabha, 2013, p. 359). O propósito é mais no sentido de evidenciar as transformações no elemento estrangeiro em vista das demandas das minorias originárias. Em outras palavras, o feminismo hegemônico, apesar de seu caráter colonizador, revela a fronteira com o elemento original e nela é modificado.

A ação do elemento original em relação ao elemento estrangeiro ocorre circunscrita em um movimento de traduções culturais que tem a capacidade de enriquecer os debates e fortalecer as lutas ao redor do mundo. Mesmo em disputas, a (co)existência dos feminismos no mundo árabe-muçulmano tem não apenas o poder de dialogar com suas reivindicações internas, mas sacudir os pilares do feminismo hegemônico ocidental, uma vez que suas ativistas exigem serem ouvidas e terem suas vozes ecoadas. Por meio disso, podemos apontar a intrínseca relação entre o surgimento dos discursos feministas no contexto analisado aqui com a construção de modernidades alternativas.

O feminismo, elemento estrangeiro às sociedades árabe-muçulmanas, passa por processos de traduções culturais distintas, exprimindo a potência das fronteiras enquanto elemento forjador de identidades variadas ricas em especificidades. Por esse motivo, é imprescindível problematizar alguns aspectos preponderantes no tocante à pluralidade de discursos feministas no mundo árabe muçulmano e mais especificamente no Marrocos, analisando suas atuações, construções e demandas segundo as lógicas binárias supracitadas. Acredito que nesse momento não é possível compreender os feminismos seculares sem observarmos sua relação/disputa com o feminismo islâmico. Por isso, as próximas linhas serão dedicadas a essa relação.

Movimento feminista secularista no Marrocos e a interlocução com o movimento *amazigh*

Como já indicado na minha análise até aqui, as fricções oriundas dos processos de hibridismo cultural resultaram em, pelo menos, duas matrizes interpretativas feministas no mundo árabe-muçulmano. O contexto marroquino pode ser considerado como local de destaque para estudo das disputas entre feministas secularistas e feministas islâmicas, além de sua relação com grupos de mulheres conservadoras.

A relação entre secularistas e islâmicas tem obedecido, mesmo que não de maneira exclusiva, a uma dinâmica cujo pilar central está contido em lógicas binárias de construção de discursos e sujeitos. O encontro entre o “eu” e o “outro” ajuda a definir as características de ambas as perspectivas inseridas na liminaridade tensionada dos lugares do moderno e do tradicional em contextos pós-coloniais.

De acordo com Sirin Sibai,

[...] para além da polarização essencialista entre feministas/islamistas, a realidade apresenta um panorama extremamente complexo, cuja diversidade discursiva só pode ser compreendida com base nas idiosincrasias contextuais da construção de relações de poder entre os vários grupos.” (Sibai, 2017, p.169)

Concordo parcialmente com a autora quanto à diversidade discursiva existente baseada nas relações de poder entre os diversos grupos. Entretanto, não acredito que isso impeça uma análise que incorpore as disputas binárias que ajudam a construir não uma rivalidade essencial, mas modos de autodelimitação e construção dentro desse cenário fronteiriço. Percebo que, apesar de negar, a autora opera sua análise através dessas categorias antitéticas, quando afirma, por exemplo que

A produção de subjetividades e intersubjetividades ao nível dos discursos sobre mulheres, feminismo e islamismo é o campo de batalha onde os grupos se legitimam e se deslegitimam mutuamente, e onde se jogam relações de poder complexas e multivariadas, onde o local e o global se enredam.” (Sibai, 2017, p. 170)

Minha outra crítica à autora está relacionada ao risco de sua análise, mesmo que não intencionalmente, incidir na hierarquização inversa desses movimentos feministas. Sua defesa da existência de um pensamento feminista islâmico que fuja às expectativas do feminismo hegemônico – o que é expressamente legítimo e necessário para as lutas por direitos das mulheres em seu contexto específico, mas também no mundo, seguindo a premissa dos ativismos transcoloniais – por vezes parece conferir maior autenticidade a esse movimento por sua base cultural islâmica em detrimento à tradução cultural proposta pelas secularistas.

Penso que nessa conjuntura, a luta pela possibilidade da diferença, mesmo compreendendo as desigualdades das

opressões internas e externas experienciadas pelos distintos grupos, é a base para a coexistência de demandas tão plurais. Apesar das dissonâncias, o trabalho de Sibai é importante para a discussão sobre os feminismos contemporâneos no mundo árabe-muçulmano. Além disso, sua produção contribui significativamente para a compreensão do contexto marroquino sobre esse tema.

Atualmente, como já mencionado anteriormente, os discursos secularistas vêm perdendo espaço considerável no mundo árabe-muçulmano, e o Marrocos não está à parte desse movimento. Apesar disso, o feminismo marroquino tem ganhado fôlego novo com o advento dos eventos da Primavera Árabe e, nesse cenário específico, da relação com os movimentos de valorização da cultura *amazigh*.

A emergência do movimento feminista marroquino ocorreu ainda no período colonial, mas sua consolidação se deu nas décadas do pós-independência. Sua configuração precisou ser constantemente adaptada e suas pautas atualizadas com a finalidade de dar conta dos novos arranjos impostos nesse período.

De acordo com Fatima Sadiqi,

Após a independência, este feminismo começou a ser gradualmente influenciado pelo patriarcado pós-colonial, ou melhor, neopatriarcado (uma mistura de modernidade e patriarcado). Neopatriarcado, legislação, globalização, língua e islamização se cruzaram nas primeiras décadas do feminismo secular pós-colonial. Com o advento do novo milênio, o islamismo crescente, a tecnologia sofisticada, e as recentes revoltas na região, o feminismo secular ajustado aos novos desenvolvimentos e na sua tentativa de criar uma ponte sobre o fosso geracional parece experimentar algum tipo de renovação com a emergência de uma nova

cultura jovem e berbere na cena política. (Sadiqi, 2014, p.128)²

Mas antes de adentrarmos nas questões específicas no movimento secular marroquino na atualidade, é relevante compreendermos seu contexto de formação, assim como suas principais modificações.

Tanto Sadiqi quanto Sibai dividem a história dos movimentos feministas no Marrocos em três fases, sendo imperativo afirmar que ondas interagem, mas possuem questões históricas e sociopolíticas distintas. As três tem como base os direitos humanos como instrumento para evitar o aterramento do domínio religioso e no geral não consideram a *shari'a* como a principal fonte legal, mas sim a legislação civil e resoluções de direitos humanos. Apesar de forte oposição ao uso da *shari'a* como parte da legislação nacional, de modo mais amplo, as secularistas marroquinas encorajam releituras do *Qur'n* como ferramenta para a transformação social, como é o caso da já mencionada Fatema Mernissi.

A primeira onda feminista no Marrocos ocorre entre as décadas de 1940 e 1970, e desde seu período inaugural podemos observar sua ligação com o desenvolvimento de movimentos da sociedade civil (Sibai, 2017, p. 169). Suas primeiras integrantes eram majoritariamente integrantes das classes alta e média urbanas, beneficiárias do acesso à educação e inserção no espaço público, incentivados pelos colonizadores franceses. Estes viam como primordial a melhoria das condi-

2 Trecho original: “After independence, this feminism started to be gradually influenced by postcolonial patriarchy, or rather neopatriarchy (a mixture of modernity and patriarchy). Neo-patriarchy, legislation, globalization, language, and Islamization intersected in the first decades of postcolonial secular feminism. With the advent of the new millennium, increasing Islamism, sophisticated technology, and the recent uprisings in the region, secular feminism adjusted to the new developments and in its attempt to bridge the generational gap seems to experience some kind of renewal with the emergence of a new youth culture and Berber on the political scene”.

ções de vidas mulheres como parte de seu ideal de modernidade, mesmo que isso não resultasse no alcance de igualdade estritamente equilibrada entre ambos.

Segundo Sadiqi, as feministas dessa fase reconheciam que o caráter perturbador da colonização francesa em relação aos modos de vida tradicionais do Marrocos. Mesmo assim, consideravam as especificidades características das sociedades pós-coloniais um hibridismo entre a cultura colonizadora e a cultura colonizada. Ou seja, elas compreendiam a coexistência de ambas e a interação que teriam em suas vidas a partir de então (Sibai, 2017, p. 130).

Desse modo, as secularistas desse período tinham consciência da instrumentalização que seus corpos e suas vidas sofriram de ambos os lados. Se pelo modo marroquino a mulher era percebida como a responsável por carregar a tradição, pela coesão familiar e criação de cidadãos apropriados, pelo modo do colonizador francês, as elites femininas eram concebidas como forma de disseminação dos valores e estilo de vida ocidentais. Essa tensão inicial foi profundamente marcada pelo vestuário das mulheres, ainda não numa disputa sobre o *hijab*, mas expressa pelo uso da *djellaba* (túnica tradicional marroquina) como símbolo da autenticidade reivindicada pelo movimento nacionalista ou pela adoção de vestes ocidentais exprimindo adesão aos ideais da modernidade ocidental.

As primeiras organizações de mulheres surgiram ainda no período pré-independência, em sua maioria no seio de partidos políticos. Em 1944 alas do Partido *Istiqlal*, conservadores que compõem a base de apoio da monarquia marroquina, foram destinadas a grupos de mulheres. Nos anos seguintes, a primeira associação de mulheres, a *Akhawat al-Safa* (Irmãs da

Pureza), surge como braço do Partido Democrático da Independência³ (Sibai, 2017, p. 208).

O ponto central para essa primeira leva de feministas, e tem sido até hoje, é o Código de Família, ou *Mudawwana*. Criada em 1957, imediatamente após a independência do país, a *Mudawwana* foi rascunhada por religiosos estudiosos do movimento nacionalista com base na aplicação estrita da escola *malikita* para a regulação do casamento, divórcio e poligamia. A aliança da monarquia com nacionalistas e líderes tribais redigiu o Código de Família que enfraquecia a questão as mulheres, mesmo elas tendo tido papel fundamental de libertação da país. O fator islâmico era um elemento unificador para os nacionalistas que combatiam a colonização francesa por uma ideologia islamista. O Islã se tornou, assim, central para a compreensão da sociedade marroquina contemporânea em virtude de seu caráter mobilizador.

Rachid Touhtou afirma que

A *Mudawwana* tratou as mulheres ao longo das suas vidas como entidades inferiores. Obrigou as esposas a submeterem-se e respeitarem incondicionalmente os seus maridos e familiares próximos; permitiu a poligamia, deu o direito de divórcio predominantemente aos homens e implicou que os sexos eram complementares em vez de iguais. (...) A ideologia nacionalista baseava-se no argumento de que a família é a mãe de todas as instituições sociais. Isto explica porque é que as gerações seguintes de feministas deveriam centrar a sua batalha no Código de Família como o último bastião do patriarcado no árabe mundo (Touhtou, 2014, p. 24)⁴

3 Parti Democratique de l'Independance (PDI).

4 Trecho original: “*The Mudawwana treated women throughout their lives as inferior entities. It obliged wives to unconditionally submit to and respect their husbands and their close relatives; it permitted polygamy, gave the right of divorce predominantly to men and implied that the sexes were complementary rather than equal. (...) The nationalist ideology was based on the argument that the family is the mother of all social institu-*

A esse respeito, as Irmãs da Pureza foram pioneiras na reivindicação por mudanças no Código de Família, exigindo entre outras coisas o fim da poligamia, proibição dos casamentos precoces e organização judicial do divórcio (Sibai, 2017, p.208). Desde seu surgimento, o movimento feminista – primeiramente secularista e posteriormente islâmico – tem como foco principal melhorias da condição de vida e do status social das mulheres marroquinas. Em virtude da força social imprimida pela *Mudawwana* às relações de gênero, os direitos legais têm sido a espinha dorsal do movimento feminista no Marrocos (Sibai, 2017, p. 208).

Em suma, no combate às desigualdades sociais de gênero promovidas tanto no contexto colonial quanto após a independência, as primeiras vozes do feminismo no Marrocos recorrem ao ativismo nacionalista, filiação partidária, caridade e jornalismo em árabe padrão. Mesmo tendo alcance limitado, dado o seu perfil elitista urbano, esses grupos tinham como pautas a educação para as meninas, equilíbrio entre tradição e modernidade, reformas legais e acesso à política entendiam a primeira como elemento identitário sem mencionar a religião para combater o patriarcado ao passo que lançavam mão de ideais da modernidade como passo para a emancipação. Consigo ressaltar que, nesse período, não havia preocupação com recortes de classe ou etnia dentro do discurso feminista marroquino, essas questões aparecerão a posteriori, inclusive na forma de críticas a ele.

A partir da década de 1970, porém, o cenário foi drasticamente alterado considerando a emergência de uma nova força política: o islã político. Se até esse momento o Islã já havia sido utilizado como ferramenta para a política, a partir

tions. This explains why subsequent generations of feminists were to focus their battle on the Family Code as the last bastion of patriarchy in the Arab World”

daí as questões envolvendo a religião muçulmana e os rumos da sociedade nela baseada ganharam nova roupagem. O islamismo, em um embate contra o que eles consideram forças ocidentais, propôs um retorno à tradição muçulmana anterior à chegada dos colonizadores europeus como alternativa para a transformação da sociedade. Personificado pelos acontecimentos da Revolução Iraniana de 1979, o movimento islamista teve impacto significativo na primeira onda feminista no Marrocos.

A segunda onda feminista no Marrocos, datada entre as décadas de 1980 e 1990, foi marcada por um conflito contra as forças islamistas, além de uma acentuada pressão do processo de globalização marcada pelo fortalecimento dos Estados Unidos e do processo de democratização marroquino. Se, por um lado, o secularismo e a crença na universalidade dos direitos humanos das mulheres foram mantidos, a heterogeneidade foi a marca do período. Diferentemente das características do grupo predecessor, o movimento feminista secularista marroquino passou a ser composto por jovens de camadas baixas urbanas de famílias oriundas do meio rural, além das elites urbanas e intelectuais progressistas (Sadiqi, 2014, p. 134).

Na década de 1980, devido às pressões impostas pela ascensão dos islamistas, houve um impulso das organizações da sociedade civil conjuntamente ao crescimento dos movimentos de mulheres (Sibai, 2017, p. 209). Também é possível observar um grande impacto de ideologias de esquerda nesses movimentos. Embora os partidos políticos fossem dominados por homens mais preocupados com “questões nacionais” e atuassem de maneira hierárquica e paternalista, algumas associações se desenvolveram dentro dos partidos (Sadiqi, 2014, p. 135).

Em 1985 foi criada a Associação Democrática de Mulheres Marroquinas⁵ dentro do Partido do Progresso e do Socialismo⁶ e em 1987 a União da Ação Feminina⁷, vinculada à Organização da Ação Democrática e Popular⁸, dando impulso ao surgimento de outras associações de mulheres a partir de então. Com grau maior de independência para a atuação, esse é considerado o nascimento do ativismo das mulheres na esfera pública de poder.

Os anos de 1990 viram o crescimento de organizações de luta feminista e criação de programas e centros especializados para o acolhimento e educação sobre direitos das mesmas, como parte de redes feministas transnacionais das associações de esquerda. Nesse sentido,

Os anos de 1990 assistiram ao florescimento do movimento feminista, à sua diversificação e à sua independência em relação aos partidos políticos. O movimento feminista juntou-se à sociedade civil e iniciou a longa batalha pela igualdade e empoderamento. (...) Nos anos 90, as ativistas dos partidos políticos, sindicatos e sindicatos de estudantes chegaram à convicção de que a autonomia era a chave para os seus interesses de gênero. Acreditavam que a filiação a partidos políticos impedia o progresso da causa das mulheres. Estas mulheres escolheram a sociedade civil para defender os seus interesses de gênero. (Touhtou, 2014, p. 25)⁹

5 Association Démocratique des Femmes Marocaines (ADFM)

6 Parti du Progrès et du Socialisme (PPS)

7 Union de l'Action Féminine (UAF)

8 Organization de l'Action Démocratique et Populaire (OADP)

9 Trecho original: "(...) *The '90s saw the flourishing of the feminist movement, its diversification and its independence from political parties. The feminist movement joined civil society and began the long battle for equality and empowerment. (...) In the '90s, women activists in political parties, trade unions and student unions reached the conviction that autonomy was the key to their gender interests. They believed that affiliation to political parties hinders the progress of the women's cause. These women chose civil society to defend their gender interests*».

É o mesmo contexto no qual surge o discurso feminista islâmico, outro fator de pressão, cuja rápida expansão entre setores impermeáveis ao feminismo secularista demonstrou ser um desafio significativo para a manutenção de seu espaço de atuação.

A revisão da *Mudawwana* após o recolhimento de um milhão de assinaturas favoráveis às mudanças na legislação familiar numa ação promovida pela Ação Feminina¹⁰ em 1992, refletiu o embate entre secularistas e islamistas. Elas apresentaram uma proposta de reforma do direito da família ao parlamento exigindo, sobretudo: “a restrição da poligamia e a submissão do divórcio à autoridade do juiz, a criação de um Conselho Superior da Mulher¹¹, e a promulgação de textos constitucionais que afirmam os direitos políticos, econômicos, sociais e culturais das mulheres” (Sadiqi, 2014, p. 137).

Essa proposta de revisão pavimentou o caminho para mais ganhos mesmo tendo tido uma comissão composta apenas por homens nomeados pelo rei Hassan II. A primeira reforma do Código de Família em 1993, mesmo que superficial, alterou o status de sacralidade da lei. Agora no campo secular, a reforma permitiu que a legislação pudesse ser debatida, reformada e revisada de acordo com os interesses da sociedade, oriundos de demandas sociais e de reparação cultural (Touhtou, 2014, p. 25). As principais mudanças foram: os pais não poderiam mais forçar suas filhas a se casarem, estabelecimento da guarda da criança para a mãe e a necessidade de consentimento oficial da mulher para efetivação do casamento.

Como reação às reformas de 1993, uma coalizão composta pelo primeiro partido socialista no governo (eleito em 1998), partidos de esquerda e associações seculares de mulheres criou

10 L'Action Féminine.

11 Conseil Supérieur de la Femme.

o Plano para a Integração das Mulheres no Desenvolvimento, também conhecido como “O Plano”¹². Essa segunda proposta de reforma do Código de Família requeria: a elevação para 18 anos da idade mínima para meninas se casarem, a proibição da guarda marital, o registro de crianças nascidas fora de laços de casamento no nome da mãe, judicialização de todos os tipos de divórcio, abolição da poligamia e a divisão dos bens acumulados entre cônjuges em caso de divórcio (Sadiqi, 2014, p. 137).

Dessa maneira, podemos considerar que “as reformas foram conseguidas após décadas de ativismo feminista pela igualdade e equidade. (...) foi um exemplo de *ijtihad* de dentro da jurisprudência islâmica” (Touhtou, 2014, p. 26)¹³. Mesmo assim, as conquistas não contemplaram pautas mais profundas como a revisão do status social da mulher. Por esse motivo, as mobilizações em torno do Plano e as pressões de setores e grupos sociais seculares e progressistas tiveram papel fundamental para a nova reformulação da lei familiar no início dos anos 2000 coincidindo com a terceira onda do feminismo secular marroquino.

A terceira, e atual, fase do movimento feminista secular no Marrocos é marcada por eventos distintos cuja intersecção definirá a composição heterogênea e complexa de seu discurso nesse período. A principal luta do início dessa etapa foi a efetivação do Plano para a segunda reforma da *Mudawwana*.

Sendo palco de disputas entre islamistas e secularistas, as reformulações conquistadas em 2004, embora tenham enfrentado dificuldades a sua implementação, contribuíram para a limitação da *shari'a* como instrumento de resolução de

12 Plan pour l'Intégration des Femmes dans le Développement

13 Trecho original: “(...) The reforms were achieved after decades of feminist activism for equality and equity. (...) was an example of *ijtihad* from within Islamic jurisprudence”.

conflitos. As principais mudanças dessa segunda rodada de modificações foram: garantia à autotutela das mulheres, direito das mulheres ao divórcio, limitação da poligamia, guarda materna para as crianças, elevação para 18 anos para as meninas como idade mínima para o casamento e fim da necessidade autorização de guarda masculina para mulheres se casarem (Touhtou, 2014, p. 26).

Apesar desses avanços, considerando a relevância do respeito aos direitos humanos para o feminismo secular, as reformas das leis familiares ainda não asseguravam a igualdade entre os gêneros. Somado a isso, é no início dos anos 2000 que outro movimento em prol da igualdade de minorias ganha centralidade nos debates sobre a configuração dessa sociedade. A expansão do movimento por igualdade cultural e valorização da cultura *amazigh* compõe a cena das disputas entre a manutenção de ideais de arabização do país em conjunto com o fator religioso e os pleitos por igualdades sociais e culturais.

A terceira onda se mostra, assim, mais versátil e complexa no que diz respeito à classe social e nível de instrução, mas também no diálogo com o feminismo islâmico, uso da língua dos povos *amazigh*, gênero e internacionalização através do uso de tecnologias digitais, principalmente das redes sociais. Inseparavelmente a isso, os eventos da Primavera Árabe em 2010, sobretudo na região do Maghreb, tencionaram ainda mais as dinâmicas sociopolíticas do Marrocos (Sadiqi, 2014, pp. 138-139).

Em 20 de fevereiro de 2011 eclodiu a Primavera Marroquina, que apesar de não solicitar a troca do regime político do país, propunha mudanças na constituição. Esse acontecimento renovou o vigor do movimento secularista marroquino –

sistematicamente acusado de ocidentalização por islamistas e feministas islâmicas nas décadas anteriores.

As pressões do discurso feminista secular em conjunto com as reivindicações em favor da marginalizada cultura *amazigh*, coincidindo com as pautas da Primavera Marroquina, pressionaram o governo de Muhammad VI a reformular a constituição. Em um movimento atento da monarquia reacia com a possibilidade de replicação do cenário político de países vizinhos, o governo respondeu em duas semanas, prontamente trabalhando no sentido de atender as principais demandas da população (Sadiqi, 2014, pp. 138-139).

A Constituição de 2011 foi um marco tanto para as lutas das mulheres quanto para os povos *amazigh*. Ela reconheceu a língua *amazigh* como língua oficial do país e igualou o status entre homens e mulheres. Sobre isso, Sadiqi cita o artigo 19 da nova constituição:

O homem e a mulher gozam, em igualdade, dos direitos e liberdades de caráter civil, político, econômico, social, cultural e ambiental, anunciados neste título e nas outras disposições da constituição, bem como nas convenções e pactos internacionais devidamente ratificados por Marrocos e no que respeita às disposições da Constituição, das constantes e das leis do Reino. O Estado trabalha para a realização da paridade entre homens e mulheres. Uma Autoridade para a paridade e a luta contra todas as formas de discriminação é criado para este efeito (Sadiqi, 2014, p. 138).¹⁴

Em virtude dessas novas disposições legais, foi criado um novo corpo institucional, a “Autoridade para a Igualdade e

14 Trecho original: “L’homme et la femme jouissent, à égalité, des droits et libertés, à caractère civil, politique, économique, social, culturel, et environnemental, énoncés dans le présent titre et dans les autres dispositions de la constitution, ainsi que dans les conventions dûment ratifiées par Le Royaume. L’Etat marocain oeuvre à la réalisation de la parité entre les hommes et les femmes. Il est créé, à cet effet, une Autorité pour la parité et la lutte contre toute forme de discrimination”.

pela Luta contra Todas as Formas de Discriminação”¹⁵, visando a implementação das mesmas.

Além disso, uma nova secção constitucional foi elaborada sob o título “Liberdades e Direitos Fundamentais”¹⁶ cujos artigos capitais são: artigos 32 e 34 sobre a garantia dos direitos das mulheres, crianças e deficientes; artigo 21 que proíbe o sexismo; artigo 59 que salvaguarda esses direitos e liberdades em estado de emergência; e artigo 175 que afirma que esses direitos não podem ser retirados em revisões futuras da Constituição (Sadiqi, 2014, p. 139).

Apesar das mudanças ocorridas oriundas da pressão dos movimentos feministas, Rachid Touhtou afirma que alguns artigos não atenderam às expectativas das feministas, como é o caso do artigo 19. Segundo ele,

O artigo 19 foi simbolicamente alterado a partir do mesmo artigo da antiga Constituição que era dedicado ao Rei como uma pessoa sagrada. Apesar de as feministas terem considerado isto como um ato simbólico para valorizar a igualdade de gênero no Artigo 19, ele foi escrito de uma forma contraditória. O artigo 19 estabelece a igualdade entre mulheres e homens, mas paradoxalmente, adere ao princípio das características permanentes do Reino (constantes du royaume). Uma das questões mais importantes é como garantir os direitos que são enumerados acima (Touhtou, 2014, p. 28).¹⁷

15 Autorité pour l’Egalité et la Lutte Contre Toute Forme de Discrimination.

16 Libertés et Droits Fondamentaux.

17 Trecho original: “Article 19 has been symbolically altered from the same article in the old Constitution that was dedicated to the King as a sacred person. Despite the fact that feminists judged this as a symbolic act to valorise gender equality by Article 19, it was written in a contradictory way. Article 19 establishes equality between women and men, but paradoxically, it adheres to the principle of the permanent characteristics of the Kingdom (constantes du royaume). One of the most important questions is how to guarantee the rights that are listed above”.

A luta a partir de então se acentua no sentido de colocar em prática as garantias legais adquiridas pelas minorias e grupos marginalizados. Somado a isso, a eleição do Partido da Justiça e Desenvolvimento¹⁸ – islamistas – em substituição ao partido socialista, aprofundou a complexidade do contexto. Nesse sentido, a ascensão do governo conservador, que viria a falhar na condução do país nos anos seguintes, impactou significativamente os movimentos feministas, tanto da corrente secularista quanto as islâmicas. Agora tanto a interpretação da nova lei quanto sua implementação enquanto ação de transformação social e política estavam em disputa (Sadiqi, 2014, p. 139).

Segundo Fatima Sadiqi, a desilusão da juventude participativamente ativa nos eventos de 2011 com a condução do país pelo partido islamista e o fracasso da Irmandade Muçulmana no Egito, foram fatores que contribuíram para a desmistificação do islã político. Em consonância com esses aspectos, também é relevante que o processo de democratização do país tenha ocorrido ainda na década de 1990, assim como as primeiras reformas legais em favor dos direitos das mulheres. Mesmo que ativistas dessas reformas tenham integrado a Primavera Marroquina, a independência entre esses processos construiu uma conjuntura específica para o país em comparação aos seus vizinhos no Norte de África (Sadiqi, 2014, p. 140).

Outra característica importante desse período é o crescimento das ONGs feministas *amazigh*. Elas começaram a surgir nos anos de 1990, mas ganharam força nas primeiras décadas dos anos 2000 (Sadiqi, 2016, p. 123). Essas associações trabalham no sentido de evidenciar a dupla marginalização dessas mulheres. Vivendo nos interstícios das disputas do mundo

18 Parti de la Justice et du Développement (PJD).

ainda em conflito com seu passado colonial e impactado pela islamização, as integrantes desse movimento circulam entre valores orientais e ocidentais, valorizando o “autêntico” assim como os direitos legais e identitários. Dessa maneira, esses direitos representam importantes desafios para os movimentos feministas marroquinos, sejam eles secularistas ou islâmicos. Em sua maioria ancorados em áreas urbanas e, no caso das feministas islâmicas, agregando suas identidades religiosas, esses movimentos não conseguiram capturar o elemento *amazigh*. Além disso, a sua “modernidade” urbana é, agora, problematizada, uma vez que o *amazigh*, há muito visto como atrasado, está sendo construído como um sinal de modernidade e de secularidade (Sadiqi, 2016, p. 123).

A emergência das ONGS feministas *amazigh* adicionaram outra camada para o movimento feministas secular da terceira onda:

ele se reapropriou de um legado secular relativo às mulheres, incluí a dimensão amazigh até agora marginalizada, e obriga os discursos feministas marroquinos a serem sensíveis às diversas vidas de todas as mulheres marroquinas e a enfatizar a necessidade de uma análise estrutural da sociedade marroquina e da sua base econômica, com enfoque nas formas como as relações políticas e produtivas oprimem as mulheres (Sadiqi, 2016, p. 124).¹⁹

Outro fator central para essa fase do movimento feminista marroquino é a inserção nos meios digitais. O uso dessas tecnologias possibilitou ampla comunicação, democratização

19 Trecho original: “it reappropriates a centuries-old women-related legacy, includes the hitherto marginalized Amazigh dimension, and compels Moroccan feminist discourses to be sensitive to the diverse lives of all Moroccan women and to emphasize the need for a structural analysis of Moroccan society and its economic base with a focus on the ways political and productive relations oppress women”.

lingüística através do uso de *daríja*²⁰ e língua amazigh nas redes sociais, aproximação entre ativistas e intelectuais engajados sobre a temática de gênero e dos estudos sobre cultura *amazigh*, ampliando também a participação popular (Sadiqi, 2014, p. 140).

Por fim, o coração da segunda onda reemergiu no ativismo virtual da terceira. As secularistas ganharam força no combate à violência contra a mulher, na internacionalização do movimento através do uso das tecnologias digitais e redes sociais, além de reforçar o diálogo com a produção acadêmica e a produção literária. Apesar disso, o feminismo marroquino não levanta as demandas das associações *amazigh* uma vez que ainda está idiossincriticamente ligado ao materialismo das primeira e segunda ondas. A maioria das pautas pleiteadas, tanto sobre as mulheres quanto as identitárias, foi incorporada à Constituição de 2011, mas ainda há dificuldades no âmbito social e político no que diz respeito a essas questões.

O histórico do movimento secularista marroquino, mais do que uma série de eventos, apresenta as tensões inerentes à construção de seu discurso, do mesmo modo que sua adaptabilidade evidencia o movimento fronteiro entre o retorno à tradição – seja em refutação à tradição islâmica ou através da incorporação de elementos da cultura *amazigh* – e as traduções da modernidade. A relação entre esfera pública e privada, tão cara para a compreensão dessa sociedade, foi discutida por décadas tendo como fator instigante desse debate o movimento feminista secular. Este sofreu alterações importantes, mesmo que resistências e críticas à separação dessas duas esferas nesse contexto sejam ainda muito vivas.

20 Língua árabe local composta de elementos das línguas árabe, espanhola, francesa e de variações da língua *amazigh*.

Apesar disso, concordo com Sadiqi que a questão *amazigh* ainda é a “grande ausência” que impede mudanças sociais mais profundas. Mesmo assim, a simbologia identitária *amazigh* tem sido utilizada, sobretudo, por grupos mais jovens, como base para produção de uma sociedade marroquina mais igualitária, vislumbrando a possibilidade da diferença através de um modelo de modernidade alternativa.

Considerações Finais

A história do Marrocos contemporâneo, desde o período colonial, passando pelas lutas pela independência e atravessando o cenário pós-colonial, é terreno profícuo para a observação dos entrelaçamentos provocados pelas tensões entre a cultura ocidental e a cultura local – essa por si só recheada por vastas imbricações e especificidades. Vale salientar que essas relações de construção de outras possibilidades de ser ou estar no mundo são compostas por camadas e dispostas numa variedade de combinações, sempre forjadas no tensionamento entre cultura dominante e aquela subjugada.

Nesse sentido, as disputas entre os movimentos feministas marroquinos colocam em destaque como o hibridismo cultural produz discursos arrançados das mais distintas maneiras. Nesse contexto, vale ressaltar o surgimento e a sobrevivência do discurso feminista secular marroquino – que na sua limi-ridade também não pode ser classificado como um movimento único. Surgido no período colonial, no contexto das lutas por independência, o feminismo secularista, através do diálogo com correntes feministas internacionais, tem apostado na adaptação de questões universais como forma de estruturação de suas pautas, atualmente com base da defesa dos direitos humanos.

Entretanto, mais do que importar um modelo estrangeiro, as secularistas têm se utilizado de uma característica comum às sociedades árabe-muçulmanas: olhar para suas experiências como ferramenta de transformação social. Assim, elas têm se apoiado na cultura autóctone *amazigh*, sob o argumento de que no próprio legado cultural marroquino é possível sustentar o compromisso com a centralidade do papel feminino na sociedade. Logo, não se trata de uma cópia das lutas feministas ocidentais, mas contrariamente, propõe-se outra forma de luta construída no tensionamento limítrofe oriente-ocidente que produz outros sentidos de modernidade.

Bibliografia

ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 256, maio-agosto/2012.

AL-JABRI, Mohammed Abed. *Introdução à crítica da Razão Árabe*. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1999.

BADRAN, Margot. *Feminism in Islam: secular and religious convergences*. Oxford: Oneworld Book, 2009, p. 198-199.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

MERNISSI, Fatema. *The veil and the male elite: a feminist interpretation of women's rights in Islam*. E.U.A: Perseus Books, 1991.

MOHANTY, Chandra T. *Sob olhos ocidentais*. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2003.

SADIQI, Fatima. *Emerging amazigh feminist nongovernmental organizations*. *Journal of Middle East Women's Studies*, v. 12, março 2016, p. 123.

_____. *Moroccan feminist discourses*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2014.

SIBAI, Sirin Adlbi. *La cárcel del feminismo: hacia um pensamiento islâmico decolonial*. Espanha: Akal, 2017.

TOUHTOU, Rachid. *Gender Codification in the Family Code and the Constitution in Morocco: social movement and feminist approaches*. In: *Promoting women's rights and gender equality in the Middle East and North Africa*, 2014, p. 24.

Desorientando os gêneros: reflexões e possibilidades do conceito “orientalismo” nos estudos de gênero.

Francismara de Oliveira Lelis¹

Luciana Nogueira da Silva²

Resumo: Este texto é fruto das reflexões provocadas pela realização do simpósio temático *Orientalismo nos estudos de gênero*. O simpósio se desenrolou como um espaço que abraçou a complexidade e a diversidade das pesquisas que utilizam o conceito orientalismo a partir das críticas e análises inauguradas por Edward Said em sua obra *Orientalismo – O Oriente como invenção do Ocidente* e expandidas por outras pesquisas posteriormente. A partir de questões provocadas por uma reflexão crítica do conceito de orientalismo, o debate estabelecido no simpósio temático elencou alguns possíveis caminhos de análise a partir dos estudos feministas e das relações de gênero.

Palavras-chave: Orientalismo; Orientes; Gênero; Estudos feministas; Teoria da história.

Introdução

Quando idealizamos a proposta do simpósio temático *Orientalismo nos estudos de gênero* buscávamos proporcionar um espaço que acolhesse trabalhos dedicados à reflexão sobre as complexas e múltiplas formas do chamado discurso orientalis-

1 Doutoranda do Curso de História do PPHR/UFRRJ.

2 Doutoranda do Curso de História do PPHR/UFRRJ, bolsista CAPES/DS.

ta, a partir das críticas e análises inauguradas por Edward Said em sua obra *Orientalismo – O Oriente como invenção do Ocidente* (1978), porém sob o prisma dos estudos feministas e das relações de gênero. A ideia era reunir trabalhos que abrangessem diferentes concepções sobre o Oriente (Índia, Ásia Central, Oriente Médio, Extremo Oriente e em alguns casos o Norte da África) seus sujeitos, suas representações e produções nos mais diversos contextos históricos, todavia, a partir de uma perspectiva crítica interseccional que questionasse as estruturas, os estereótipos e as hierarquias entre gêneros.

Consideramos essa temática extremamente pertinente, sendo urgentes maiores debates e reflexões em nosso atual contexto, em que nos deparamos com uma escalada de movimentos de cunho nacionalistas xenofóbicos e o quanto esses discursos recrudesceram, principalmente a partir da pandemia de Covid-19. Nesse sentido, nossa intenção foi buscar refletir criticamente sobre os discursos orientalistas e suas implicações, tendo os estudos de gênero como elemento provocador e complexificador de suas análises. Por isso, é com imenso prazer que convidamos você à leitura desse texto “coletivo”, que buscou dar vazão à riqueza de interpretações sobre o tema orientalismo, ao mesmo tempo em que procurou contribuir para os estudos sobre as mulheres, as questões de gênero e o feminismo.

O conceito Orientalismo

Antes das críticas de Edward W. Said ao tema, o Orientalismo era entendido apenas como uma disciplina acadêmica que incluía os estudos da língua e da cultura árabe nas universidades e centros de pesquisas. As publicações relacionadas ao assunto pouco contribuíam para diminuir os pré-conceitos existentes em relação ao Oriente, e, pelo contrário, dissemi-

navam uma imagem estereotipada que alimentava fantasias sobre lugares, pessoas e culturas consideradas exóticas.

Os meios de comunicação, como a imprensa, mas também instituições educacionais e culturais criavam um modelo idealizado sobre pessoas e costumes de diversos países chamados orientais, propagando uma imagem que correspondia muito mais ao imaginário ocidental do que a realidade vivenciada por esses povos. Entretanto, após a publicação de *Orientalismo: a invenção do Oriente pelo Ocidente*, em 1978, essa imagem estereotipada do Oriente começou a ser problematizada.

Obviamente a obra de Said também encontrou seus próprios críticos. Muitos o acusaram de cometer generalizações, de pecar pela falta de rigor metodológico, de focar apenas no eixo Europa e Estados Unidos, deixando de lado outros Orientalismos importantes, localizados em outras épocas, e entre diferentes países que não apenas Inglaterra e França, ou Estados Unidos. Seja como for, e ainda que algumas das críticas tenham algum fundamento, é impossível negarmos a relevância de seu trabalho como um marco para a análise das relações coloniais, assim como para o entendimento do Orientalismo como um exemplo de simplificação preconceituosa, que em tempos atuais, de xenofobia e racismos intensificados pela situação da pandemia, se mostra ainda muito pertinente.

É importante termos em mente que o escopo da obra de Said não era a definição do que era o Oriente, mas entender a subalternização operada pelo Ocidente sobre o Oriente. Para Said, a representação ocidental do que é o Oriente teria muito pouco a ver com as culturas e povos que realmente vivem nesses locais. Do seu ponto de vista, buscava-se mais uma diferenciação entre “nós” e “eles” e uma tentativa de justificar o poderio colonial do Ocidente sobre o Oriente, legitimando essa construção ao representar o último com uma imagem

inferiorizada frente a um Ocidente superior. Tal narrativa que coloca o outro colonial como objeto de conhecimento e sujeito subalterno visava rejeitar, no caso sobre o Oriente, sua importante contribuição na formação da civilização e da cultura material europeia, sobretudo, no que tange o âmbito da intelectualidade.

É possível distinguirmos na obra de Said, três tipos de orientalismo. Um *acadêmico*, situado principalmente no século XIX e correspondente a uma disciplina acadêmica que fazia o estudo do Oriente sob um olhar eurocêntrico, visando legitimar a superioridade da Europa, onde o modo de analisar era pautado em um determinado método e seguia também um certo rigor acadêmico. Também um orientalismo *imaginativo* que trataria de uma certa forma de pensar o Oriente de um modo mais geral, uma relação entre a produção acadêmica e o que é transmitido ao senso comum, ao conhecimento geral, ao imaginário de cada época, muito explorado por exemplo pela filmografia e a literatura e, por fim, um orientalismo *histórico* que atua na concretude da colonialidade, os usos de ideias e conceitos históricos em cada tempo e contexto específico.

Dessa forma, consideramos lúcido dizer que o Orientalismo pode ser entendido como tendo diversos significados, mesmo que, de modo geral, a obra de Said o descreva como uma forma específica pela qual o Ocidente europeu pensa o que é o Oriente. Em muitas situações o Orientalismo, criticado por Said, generaliza algo que é diverso em suas múltiplas identidades culturais, sociais, políticas, econômicas, étnicas e religiosas e, sobretudo, desconsidera a autonomia dessas entidades sociopolíticas e culturais. Nesse caso, o Orientalismo, para além de uma posição acadêmica, torna-se também uma posição política, cultural, estética e existencial que opera na divisão do mundo entre Ocidente e Oriente, entre progresso e estagnação.

Essa postura ratificou no passado a hipótese colonialista da superioridade racial e cultural europeia frente a civilizações não-europeias e ainda hoje corrobora para a cristalização de preconceitos, reforçando, por exemplo, estereótipos como os que colocam todo homem árabe como um fanático religioso, um potencial homem-bomba e toda mulher muçulmana que vista o véu (seja *burca*, *niqab*, *hijab*) como uma vítima oprimida aguardando a salvação vinda do Ocidente. Embora suas escolhas metodológicas mereçam realmente ser debatidas, acreditamos que o mérito do trabalho de Said assenta, sobretudo, na abertura de novas possibilidades para os estudos relativos às subalternidades. Apesar de refletir sobre questões atinentes ao Oriente Médio, a sua crítica ao colonialismo e ao imperialismo nos permite refletir sobre outras sociedades que também foram atravessadas por essas questões como, por exemplos, a África, a China, o Japão, a toda a América do Sul, de uma forma geral, entre tantas outras sociedades que viveram a colonialidade e o imperialismo como elementos estruturantes de suas vidas.

Said entre críticas e possibilidades

Dentre aqueles que foram atingidos diretamente pela obra do intelectual palestino está Bernard Lewis:

(...) há um esforço persistente de sugerir que toda crítica do Orientalismo (e a minha em particular) é despida de sentido e, de certo modo, uma violação da própria ideia de erudição desinteressada. É o que faz Bernard Lewis, a quem dediquei algumas páginas críticas em meu livro. Quinze anos depois da publicação de *Orientalismo*, Lewis produziu uma série de ensaios, alguns coligidos num livro intitulado *Islam and the West*. Boa parte do livro consiste num ataque a mim, em meio a outros ensaios que mobilizam um conjunto de fórmulas vagas e caracteristicamente orientalistas - os muçulmanos se enfurecem com a modernidade, o islã nun-

ca fez a separação entre igreja e estado, e assim por diante -, todas pronunciadas num nível extremo de generalização e quase sem menção às diferenças entre muçulmanos individuais, entre sociedades muçulmanas, entre as tradições e eras muçulmanas. (Said, 2007, p. 454)

As críticas que Lewis faz à Said são muito veementes e pessoais, atacando o autor e questionando sua competência e erudição. Para Lewis, Said não tinha autoridade para levantar questionamentos aos estudiosos da história árabe e de outras disciplinas orientalistas, era um agitador que não demonstrava respeito aos métodos acadêmicos. Ainda que algum aspecto das críticas de Lewis possa ter fundamento, essas críticas se afogam num mar de condescendência e arrogância erudita, além do flagrante posicionamento sionista de Lewis.

Enquanto Said militava pela causa palestina, Lewis foi conselheiro no governo Bush, e após a tragédia de 11 de setembro é possível perceber certo oportunismo literário de Lewis, que passou a publicar títulos como *O que deu errado no Oriente Médio?* (2002) e *A crise do Islã: Guerra Santa e Terror Profano* (2003).

Outro orientalista que publicou uma resposta ao trabalho de Said foi Robert Irwin com seu livro *Pelo Amor ao Saber: Os Orientalistas e seus inimigos* (2008). Irwin faz uma defesa apaixonada do orientalismo (como ele conhece), demonstrando seu “amor aos saberes” produzidos por orientalistas que, segundo ele, eram em sua maioria estudiosos solitários e excêntricos. A obra de Irwin, como um todo, é uma recusa ao Orientalismo enquanto conceito e categorização de uma ordem discursiva, como propõe Said, onde o orientalismo acadêmico se insere, mas que não é a sua única vertente.

Também é possível interpretar o livro de Irwin como uma grande defesa dos (homens) intelectuais orientalistas e um

grande elogio à erudição conquistada através de um árduo e enfadonho trabalho intelectual supostamente isento. Irwin constrói uma idealização do trabalho acadêmico orientalista, como se ele estivesse fora do tempo e do espaço, um vigia da história que não é atravessado por ela, um suposto altruísta movido unicamente pelo amor ao saber.

Uma crítica mais coerente foi feita por Aijaz Ahmad. O intelectual marxista deixa claro logo no início do seu texto, *Orientalismo e depois: ambivalência e posição metropolitana na obra de Edward Said* (2002), o quanto discorda metodologicamente de Said, mas que também o respeita profundamente. Ahmad critica a filiação da obra ao pensamento foucaultiano invocado pela noção de discurso como determinante para o colonialismo e um possível detrimento da realidade material e econômica, crítica essa que faz sentido para um intelectual marxista.

Um ponto muito relevante das críticas que Aijaz Ahmad faz sobre Said (e que também estende para outros intelectuais pós-coloniais), é o fato que, segundo Ahmad, esses intelectuais advindos de países com histórico de colônias excluem de suas reflexões o fato de serem filhos de classes médias e altas do seu país natal (talvez de famílias que se beneficiaram com o colonialismo). Em sua maioria homens, tiveram acesso a recursos para frequentar universidades europeias e estadunidenses e que, na sua prática acadêmica, recusaram o marxismo e o recorte de classe para evitar o desconforto de expor a ambiguidade do seu status no Ocidente. Em que medida eles eram representantes dos subalternos como se apresentavam?

A ausência de recorte de classe e de gênero - e uma maior complexificação na questão racial - são lacunas significativas da obra principal de Said e que impactam na historicidade da análise. Apesar de, em alguns momentos, o intelectual pales-

tino insinuar algumas questões que poderiam levar para uma reflexão maior sobre papéis de gênero, como o mapeamento das imagens generalistas e reducionistas das populações entendidas como orientais, imagens essas criadas em oposição às supostas nobres características ocidentais. Diante disso, é possível identificar que as ideias produzidas e reproduzidas sobre masculinidade e feminilidades orientais diferiam das imagens de masculinidade e feminilidade europeias.

Apesar de levantar essa questão das criações imagéticas do homem oriental e da mulher oriental, Said não se deteve neste tópico. Porém suas análises são pontos de partida para férteis diálogos com os estudos das relações de gênero, tornando possível aprofundar e complexificar a criação de hierarquias de gênero orientais/coloniais pelo discurso orientalista e como ele se articula com o projeto imperialista.

Partindo dessa reflexão, pesquisadoras feministas estão utilizando o trabalho de Said, de forma crítica, expandindo-o. Um exemplo é o caso da historiadora britânica Reina Lewis e seu trabalho *Rethinking Orientalism: Women, Travel and the Ottoman Harem* (2004) que aborda a produção intelectual de mulheres do Império Turco Otomano. Outro exemplo é a professora estadunidense Lisa Lowe que propõe um uso mais subversivo do conceito de Orientalismo, com uma verve polifônica e plural, que também pode ser visto como uma resposta às críticas que apontaram o caráter muitas vezes monolítico e homogêneo da própria definição de Said.

A potência da proposta de Lowe é interessante, pois quebra a rigidez da concepção de Said, ao mesmo tempo em que propõe uma análise mais complexa, assumindo o caráter polissêmico do discurso orientalista e a possibilidade de ele ser apropriado e reelaborado pelos sujeitos alvos do discurso, reconhecendo a atuação e agência desses sujeitos. Essa noção

do discurso Orientalista como algo heterogêneo permite um olhar mais atento às particularidades, exceções e contradições de sua produção/reprodução. Um olhar ancorado na historicidade do discurso orientalista (ou dos discursos orientalistas?) e seu horizonte de possibilidades materiais, sociais e culturais.

Experiências brasileiras com o *orientalismo* nos estudos de gênero

Como apontamos, o conceito orientalismo é polissêmico. Isso não quer dizer que se trate de um conceito generalista ou superficial, mas um conceito que pode ser aplicado às diversas áreas do saber, sem prejuízo do seu significado, como nas Artes, na Política, na Sociologia, na Geografia, na História, enfim, em muitas outras.

Assim como o orientalismo, a categoria gênero tem se mostrado, ao longo do tempo, um conceito sujeito a interpelações e redefinições que permitem sua contínua revisão, consequentemente, nos facultando acessar diversas possibilidades e perspectivas enquanto categoria de análise. E são os dois conceitos juntos, orientalismo e gênero, que pautam nossa reflexão acerca da construção de modelos de masculinidade e feminilidade que são o foco deste capítulo.

A partir das pesquisas desenvolvidas por nós, autoras deste capítulo, é possível apontar caminhos analíticos que congregam reflexões sobre gênero e orientalismo ao tratar historicamente obras que podem ser consideradas parte de um “orientalismo português”, na medida em que foram executadas por dois autores lusos: o religioso Frei Agostinho de Santa Maria (1642-1728), autor reconhecido pela Real Academia de História Portuguesa pelo seu importante contributo à história do reino (Silva, 2018. p. 1) e o famoso escritor e jornalista José Maria de Eça de Queiroz (1845-1900), ambos,

ao seu tempo e modo, descrevendo para o Ocidente parte da cultura Oriental.

Em relação ao trabalho de Agostinho de Santa Maria, tratamos das obras *Rosas do Japam*, publicada em 1709 e *Rosas do Japam e da Cochinchina*, que veio a lume em 1724. Ambas relacionadas aos martírios de cristãos no Japão e na Cochinchina. Embora sejam laudatórias sobre a espiritualidade de mulheres orientais convertidas ao Cristianismo no século XVI, o lugar reservado às mesmas, não apenas na escrita do autor, mas na historiografia de um modo geral, diz respeito a um papel secundário na empresa da evangelização.

As “rosas” sobre as quais o autor alude já nos títulos de suas obras referem-se às mulheres orientais convertidas ao Cristianismo e que se tornaram, na perspectiva do autor, exemplos de virtude para as mulheres cristãs do reino, dado o seu “recato e zelo” para com a nova fé professada. Entretanto, quando essas mulheres orientais assumem algum papel de protagonismo nos livros de Santa Maria são logo imbuídas, pelo autor, de um suposto “espírito ou força varonil” que as faziam como homens, tornando-as, na visão do religioso, capazes de executar tarefas que até então eram reservadas à esfera masculina como, por exemplo, a vida pública, discursando e convertendo o “gentio”, celebrando sacramentos ou ainda resistindo ao terrores psicológicos e a castigos físicos em prol da defesa do Cristianismo.

Já as obras de Eça de Queirós, por sua vez, trazem o Egito como espaço oriental privilegiado.³ O primeiro texto, *Os in-*

3 O senso comum costuma tratar o Oriente como um bloco único, entretanto, a partir de uma visão eurocêntrica também se convencionou dividir esse espaço geográfico em duas regiões: O “Oriente Próximo” e o “Extremo Oriente”. Segundo Said, sendo o Oriente Próximo aquele que os europeus estavam habituados a manter relações comerciais há mais de mil anos e o Extremo Oriente sendo aquele com que os europeus tinham menos contato, portanto o conheceriam menos (Said,

gleses no Egypto, faz parte da coletânea *Cartas para a Inglaterra*, publicado em 1905 que reúne alguns textos jornalísticos do autor, escritos no período em que este viveu na Inglaterra. O segundo, *O Egito – e mais notas de viagem*, publicado em 1926, é um compilado de anotações e relatos sobre a viagem que Eça de Queirós fez ao Egito em 1869, para cobrir, enquanto jornalista, a inauguração do Canal de Suez para o *Diário de Notícias*.

Em sua escrita chamou nossa atenção o seu relato sobre a prática de danças egípcias, com as quais o autor teve contato quando em visita ao país africano no século XIX e que chegaram até nós sob o genérico nome de “dança do ventre”, um termo que atualmente se entende como pouco adequado para designar algo que é tão diverso e complexo quanto o número de sociedades que a pratica. Dessarte, caracterizando, sem dúvida, um termo orientalista.

De modo geral, podemos falar da existência de inúmeros relatos de viajantes europeus que descreveram a dança egípcia e os corpos das dançarinas sob uma ótica sexualizada, exótica e erótica que em muito contribuiu para a propagação do entendimento da dança a partir de estereótipos preconceituosos, julgamentos e conceitos que na maior parte das vezes não representa a forma como essas danças eram realizadas antes do curso colonial. (Assunção; Paschoal, 2022, p. 5). O relato de Eça de Queiroz evidencia de forma clara esse posicionamento rotulador e estereotipado que tanto contribuiu para

2008. p. 46). Entretanto, o Egito que na verdade faz parte do continente africano é considerado pelo Ocidente como parte do Oriente Próximo. Tal nomenclatura talvez pudesse ser apoiada numa questão religiosa ao invés de geográfica, uma vez que o Oriente Próximo corresponderia às nações de maioria islâmicas e o Extremo Oriente compreenderia nações com outras religiões, notadamente o Hinduísmo e o Budismo. Entretanto cria-se com essa definição um problema para enquadrar indonésia e Malásia, comumente, nem compreendidos dentro do Extremo Oriente, mas de maioria islâmica. Portanto, a definição de Oriente, Próximo ou Extremo, é controversa e problemática, pois não envolve critérios claramente definidos, nem espaços geográficos especificamente delimitados. (Vanzelli, 2013, p. 13).

a mitificação das danças que se popularizaram como “danças do ventre”.

Em seus relatos qualificadores como “danças estranhas”, “atitudes lascivas”, “habilidade vulgar”, “quase nuas”, “sensualidade” são acionadas para marcar a diferença entre o corpo feminino oriental e os corpos femininos com os quais os europeus estavam habituados ao convívio, cobertos por vestes que escondiam as formas do corpo, em contrapartida aos véus esvoaçantes e coloridos das dançarinas orientais (Assunção; Paschoal, 2022, p. 11).

Por conseguinte, a representação ocidental das mulheres orientais, especialmente aquelas que dançavam, ficou marcada pelo clichê da beleza de seus corpos e exotividade dos seus movimentos, de suas vestimentas e para, além disso, houve também uma associação da mulher oriental a uma imagem de passividade e submissão que logo serviu de metáfora para representar o próprio Oriente. Assim, na retórica orientalista, o Ocidente, relacionado com a força e o progresso, era visto como o lado masculino enquanto o Oriente, misterioso e exótico, era o lado feminino, passivo, à espera de ser conquistado (Dib, 2011, p. 148).

A essa altura do texto é possível questionar, afinal, qual a relação desses dois autores para além do fato de serem portugueses que escreveram sobre outras sociedades? Propomos que, em comum, os trabalhos de Agostinho de Santa Maria e Eça de Queirós compartilham mais do que o Oriente como recorte espacial, suas obras compartilham também temas como políticas de Estado, cultura, geografia, história e, sobretudo, relações de poder.

Apesar da separação no tempo e de uma vivência de mundo tão díspar, um religioso e um secular, os dois autores trazem em suas obras caracterizações de papéis sociais de indivíduos

rotulados de orientais, nos quais as atribuições de gênero são rapidamente percebidas e onde cabe uma importante reflexão acerca da relação direta e explícita entre gênero e poder, a luz mesmo do que já sugeriu Joan Scott, em “Gênero, uma categoria útil para análise histórica” (1995), onde as relações sociais são permeadas e baseadas nas diferenças entre os sexos.

Enquanto as obras de Santa Maria apresentam as orientais japonesas e cochinchinenses, em especial as convertidas ao Cristianismo, como exemplo de recato e virtuosidade, convertendo-as num modelo a ser seguido pelas portuguesas de seu tempo, no que diz respeito aos textos de Eça de Queirós as mulheres orientais egípcias, agora em especial as dançarinas, são exotificadas e erotizadas, enquadradas no imaginário orientalista que circunscreveu (e ainda não circunscreve?) um lugar específico para corpos colonizados.

Contudo, seja como exemplo perfeito a ser seguido ou como objeto do imaginário orientalista, as obras desses autores nos despertam questões que são centrais para os debates feministas como a não homogeneidade na experiência de todas as mulheres e questões relacionadas à representação.

Obviamente, as mulheres japonesas e cochinchinenses apresentadas por Agostinho de Santa Maria e as dançarinas descritas por Eça de Queirós não podem ser consideradas representantes universais de uma categoria, seja de mulheres religiosas, de mulheres que dançam ou mesmo da própria categoria mulher, que como a própria Judith Butler já bem apontou não se trata de um conceito universal ou mesmo estável (Butler, 1989). Historicamente vimos funções assimétricas, de acordo com o sexo, serem forjadas a partir de uma ideia de que as diferenças biológicas definiriam as habilidades de cada indivíduo. A partir de então, cada vez mais, as aptidões femininas foram circunscritas ao espaço privado

enquanto às aptidões masculinas fora reservada a vida pública. Gerações foram marcadas por uma divisão onde cabia à mulher o cuidado com a família e ao homem a responsabilidade pela provisão material da casa. Devemos lembrar que essa diferenciação não se trata apenas de uma divisão de tarefas, mas de uma hierarquização na qual a função do homem, produtiva, tem maior relevância social do que a da mulher, prioritariamente reprodutiva. A divisão sexual do trabalho - de caráter estruturante e ancorada na assimetria da função conforme cada sexo - cerceia as escolhas das mulheres e as condena a gerir a vida em sociedade em conformidade com as atribuições consideradas naturais ao seu sexo.

No contexto português no qual Santa Maria estava inserido, o Antigo Regime de meados do século XVII e primeiras décadas do século seguinte, certos comportamentos eram esperados (ou exigidos) daquelas que se pretendiam “boas cristãs”. O autor escreve sobre uma das orientais convertidas ao Cristianismo da seguinte forma:

Era esta sãta **Virgem** ainda assim dotada daquele precioso dote, que nas mulheres mais se estima: porque sobre ser Christã, era muito honesta, virtuosa, fermosa, & com muita discrição. O nobre do sangue, que de seus paysrecebeo, parece que lhe servia com impulsos generosos, para vencer empresas que excedião a sua **feminina condição**, & o **fraco sexo**; vendo-se revestida de hum **varonil** alento, para dar a vida por seu Esposo JesuChristo (Santa Maria, 1724, p. 3, destaques nossos).

Ao se deparar com histórias de mulheres que foram protagonistas na propagação e manutenção do Cristianismo durante o período da missão no Japão e Cochinchina, Agostinho de Santa Maria muitas vezes as classificava como mulheres varonis, ou mulheres como homens, porque somente assim seria possível conceber que líderes mulheres

desenvolveram um apostolado que transformou seu contexto social, religioso e histórico. Se considerarmos ainda que no Japão do século XVII, após quase cem anos de contato, a religião cristã foi banida do território, essas mulheres não seriam apenas transgressoras à vista do olhar ocidental de Agostinho de Santa Maria, eram insurrectas perante seu próprio governo e suas famílias ao se tornarem cristãs contra a objeção de seus maridos, filhos e pais, ou seja, agiram de forma autônoma em busca do que consideraram uma religião que atendesse melhor as suas demandas (Ward, 2009, p. 23). Contudo essas não foram as qualidades que o autor resolveu destacar em suas duas obras (Silva, 2018, p. 107).

Claramente Santa Maria e Eça de Queirós, como todos os autores inclusive, fizeram as escolhas narrativas que corroborariam para as histórias que planejavam contar, adaptando seus relatos aos gostos dos seus leitores. Enquanto Agostinho de Santa Maria, no século XVIII, divulga uma imagem de oriental relacionada à castidade, ao recato e à piedade a fim de influenciar comportamentos desse tipo no reino. Eça de Queirós, por sua vez, atrela a imagem da mulher egípcia, sobretudo dançarina, à sensualidade, exotividade.

São duas visões opostas sobre o outro, ou melhor, sobre a outra oriental, onde as afirmações de um e outro autor são pautadas por um processo de construção baseado em idealizações e características morais da época a qual cada um pertenceu. Em outras palavras, são descrições produzidas historicamente e, portanto, devem ser inseridas no movimento da sociedade e tempo dentro das quais cada autor pertencia, cabendo-nos investigar a respeito das suas redes de interlocução social.

Tanto o trabalho de Agostinho de Santa Maria, quanto o de Eça de Queiroz, dizem muito a respeito do próprio contexto

tempo-espacial de cada um. Ao escrever sobre uma oriental recatada que merece ser colocada no lugar de exemplo a ser seguido e também ao relatar sobre uma oriental sensual, os trabalhos dos autores revelam o que se esperava na verdade das mulheres ocidentais, que seu lugar era a casa, nunca a vida pública. Fica claro que ambos os autores esperam um determinado tipo de comportamento das mulheres de sua época. Agostinho de Santa Maria, que as mulheres portuguesas fossem religiosas recatadas e submissas a exemplo das orientais japonesas e cochinchinenses convertidas ao Cristianismo sobre as quais escreveu. E Eça de Queiroz ao chamar atenção para as roupas decotadas, coloridas, para os movimentos de dança e sua exposição pública, principalmente para homens estrangeiro, engendra no pensamento de seu público leitor códigos de comportamento, vestimenta, modos de se comportar e até mesmo de pensar que apenas corrobora para uma submissão do feminino em relação ao masculino, caracterizando uma espécie de agressão moral ou social que Pierre Bourdieu caracterizou como uma violência simbólica, suave, insensível e invisível à suas próprias vítimas (Bourdieu, 1989).

Considerações finais

A realização do Simpósio Temático *Orientalismo nos estudos de gênero* possibilitou um encontro entre pesquisadoras que possuíam em comum – além da utilização da categoria *orientalismo* de alguma forma em seus trabalhos – a sensação de solidão sobre suas pesquisas, e a vontade de conhecer outros trabalhos com temáticas próximas para dialogar. Esse momento frutífero de muita troca e escuta afetiva reafirma o potencial teórico da aproximação das categorias gênero e orientalismo.

Seguem algumas informações sobre as comunicações apresentadas no Simpósio: Júlia Carolina de Amorim Benfica apresentou parte do trabalho que vem desenvolvendo no doutorado sobre as mulheres no Irã após a Revolução Iraniana e as disputas sobre feminismo, direitos das mulheres e o Islã.

Com uma pesquisa pioneira sobre a cultura Amazigh no Marrocos contemporâneo, Fernanda Gabrielly Terra Moura aborda uma polêmica publicação feminista, a *Hshouma*, um projeto de educação sexual criado por ZainabFasiki, e posteriormente transformado em *grafic novel*.

Já Ananda Oliveira Brito abordou as personagens vivenciadas pela atriz indiana Smita Patil, uma das principais representantes do chamado “Cinema Paralelo” indiano, onde interpretou mulheres que fugiam dos padrões culturais indianos sobre papéis femininos, além de ser uma importante ativista pelos direitos das mulheres.

A desenhista e pesquisadora Aline da Rosa Deorristt apresentou suas reflexões sobre as narrativas gráficas produzidas por mulheres de diferentes etnias, que abarcam suas experiências de resistências, de exílio e do não lugar fronteiriço.

Encerrando as comunicações, Leyde Dayanna Alves da Silva Oliveira apresentou suas considerações sobre as representações e narrativas acerca da mulher contemporânea em toda a sua diversidade.

A realização desse simpósio nos fortaleceu enquanto pesquisadoras, nos nutrindo com novos olhares e temas. As trocas e aproximações vivenciadas neste encontro certamente irão render bons frutos subversivos.

Bibliografia

AHMAD, Aijaz. Orientalismo e depois: ambivalência e posição metropolitana na obra de Edward Said. In: BOI-

TEMPO EDITORIAL. *Linhagens do Presente - Ensaios*. 1. ed. São Paulo, 2002.

ASSUNÇÃO, Naiara Müssnich Rotta Gomes. Entre Ghawazze, Awalim e Khawals: Viajantes inglesas da Era Vitoriana e a “Dança do Ventre”. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

ASSUNÇÃO, Naiara Müssnich Rotta Gomes de N.; PASCHOAL, Nina Ingrid Caputo. Orientalismo em movimento: representações da dança do ventre em pinturas e literatura de viagem (séc XIX). *Revista Brasileira de Estudos da Presença*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, 2022, pp. 1-33.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIB, Marcia. Mulheres árabes como odaliscas: Uma imagem construída pelo orientalismo através da pintura. *UFG*, Goiânia, v. 13, n. 11, 2017, pp. 145-150.

IRWIN, Robert. *Pelo Amor ao Saber - os orientalistas e seus inimigos*. Tradução Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Record, 2008.

LEWIS, Bernard. The Question of Orientalism. *The New York Review of Books*, Nova York, v. 29, ed. 11, 1982.

LEWIS, Reina. *Rethinking Orientalism: Women, Travel and the Ottoman Harem*. London: I.B. Tauris, 2004.

LOWE, Lisa. *Critical terrains: French and British orientalisms*. Nova York: Cornell University Press, 1992.

PASCHOAL, Nina. Ventre colonizado: representações da mulher árabe e suas danças na pintura Orientalista do século

XIX. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019.

SAID, Edward. *O Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Luciana Nogueira da. “Flores” entre “Espinhos de Idolatria” – *O Oriente Cristão, Gênero e Escrita no Império Português (Agostinho de Santa Maria, Século XVIII)*. 152f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

VANZELLI, Jose de Carvalho. *Eça de Queirós e o extremo Oriente*. 2013. Dissertação (Mestrado) - Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

WARD, Haruko Nawata. *Women religious leaders in Japan's Christian Century, 1549-1650*. Farnham, Surrey: Ashgate, 2009.

Fontes Impressas

SANTA MARIA, Agostinho de. *Rosas do Japam, cândidas açucenas, E Ramalhete de fragrantas & peregrinas flores, colhidas no Jardim da Igreja do Japaõ, sem que os espinhos da infidelidade, & idolatria as pudessem murchar, Em as vidas das muytoIllustres Senhoras, D. Julia Nayto, D. Luzia da Cruz, ou Caraviaxi, & D. Thecla Ignacia, ou Muni, & de suas Companheiras, Congregadas em o Santo Recolhimento da Imperial Cidade de Meaco, Corte dos Emperadores do Japam,, aonde foraõ prezas & padecerão pela Fé muitos tormentos em ódio della; E donde foraõ lançadas, & dester-radas para a Cidade de Manila em Filippinas...* Lisboa, Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1709.

_____. *Rosas do Japam, e da Cochinchina cândidas açucenas, E Ramalhete de fragrantas, & peregrina flores, colhidas nos jardins da Igreja do Japaõ, & peregrinas flores, colhidas nos jardins da Igre-*

ja do Japão, & da Cochinchina, sem q os espinhos da infidelidade, & idolatria as pudessem murchar, Nas Admiraveis vidas, E gloriosos martyrios de algumas muytoillustres Japoas, &Cochinebinas, de muytas meninas, & meninos que com muyto valor sacrificarão as vidas em testemunho da Fé de nosso Salvador, JesuChristo parte segunda... Lisboa, Officina de Pedro Ferreira, 1724.

QUEIRÓS, Eça. *O Egito e mais Notas de Viagem*. Edições Vercial: Braga, 2011-2012.

_____. Os inglezes no Egypto. In. *Cartas de Inglaterra*. Livraria Chardron de Lello & Irmão – Editores: Porto, 1905.

Mulheres no centro do conhecimento: uma análise a partir do feminismo decolonial

Allana Letticia dos Santos¹

Emmanuela Harakassara Rodrigues de Lima²

Renata Cavazzana da Silva³

Resumo: Historicamente subestimada e sub-representada, a presença das mulheres na produção do conhecimento foi sistematicamente apagada em várias áreas do conhecimento. Diante disso, o objetivo deste artigo é evidenciar outras possibilidades de construção de conhecimento e analisar como o gênero e a colonialidade promoveram a invisibilização das mulheres como sujeitas do conhecimento histórico e de narrativas religiosas.

Palavras-chave: Feminismo decolonial; Conhecimento histórico; Incelenças; Gênero; Religião.

Quem pode produzir conhecimento?

Este artigo tem como objetivo traçar observações que possibilitem articular estratégias e caminhos, bem como anali-

1 Doutoranda em História Global pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista CNPq – Brasil. Integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). E-mail: allanaletticia@hotmail.com

2 Doutoranda em História Global pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista CNPq – Brasil. Integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). E-mail: harakassara@gmail.com.

3 Mestra em História Global pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista do CNPq – Brasil. Integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). E-mail: renata.cavazzana@gmail.com.

sar as trajetórias das mulheres para além dos marcadores de violência, vulnerabilidade e silenciamento historiográfico. Tendo em vista que a ciência foi construída sobre modelos masculinos que excluem as mulheres devido a uma oposição de características consideradas masculinas e femininas, sendo estas vistas como inconvenientes para a produção científica por, supostamente, prejudicarem a objetividade dos resultados, consideramos necessário pensar a produção de conhecimento a partir das experiências das mulheres.

Interessa-nos, antes de nos ater às reflexões acerca das trajetórias de mulheres na construção do conhecimento, pontuar algumas observações. Conjecturamos que o conhecimento pode ser definido como a compreensão e a consciência adquiridas através da experiência, do estudo, da observação ou da instrução. É uma capacidade humana de assimilar informações, conceitos e ideias, e utilizá-las para resolver problemas, tomar decisões, compreender o mundo e criar novas ideias e inovações. O conhecimento pode ser adquirido de diversas formas, incluindo a educação formal, a experiência prática, a observação e a interação com outras pessoas. Ele pode ser dividido em diferentes tipos, como conhecimento científico, conhecimento prático, conhecimento filosófico, entre outros. O conhecimento é um recurso valioso e essencial para o sucesso em diversos campos, incluindo a ciência, a tecnologia, a medicina, a educação e a cultura em geral. Através da busca e da aplicação do conhecimento, os indivíduos e as sociedades podem evoluir, progredir e melhorar a qualidade de vida.

Mas quem pode produzir o conhecimento? Quem está autorizado? Jota Mombaça, escritora e ativista, nos lembra que as formas como a linguagem e a cultura reforçam as hierarquias de poder e as exclusões sociais, estão também comungadas com o conhecimento e a autorização sobre esse. A autora questiona o direito de falar e ser ouvido em nossa sociedade,

e aponta para as formas sutis e muitas vezes invisíveis de discriminação e marginalização que afetam as diferentes identidades e corpos.

Em outras palavras, Jota Mombaça nos convida a refletir sobre como as formas sutis e muitas vezes invisíveis de discriminação e exclusão limitam o acesso a construção do conhecimento e à produção cultural. Essa reflexão é especialmente relevante quando pensamos nas comunidades e grupos marginalizados que têm sido historicamente excluídos da produção de conhecimento e da participação na cultura e na política. Muitas vezes, esses grupos são silenciados e invisibilizados por conta das desigualdades e hierarquias de poder que afetam as suas vidas e experiências.

Outra dimensão sobre construção do conhecimento é argumentada por Winnie Bueno (2020), que nos lembra, um aspecto crucial da obra teórica de Patrícia Hill Collins: sua constante busca por evidenciar o papel fundamental do conhecimento como ferramenta de empoderamento, especialmente quando esse conhecimento é produzido e difundido por meio do ativismo intelectual das mulheres negras. Partindo dessa compreensão de conhecimento, analisamos, na primeira parte deste artigo, a construção da disciplina histórica em uma perspectiva de gênero, destacando o papel da historiografia no silenciamento e apagamento das narrativas e experiências das mulheres intelectuais e escritoras que contribuíram para a História. Em seguida, propomos um exercício de reflexão sobre esses processos em torno dos saberes de mulheres no contexto da produção historiográfica do Cariri cearense revela o quanto o conhecimento científico, seja a nível regional ou nacional, opera com a exclusão do feminino, tornando o que é masculino como universal.

Mulheres, história e historiografia

Durante o processo de institucionalização da produção de conhecimento histórico, que definiu o perfil do historiador e os fundamentos da História como prática científica, as mulheres foram excluídas dos espaços validados como *locus* de construção do saber disciplinar historiográfico. Embora as mulheres tenham sido sujeitas e agentes da história, o fazer História foi limitado aos homens, que registravam o que homens haviam feito e vivenciado, chamando isso de História e afirmando que tal narrativa era universal. Como consequência, produziu-se uma disciplina cuja metodologia e produção foi fortemente marcada pelo gênero.

Argumentando a universalidade da identidade e da experiência do homem europeu branco e heterossexual, a disciplina produziu a própria diferença de gênero ao mesmo tempo em que dissimulou a existência dessa dimensão. Essa presunção atuou na formulação dos métodos e do perfil do historiador profissional, definindo quem poderia ser sujeito da escrita da História. Da mesma forma, as categorias e temas foram circunscritos aos acontecimentos do campo em que atuaram os sujeitos reconhecidos como centrais na história da humanidade.

Para Gerda Lerner (2019), a tensão entre a experiência histórica real das mulheres e a sua exclusão da interpretação da história real engendrou uma relação problemática e permeada de conflitos destas com a história. Para a historiadora, essa “dialética da história das mulheres” foi o que impulsionou as mulheres para o processo histórico, visto que somente a partir de uma análise e estudo do passado das mulheres é que a conscientização sobre a sua subordinação pôde ser questionada e superada. Dessa forma, a História das Mulheres tem

um potencial transformador, tanto em um nível individual, quanto coletivo.

Apesar da exclusão das mulheres das instituições profissionais e do silenciamento promovido pela historiografia, muitas se empenharam em escrever história. Bonnie Smith (2003) analisa a produção das historiadoras amadoras, uma categoria de escritoras profícuas que olharam para o passado, escreveram e traduziram textos históricos, em um trabalho intelectual incessante. Ao longo do processo de profissionalização da História, na Europa do século XIX, o trabalho dessas intelectuais foi tomado como exemplo do que não deveria ser a disciplina e, posteriormente, descartado pelos novos historiadores.

Enquanto a história amadora, analisada a partir de uma concepção moralista e do profissionalismo histórico, seria uma narrativa dramática, falha e imprecisa, e as obras comerciais e de pouca importância, a história científica passaria a se definir a partir de práticas metodológicas rigorosas, baseadas na ida aos arquivos e no treinamento em seminários, impulsionando os ânimos de diversos historiadores pela pesquisa em arquivos pelo mundo ocidental. Apesar de a generificação de tais práticas ter sido essencial para a construção dessa cientificidade, o gênero da História permaneceu não reconhecido, tornando a profissão de historiador “opressivamente masculina” (Smith, 2003, p. 219).

De modo semelhante, Maria da Glória de Oliveira (2018) aponta o apagamento do elemento gênero nas análises historiográficas brasileiras, que produz e reforça o silêncio em torno da autoria das mulheres. Criticando o foco da história intelectual no estudo dos repertórios canônicos de obras de autoria masculina, branca e europeia, destaca a contribuição da produção de escritoras não reconhecidas, como Beatriz Francisca de Assis Brandão, poeta mineira que foi a primeira

e única mulher indicada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1850. Sua admissão foi vetada, deixando claro que no lugar da memória e da história nacional, não havia espaço para as mulheres.

De acordo com Oliveira (2018), no Brasil Império as tarefas do historiador eram delimitadas a partir de um repertório de virtudes epistêmicas, evidenciadas nos elogios biográficos a tais intelectuais, que destacavam o amor à verdade, a abnegação e a imparcialidade como virtudes inatas dos homens letrados, e que serviam de índices reguladores do processo de institucionalização e profissionalização da pesquisa e da escrita da história. Durante a constituição da historiografia científica, a adequação aos ideais de uma performance virtuosa do historiador garantia a credibilidade das obras. Sendo assim, o reconhecimento do trabalho historiográfico produzido por mulheres no período seria impossível, visto que eram excluídas da cidadania, não podendo se enquadrar justamente nas características definidoras do que é ser um historiador.

Somente no final do século XX houve uma grande ampliação no escopo da historiografia, de que fez parte a constituição do campo da História das Mulheres. Criticando a parcialidade do conhecimento histórico, historiadoras feministas apontaram a necessidade de criar outras narrativas sobre a história. Esse novo campo de pesquisa começou a ter expressão no Brasil ainda na década de 1980, embora desde os anos 1970 muitos trabalhos de historiadoras, sociólogas e antropólogas tenham contribuído para o estudo da história a partir da categoria “mulher”.

Contudo, a necessidade de não apenas recontar uma história incluindo as mulheres ou escrever uma história separada e complementar, apontou a importância de rever os métodos, a formulação de novas perguntas. Esse esforço levou ao

reconhecimento do gênero como uma categoria de análise útil – e também necessária. Partindo de uma crítica feminista, apontaram a importância da própria disciplina histórica na elaboração da diferença de gênero, destacando a urgência em elaborar novos métodos e encontrar fontes. Como fruto do trabalho de pesquisadoras de diferentes disciplinas, muitas produções foram feitas para contribuir tanto para a historiografia das mulheres quanto para o estudo do gênero em diferentes momentos e processos históricos. Além disso, como aponta Maria de Oliveira (2018), os estudos de gênero contribuíram para reverter, ainda que timidamente, a invisibilidade da atividade intelectual das mulheres.

Para Joana Maria Pedro (2011), cada vez mais historiadores que não estão dedicados aos estudos de gênero têm incorporado a categoria de maneira transversal em seus trabalhos, sobretudo para analisar impactos dos acontecimentos sobre homens e mulheres, a forma como a fonte é constituída, os dados que podem ser coletados e a maneira de criticar a fonte. A teoria feminista foi e ainda é essencial para a reflexão e o avanço sobre tais temas no campo da história – mesmo que a disciplina tenha se mostrado especialmente resistente a incorporação dos estudos produzidos nesse campo.

Se a história ganhou muito com trabalhos históricos baseados na teoria feminista, esta continuou avançando e complexificando os debates, tornando a discussão ainda mais sofisticada. Isso se deve especialmente ao encontro da teoria feminista com perspectivas pós-coloniais e decoloniais, gerando um campo de crítica feminista decolonial. Como apontam Cintia Lima Crescêncio e Gleidiane Ferreira (2021), os desafios colocados à história inicialmente pela historiografia das mulheres e pelos estudos de gênero, foram dobrados com as críticas decoloniais. Para as historiadoras, ainda há muito espaço para que a disciplina, ainda resistente a renovações

teóricas e metodológicas, alcance e incorpore os conhecimentos produzidos nesse campo.

Ochy Curiel (2020) aponta a necessidade de criar novas metodologias científicas, bem como a importância de buscar conhecimentos produzidos fora dos espaços acadêmicos, por meio das práticas políticas e das experiências de sujeitos subalternizados, sobretudo mulheres racializadas e pobres. A teórica sugere deslocar o problema da produção de conhecimento das categorias analíticas e colocar em foco as experiências, pois “[...] não é necessário dizer que somos negras, pobres, mulheres, trata-se de entendermos por que somos racializadas, empobrecidas e sexualizadas” (Curiel, 2020, p. 157). Em outras palavras, é imperativo que a subalternidade deixe de ser um objeto e se torne o sujeito do conhecimento.

As incelenças: “ouvidas”, mas não vistas

As mulheres, os seus modos de vida, os seus saberes e tudo mais que dissesse respeito ao que foi construído historicamente como feminino foi durante muitos anos ignorado pela historiografia do Cariri cearense. As mulheres não eram vistas como sujeitas da história capazes de produzir saberes ou ações coletivas que mudassem a sociedade. O exemplo mais significativo dessa exclusão e silenciamento do protagonismo feminino na produção historiográfica do Cariri é a enorme quantidade de trabalhos no campo das ciências humanas voltadas unicamente para a figura do Padre Cícero⁴ como protagonista central do milagre de Juazeiro⁵. Sobre isso poderia

4 Cícero Romão Batista nasceu na cidade do Crato em 24 de março de 1844, filho de Joaquim Romão Batista e Joaquina Vicência Romana. Formou-se sacerdote no Seminário da Prainha em 30 de novembro de 1870 e chegou à povoação do Juazeiro em 1872, permanecendo lá até sua morte em 20 de julho de 1934.

5 Juazeiro (Juazeiro do Norte, nome oficial após a emancipação política em 1911) está situado na Região Metropolitana do Cariri, no sul do Ceará, a 580 km

citar aqui inúmeros trabalhos com essa perspectiva, mas os limites desse ensaio não nos permitem. Desse modo, a figura feminina da beata Maria de Araújo⁶ foi deixada de lado, silenciada /ou muitas vezes citada nos textos sem muito destaque. Nas últimas décadas, sobretudo, esse cenário vem sendo modificado e as mulheres e o protagonismo feminino na produção historiográfica da região têm ganhado visibilidade e se colocado na ordem do dia.

Essa mudança de perspectiva na produção historiográfica do Cariri tem sido possível devido a possibilidade de trabalhar com a História Oral como método para escrever sobre “os excluídos da história”, ou melhor, “das excluídas da história”. Haja vista que nem toda pesquisa dispõe de vasta documentação escrita como o da Beata. Nesse direcionamento, realizar entrevistas de História Oral com mulheres religiosas, negras, agricultoras e, em sua maioria idosas, que sabem cantar benditos de incelenças/excelências⁷ contribui para ampliar o leque de fontes sobre esses sujeitos. As mulheres que praticam esse rito fúnebre de cantar as incelenças estão presentes por toda parte. Em quase todo sítio de zona rural no Cariri cearense que se chega e se pergunta sobre incelenças, as pessoas sabem indicar alguém, quase sempre, uma mulher religiosa e idosa.

de distância da capital Fortaleza.

6 Maria de Araújo foi uma beata. “A esta foi atribuído um suposto milagre, o sangramento miraculoso da hóstia, no momento da sua comunhão em seis de março de 1889. Maria de Araújo foi condenada pela Santa Sé em 1894, como embusteira e faleceu em 1914”. Para aprofundar sobre o tema leia: Incêndios da Alma: A Beata Maria de Araújo e o milagre de Juazeiro- Brasil, Século XIX. de autoria de Edianne Nobre.

7 Excelência/ Inselencia ou Incelença (a grafia muda conforme região do Brasil) é um canto entoado a cabeça dos moribundos ou dos mortos. Para aprofundar sobre o tema ver: Dicionário do Folclore Brasileiro de Luís da Câmara Cascudo.

No recorte deste ensaio, as mulheres que sabem realizar o ritual fúnebre e cantar para os mortos, foram organizadas pela Secretaria de Cultura da Cidade de Barbalha, Ceará, como um grupo de tradição popular. Celene Queiroz, agente de cultura, narra como conheceu as mulheres.

Oxe Josafá! Dona Terezinha é esposa de Senhor Chico Severo, e Dona Terezinha cantava essas músicas, cantava nos velórios? E porque é que eu nunca soube? Ela nunca me disse. "Pois é, vá lá". Aí eu peguei um carro e fui lá.

Cheguei lá: Dona Terezinha, Josafá Magalhães disse assim, assim, assim... "É muié, a gente canta é muito. De vez em quando a gente vai". Eu disse: dona Terezinha, por que a senhora nunca me disse? Por que vocês é um complemento dos Penitentes. E eu escutava quando eles iam assim, a gente ia lá pro cemitério, tinha aquelas filmagens, aquelas reportagens... Eu escutava vozes de mulheres, entendeu? Mas eles eram, hoje melhoraram muito, mas eles eram um grupo tão fechado que muitas vezes eu deixava de perguntar alguma coisa porque eu achava que eles não iriam dizer. Que era umas coisas muito misteriosas. Eles achavam que ninguém conhecia. Eles achavam que com aquele capuz na cabeça ninguém sabia quem era. Tinha aquela ilusão porque conhecia, eu conhecia, imagine quem nasceu e se criou na comunidade. Aí disse "Não, tudo..." Ai eu digo, pois Dona Terezinha, nós tamos, eu já tô organizando tudo pra festa porquê... Vamos marcar um dia pra eu vir aqui. Junte esse pessoal que canta com a senhora e eu venho um dia aqui pra gente, pra gente escutar. "Pois venha minha fia, pelo menos a gente toma um café". Aí sei que marcamos um dia, um dia de noite. Aí quando eu cheguei lá tava uma festa, religiosa lógico, né? Tava lá no terreiro, e macaxeira pra gente comer, e Penitente e tudo vestido. Eu digo : Vixe, que coisa bonita. Aí, chegou o momento delas cantarem. Eu fiquei encantada, fiquei impressionada. Agora se você me perguntar o ano eu não sei. Só sei que o prefeito era João Hilário Coelho Correia. Isso aí eu me lembro bem, na época. E eu calada, só escutando, e elas cantaram, cantaram, cantaram. E sempre tem uma música que elas can-

taram “Uma incelência, duas incelência.” E eu só escutando, num gravei não, mas escutei. Quando terminou “Dona Terezinha eu tô encantada. Que coisa linda é essa? Como é que vocês sabem isso e nunca ninguém me disse isso? Nunca.... Mais escondida do que os Penitentes”. Aí elas riram.

A narrativa de Celene aponta para duas problemáticas bem significativas para a reflexão proposta aqui neste trabalho: (I) Ela evidencia que a primeira intenção ao querer formar o grupo de mulheres era unicamente para ser um “complemento para os Penitentes”, formando uma “ala feminina”; e (II) que desconhecia a prática ritual dessas mulheres. Nesse sentido, a fala de Celene Queiroz corrobora para evidenciar o silenciamento e a exclusão que essas mulheres têm vivenciado ao longo dos anos, quando praticantes do ritual de cantar as incelenças, assim como integrantes desse grupo de cultura popular. Evidentemente que Celene Queiroz sabia da existência da prática ritual de entoar incelenças no Sítio Cabeceiras, o que pode ter ocorrido é que não era interessante para a prefeitura ter o grupo de mulheres, pois os homens dos Penitentes já alcançavam grande vislumbre por parte do público, desfilando no corredor cultural encapuzados, carregando uma cruz centenária e cantando benditos.

Deve-se atentar aqui aos jogos de poder e as hierarquias de gênero. Celene nos conta que “escutava vozes de mulheres”, quando o grupo de homens estavam se apresentando ou sendo filmados. O que mais uma vez revela o seu conhecimento sobre a existência dessas mulheres no Sítio Cabeceiras como praticantes do rito. Desse modo, quando a prefeitura busca ampliar o leque de tradições para representar Barbalha, Ceará, como berço das tradições populares, então chama à cena as mulheres, e batiza o grupo com o nome das canções: incelenças.

Os jogos de poder transitam do público ao privado, e como num teatro traz à cena as mulheres, quando é conveniente para prefeitura, mas também as joga nas coxias. As mulheres são “ouvidas”, em segunda voz, nos benditos cantados pelos homens, mas não são vistas. Autoras como Connel (1995), Perrot (2019), Saffioti (2004), entre outras, já revelaram o quanto a desigualdade de gênero está presente do nível individual ao institucional, e que as relações de gênero são relacionais e extrapolam a esfera da vida privada e interfere nas relações políticas dos sujeitos e sujeitas.

Semelhante à narrativa de Celene, temos as percepções do grupo de homens, os penitentes. Estes de imediato quando são consultados para autorizar a criação do grupo feminino, o das incelenças, elaboram várias diretrizes. Pois, para compor os grupos, os integrantes devem ter conduta social rígida e em concordância com a leis bíblicas, como por exemplo: “não beber, não é para andar com mulher de fora, ter outra mulher, né. Não é pra jogar”. Conforme narrou Seu Epitácio Fabrício dos Santos, homem negro de 82 anos, integrante do grupo de penitentes desde os 12 anos. O mesmo procederá às mulheres do grupo de incelenças, que além de seguirem as regras mencionadas outrora por seu Epitácio, ainda devem se manter em vida casta ou ser casada para participar do grupo. O que não se aplica ao pé da letra ao grupo masculino, pois “hoje em dia até os padres faz, né [...] Aí os penitentes tem muitos que faz né?” Aqui seu Epitácio faz referência aos penitentes que frequentam festas, bebem, jogam a até namoram fora do casamento. Ele procura justificar a conduta que é tida como imprópria para a comunidade usando o exemplo dos clérigos, uma vez que buscam ser espelho deles.

Os meios de comunicação que divulgam os festejos de Santo Antônio, padroeiro da cidade e os que acompanham os grupos de “tradição” popular na ocasião em que desfilam em

cortejo de abertura da festa, também corroboram para que a prática ritual das incelenças e as mulheres que compõem o grupo, fiquem apagadas no evento. Pois, quando aparecem em cena são menos assediadas e ovacionadas pelos locutores do desfile e fotógrafos.

Nesse sentido, apontar que houve, e ainda de certa forma há um apagamento e silenciamento dos saberes das mulheres na produção historiográfica do Cariri cearense não é um equívoco. O grupo de mulheres das incelenças, produzem suas formas de saber e, também de poder a partir das suas condições materiais de existência e resistência. Uma vez que elas existem e resistem com sua prática ritual de entoar canções aos mortos mesmo diante de tantas opressões e adversidades.

Considerações finais

Teóricas feministas têm se ocupado em estabelecer e legitimar outras formas de produzir conhecimento, articulando propostas alternativas a fim de corrigir a perspectiva hegemônica da ciência, que exclui as mulheres da investigação científica e nega sua autoridade epistêmica. Estudar o conhecimento e as narrativas produzidas por mulheres fora dos espaços acadêmicos é um dos caminhos possíveis para esse exercício.

Considerar e colocar em evidência o saber tido como anti-cartesiano é também uma prática de descolonização. É trazer as “excluídas da história” para dentro da história. História essa que durante muitos anos apagou e silenciou essas formas de ser, de saber e de conhecer por não se enquadrar na perspectiva cartesiana e masculino universal.

Nesse sentido, as teóricas feministas têm buscado estabelecer uma nova abordagem para a produção de conhecimento, reconhecendo e valorizando outras formas de saber. Um dos caminhos explorados é o estudo do conhecimento e das

narrativas produzidas por mulheres fora dos espaços acadêmicos, o que representa uma oportunidade de ampliação e diversificação do conhecimento humano. Durante muitos anos, essas formas de ser, saber e conhecer foram apagadas e silenciadas por não se encaixarem na perspectiva masculino universal, mas agora há um movimento para resgatá-las e valorizá-las como contribuições valiosas para a construção do conhecimento.

Bibliografia

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima; DE SOUSA, Gleidiane Ferreira. Da história das mulheres às perspectivas contracoloniais: Reflexões sobre a historiografia do gênero no Brasil (2001-2019). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 47, n. 1, 2021, p. 3.

CONNELL, Robert W. Políticas de Masculinidade. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 2, n. 20, 1995, p. 185-206.

DE OLIVEIRA, Maria da Glória. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 11, n. 28, 2018.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado. História da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.

NOBRE, Edianne dos Santos. O sagrado e a teatralização do mundo: espaços de salvação e purgação nos relatos das beatas do padre Cícero. *Revista de História*, [S.l.], n. 169, 17

dez. 2013, p. 381. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA).

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 12, 2011, p. 270-283.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, Patriarcado e Violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

Fonte oral

Epitácio Fabricio dos Santos, 65 anos, agricultor, residente no Sítio Cabeceiras, Barbalha-CE. Entrevista realizada em 19/07/2016

Maria Celene de Sá Queiroz, 65 anos, professora, residente à Rua Pero Coelho, Centro, Barbalha-CE. Entrevista realizada em: 05/08/2015 e 15/09/ 2013.

Vida religiosa feminina: memórias, trajetórias, experiências e escritos de mulheres

Marcella de Sá Brandão¹

Scheyla Taveira da Silva²

Resumo: Este capítulo apresenta as comunicações que compuseram o Simpósio Temático “Vida religiosa feminina: memórias, trajetórias, experiências e escritos de mulheres no Mundo Ibérico (séculos XVI-XVIII)”, na III Jornada de História de Gênero do GT de Gênero da ANPUH-RJ, de 2022. A primeira parte aponta a base teórica e historiográfica em torno do tema proposto no ST; e a segunda parte, faz um relato das apresentações, experiências e das trocas ocorridas.

Palavras-chave: Mulheres. Vida religiosa feminina. Narrativas. Historiografia. Experiências.

1 Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), com pesquisa financiada pela CAPES. Mestra em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), especialista em Ciências da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e graduada em História pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

2 Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), com mestrado em História pela mesma instituição. Especialista em História do Brasil pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP) e graduada em História pela Universidade Veiga de Almeida (UVA).

Introdução

O capítulo que segue nasce a partir das discussões ocorridas no Simpósio Temático “Vida religiosa feminina: memórias, trajetórias, experiências e escritos de mulheres no Mundo Ibérico (séculos XVI-XVIII)”, ocorrido durante a III Jornada de História e Gênero - Feminismos e representatividade na história, realizada pelo GT de Estudos de Gênero da ANPUH-RJ em julho de 2022. A proposta temática para o ST teve como base o nosso enfoque de pesquisa de doutoramento, cujo assunto versa sobre o universo da vida religiosa feminina cristã católica, entre os séculos XVI até finais do XVIII. Em nossas pesquisas, intentamos compreender as relações de poder e gênero, socioculturais e econômicas de freiras Carmelitas Descalças no Brasil e na Espanha, de tal modo que o ST procurou se alinhar a uma demanda dentro da historiografia que discute as relações de poder e gênero dentro das múltiplas dinâmicas religiosas.

Sobre o escopo teórico e historiográfico que norteou a proposta, uma breve discussão se faz necessária. Foi apenas nas décadas finais do século XX que as primeiras pesquisas sobre a vida e a experiência das mulheres passou a ser tema e objeto de investigação histórica, fazendo com que as reflexões sobre as questões das mulheres caminhassem ao lado do movimento feminista dos anos 1960/70 (Hollanda, 2019, pp.9-10). No Brasil, o debate feminista ganhou uma dimensão política de forte enfrentamento contra a ditadura civil militar e as desigualdades sociais do país.

Conforme salientado por Heloisa Buarque de Hollanda, “[...] vemos, com clareza, o pioneirismo e a posterior sincronicidade entre o ativismo e os trabalhos acadêmicos sobre a mulher” (Hollanda, 2019, p. 12). A simultaneidade entre o ativismo feminista e as primeiras produções acadêmicas sobre o

tema mulheres (mesmo que o tema ainda não fosse considerado como uma questão acadêmica legítima de uma tese), naquele momento foi marcado por trabalhos científicos alinhados a perspectiva marxista, “com questões mais específicas, e talvez menos subjetivas da condição da mulher” (Hollanda, 2019, pp. 12-13).

De acordo com Maria Odila Leite da Silva Dias, foi a partir dos estudos feministas que se começa a propor uma redefinição dos processos de subjetividade e, portanto, “participam ativamente do processo de reelaboração dos métodos das ciências humanas [...]. Criticar totalidades e estereótipos universais é, portanto, a principal opção teórica das estudiosas feministas” (Dias, 2019, p. 358).

No decorrer dos anos, as pesquisas que já acompanhavam o movimento feminista passaram a marchar junto às reivindicações do movimento que hoje denomina-se LGBTQIA+, inserindo a categoria gênero como produtora de conhecimento:

A partir da chamada terceira onda feminista, que corresponde aos anos de 1990-2000, os estudos entre nós se ampliam em pautas, questões e terrenos disciplinares, apesar de conhecerem um certo refluxo entre as gerações mais jovens. Entretanto, na segunda década do século XXI, estimulado pelas novas formas de ativismo jovem na internet e nas ruas, esses estudos começam a voltar com força. Nas universidades, proliferam coletivos de mulheres que discutem o machismo no campo acadêmico, bem como se multiplicam os trabalhos universitários no formato de teses, pesquisas e trabalhos de conclusão de curso, agora não apenas exclusivas as ciências sociais. (Hollanda, 2019, p. 19)

Dessarte, a entrada do gênero na investigação das ciências humanas e sociais (história, sociologia e filosofia), belas-artes, letras, comunicação e psicologia, por exemplo, serviram

para desconstrução de perspectivas estanques e essencializadas nas relações humanas. Na historiografia, gênero foi útil como uma ferramenta de interpretação e investigação sobre o passado, permitindo o distanciamento da concepção de um feminino genérico, possibilitando a compreensão de indivíduos complexos e múltiplos.

Joan Scott, nos idos dos anos 1980, foi uma das pioneiras no campo historiográfico a discutir gênero no célebre artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Neste texto, a historiadora propôs uma reflexão crítica sobre o termo gênero que muitas vezes era utilizado apenas como uma categoria descritiva ou quando associada à uma história unicamente das mulheres. A atenção chamada por Scott convida os pesquisadores e pesquisadoras a um compromisso acadêmico que possa abrir outras possibilidades de reflexão, em que se redefine e/ou reestruturamos uma visão de igualdade que não incluía apenas o gênero mulheres (com M maiúsculo, lidas como seres universais), mas igualmente os marcadores de raça e classe.

O pensamento feminista ainda legou as ciências humanas e a historiografia a inserção da subjetividade como forma de conhecimento. Margareth Rago defende que o feminismo propôs uma nova relação entre teoria e prática, pois delineou um novo agente epistêmico, não descolado do mundo, mas inserido nele e subjetivo (Rago, 2019, p. 380). Para a historiadora,

A emergência de novos temas, de novos objetos e questões, especialmente ao longo da década de 1970, garantiu maior visibilidade às mulheres como agentes históricos, inicialmente a partir do padrão masculino da história social, extremamente preocupada com as questões da resistência social e das formas de dominação política. Esse quadro ampliou-se, posteriormente, com a explosão dos temas femininos da *nouvelle histoire*, como a bruxaria, prostituição,

loucura, aborto, parto, maternidade, saúde, sexualidade, a história das emoções e dos sentimentos, entre outros (Rago, 2019, p. 381).

Como afirmado acima, o ST proposto teve como enfoque inicial a temática de pesquisa das autoras revelando - ao longo dos trabalhos que foram discutidos durante a realização do evento e como se verá nas páginas seguintes - a necessidade de pautar pesquisas e discussões que possam ir além das dinâmicas religiosas monoteístas, de perspectiva eurocentrada, branca e de matriz judaico-cristã.

Portanto, no que concerne ao campo religioso, podemos verificar a relevância de pesquisas produzidas no Brasil e na América Latina realizadas pelos membros da CEHILA (Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina e Caribe). Nos anos de 1960/70 os membros brasileiros desse grupo (CEHILA-Brasil) estavam discutindo a igreja Católica em relação à história do Brasil. Essa organização era autônoma, composta por pesquisadores sem vínculo com a hierarquia católica (embora parte dos seus membros fossem católicos e sacerdotes), em que as pesquisas se mostravam alinhadas as preocupações na relação entre a política e a religião, história do povo e dos pobres, apresentando afinidade com a teologia da libertação e com a visão marxista da história. Os primeiros trabalhos da CEHILA-Brasil ainda não apresentavam uma visão crítica sobre as relações de gênero, tampouco a experiência religiosa feminina. Foi preciso alguns anos para que a experiência e os temas relacionados as mulheres e ao conceito de gênero entrassem na discussão teórica tanto da CEHILA³ quanto nos estudos historiográficos e das ciências sociais sobre as religiões.

3 Para compreender brevemente as recentes pesquisas no campo religioso brasileiro, Sérgio Ricardo Coutinho apresenta um panorama que relaciona as pesquisas realizadas pelos membros da CEHILA-Brasil até as primeiras produções

Em seguimento teórico-metodológico diferente ao acima citado, na historiografia brasileira podemos destacar como exemplo o trabalho da historiadora Jacqueline Hermann (*História das Religiões e Religiosidades*). O texto foi publicado em uma coletânea em que a autora propôs a religião como um campo epistemológico a ser investigado:

Para Jacqueline Hermann, entre os caminhos de compreensão das religiões, é possível classificar aqueles que receberam influência dos estudos sociológicos, tomando

acadêmicas da ABHR (Associação Brasileira de História das Religiões). Passados os primeiros estudos da CEHILA (em fins dos anos 1960), nos anos de 1990 a história da CEHILA-Brasil pode ser compreendida no que Coutinho denomina de “terceira geração” de pesquisadores da religião com formação em Teologia e Ciências da Religião das universidades públicas e laicas do Brasil. Em fins dos anos 90 e nas primeiras décadas dos anos 2000, as pesquisas no campo religioso brasileiro ganharam a contribuição de historiadores de formação que não possuíam nenhum vínculo com a CEHILA. Formados nos cursos de História de várias universidades brasileiras, esses pesquisadores e pesquisadoras procuraram “se distanciar de velhos cânones de uma ‘história eclesiástica de caráter confessional” (Coutinho, 2019, p.41). Para Coutinho, a criação da ABHR, em fins dos anos 90, marca a contribuição mútua de estudiosos ligados ao CEHILA-Brasil e “historiadores de formação” nas pesquisas sobre as religiões. A ampliação da visão sobre a história das religiões é percebida ao longo dos anos com “novas abordagens”, contemplando história regional, micro-história, história social, história política e história do tempo presente. Segundo Sérgio R. Coutinho, outros temas surgiram ao longo dos anos, como por exemplo: “estudos sobre o Protestantismo, foram abordagens mais amplas sobre a crença protestante no Brasil e na América Meridional [...], e um estudo específico sobre a história do Protestantismo e Pentecostalismo no Maranhão nos séculos XIX e XX. [...] a atuação do episcopado em diferentes dioceses e períodos da história; [...] as missões amazônicas no período colonial; [...] história do tempo presente da Cúria romana sob Bento XVI; [...] história política das relações com o Estado e a formação da ideia de Nação; [...] história social na Neo-Cristandade sob a perspectiva da micro-história; [...] e a educação católica na Primeira República; entre muitos outros” (cf. Coutinho, 2019, p.45-46). Ver: COUTINHO, Sérgio Ricardo. ABHR e CEHILA-Brasil: uma parceria acadêmica de 20 anos. *PLURA, Revista de Estudos de Religião*, ISSN 2179-0019, vol. 10, nº 2, 2019, p. 36-48. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2a4mhxyr>>. Acesso em: 30/03/2023. É importante ressaltar que as portas estão abertas para os temas que atravessam as relações de poder e gênero; mulheres, raça e classe. Atualmente encontramos trabalhos com rigor e relevância científica nos GT's “História das Religiões e Religiosidades” e “GT de Gênero” da ANPUH, bem como nos Simpósios Temáticos dos congressos da ABHR.

como ponto de partida a expressão “história comparada das religiões” de Max Müller, passando por Angelo Brelich, Émile Durkheim, Mircea Eliade e Max Weber (Silva, 2007, p. 135).

Assim como Jaqueline Hermann atenta para as novas abordagens no campo das religiosidades, Antônio Lindvaldo Sousa, em seu artigo *Da História da Igreja à História das religiosidades no Brasil: uma reflexão metodológica* (2008), destaca que os autores mais ligados à História Cultural passaram a adotar objetos de estudos voltados para as “religiosidades” no Brasil e não mais os de História da Igreja católica⁴. Esse texto foi motivado pela dificuldade que seus orientandos enfrentavam ao estudar a história das religiosidades do Brasil. De acordo com Souza, o obstáculo recorrente residia (nos anos finais do século XX) na escassez de textos metodológicos capazes de estimular novos caminhos de pesquisas, compreensão de práticas religiosas diversas e conhecimento de personagens anônimos ou esquecidos da história. O autor destaca que a conceito “autocompreensão” foi muito utilizado por historiadores vinculados à CEHILA e/ou pesquisadores de centros de estudos dentro da Igreja Católica. Em linhas bem gerais, de acordo com o autor, o uso deste conceito foi levado para os estudos acadêmicos (sobretudo nos idos dos anos 1980 por Augustin Wernet baseado na obra de Max Weber) cuja compreensão norteava as pesquisas teórico e metodologicamente na busca por “tipos-ideais” que explicariam a história da igreja católica no Brasil. Desse ponto de vista, aqueles agentes que não se enquadrassem no modelo ideal proposto, ou seja, aqueles sujeitos históricos (indivíduos ou coletivos) marginalizados ou esquecidos, não seriam considerados na história oficial. Em

4 SOUSA, Antônio Lindvaldo. *Da História da Igreja à História das religiosidades no Brasil: uma reflexão metodológica*, In: BEZERRA, Cícero. (Org.). *Temas de Ciências da Religião*. São Cristóvão: Editora da UFS, 2008, 1ed, p. 251-267.

resumo, o artigo de Souza contribui dando um panorama de como as pesquisas no Brasil passaram da preponderância de pesquisas voltadas a igreja Católica como norma, para interesses de estudos em que personagens e/ou trajetórias de vida mais particulares pudessem também responder à questões mais gerais e macro da história do nosso país.

Os anos se passaram e no início do século XX gênero e religião ainda compunha uma temática pouco discutida e pouco admitida nos meios acadêmicos (e religiosos) em nosso país. Se se entende a religião como uma construção sociocultural, os estudos feministas e de gênero possivelmente irão encontrar aí um terreno fértil para debates, questionamentos, inquietações e investigações.

As revistas *Revista de Estudos Feministas*, *Cadernos Pagu* e a *Revista Mandrágora* foram pioneiras nos estudos de gênero, mulheres e feminismo. As duas primeiras, com foco nos estudos sobre mulheres, gênero e feminismos foram importantes canais de acolhimento e contribuição de outras temáticas transversais como, por exemplo, a interrelação gênero e religião no Brasil; enquanto a última se destaca pelo pioneirismo em seguir a temática religião e gênero como tema principal da revista (Souza, 2024). No início do século XXI, mesmo que a religião não ocupe o lugar de matriz cultural dominante, ainda assim e ainda hoje, exerce influência significativa no cotidiano das pessoas e, por isso mesmo, a sua importância enquanto campo epistemológico e investigativo. Logo, enquanto a *Revista Mandrágora* surgiu a partir da necessidade de cruzar gênero e religião com temas transversais, a *Revista Estudos Feministas* e *Cadernos Pagu* igualmente foram importantes para a divulgação. Contribuição e visibilidade dos temas que relacionavam mulheres, religiosidades, religiões, gênero, raça e classe (Souza, 2024, p. 123). Temas como: “religião e direitos reprodutivos e aborto; estudos feministas e cristianis-

mo; gênero, cultura e religião; direitos reprodutivos, religião e ética; religião e homossexualidade; ecofeminismo: tendências e debates; história, gênero e religião; violência, gênero e religião” (Souza, 2004, p. 125), foram abordados na *Revista Mandrágora* ao longo dos anos.

Se no passado as temáticas acima foram trabalhadas de modo ainda muito acanhado, atualmente são abordados e tratados com profundidade de rigor teórico-metodológico nos programas de graduação e pós-graduação no Brasil. Como será abordado adiante, a III Jornada de História e Gênero organizada pelo GT de Gênero da ANPUH-RJ contemplou a diversidade de pesquisas sobre mulheres e gênero. E mais, as demandas sociais dentro ou fora do ambiente acadêmico estão igualmente discutindo e aplicando na prática o debate sobre mulheres, religião e relações de gênero na sociedade de modo muito contundente, como pode ser demonstrado nos coletivos feministas⁵ “Católicas Pelo Direito de Decidir” (1993), “Rede de Mulheres Negras e Evangélicas” (2018) ou no crescente movimento feminista muçulmano e no movimento de mulheres no judaísmo; bem como na atuação ativa de mulheres nas religiões politeístas como na umbanda, no candomblé e na cosmovisão ameríndia, por exemplo.

Portanto, é importante que se reconheça a dificuldade e o esforço dos pesquisadores e das pesquisadoras na produção desses trabalhos que foram realizados no final do século XX e início do século XXI no Brasil⁶. Essas pesquisas colocaram

5 Para saber mais sobre os movimentos citados, consultar os sites: Católicas pelo direito de decidir <<https://tinyurl.com/bdhxa4w8>>; Rede de Mulheres Negras e Evangélicas <<https://tinyurl.com/mvcukdvr>>.

6 Não buscando reduzir de forma taxativa a produção historiográfica brasileira e estrangeira apenas nos autores e autoras citados, mas a título de citação, destacamos as pesquisas de Alison Weber; André Vauchez; Caroline Walker Bynum; Isabelle Pouttrin; Joan Cammarata; Michel de Certeau; María José de la Pascua Sánchez; Natalie Zemon Davis; Peter Brown e no Brasil, Anita Novinsky;

novo olhar e novos questionamentos não somente sobre o tema “mulher/mulheres”, mas inseriram novos desdobramentos incluindo a categoria gênero e percebendo os sujeitos em sua diversidade, subjetividade, interseccionalidade, tensão e relações de poder. Esses estudos abriram o caminho para aqueles que vieram depois, diversificando os temas nos programas de pós-graduação em ciências sociais e história no país, questionando uma historiografia e ciências humanas com viés unicamente androcêntricas. Portanto, fazer uma análise histórica que esteja sob o olhar da categoria gênero constitui, concordando com Scott, “o nosso compromisso crítico com estes significados e nossa tentativa de revelar suas contradições e instabilidades como se manifestam nas vidas daqueles que estudamos” (Scott, 2012, p. 332).

Como discutido por Elisa Garcia e Georgina Santos:

As vozes caladas pela memória culta e oficial soaram então com firmeza, revelando crenças, dores, medos, expectativas, enunciando rupturas e mudanças de mulheres diferentes entre si, apartadas pela condição civil, econômica e jurídica. Responsáveis por seu próprio sustento ou à mercê de algum tutor masculino, muitas dessas figuras femininas foram marcadas por uma trajetória de vida acidentada, interrompida abruptamente pelas mãos da Justiça ou de um amor violento, outras fizeram das agruras cotidianas oportunidades de crescimento e resistência, outras tantas sucumbiram ao juízo severo da sociedade patriarcal (Garcia; Santos, 2020, p.7).

Célia Aparecida Resende Maia Borges; Jacqueline Hermann; Laura de Melo e Souza; Leila Mezan Algranti; Ligia Bellini; Luiz Mott; Margareth de Almeida Gonçalves; Ronaldo Vainfas; Virgínia Albuquerque de Castro Buarque e Willian de Souza Martins abriram caminho, apresentando diferentes perspectivas e novos olhares sobre temas como: a religiosidade de mulheres a partir de seus escritos, ritos e práticas (judaizantes, místicas, mágicas, etc.); a vida conventual; a história dos sentimentos e afetos; as relações de poder e gênero; os modelos de santidade e relatos hagiográficos, entre outros temas.

Consoante as pesquisas sobre gênero e religião, os estudos *queer* tem aberto novas possibilidades teóricas para o estudo das experiências e matrizes religiosas. Tamsin Spargo segue a chave teórica de Michel Foucault e o da teoria *queer* para demonstrar como é possível incluir os conceitos e categorias dessa no estudo sobre religião. O texto de Spargo levanta uma provocação ao defender o *queer* como uma perspectiva de análise, pois possui:

[...] as ferramentas para investigar a representação de identidades e práticas normativas, e, por meio de suas operações performativas, pode desafiar e desestabilizar o que é aceito e esperado. Para mim [Spargo], a ideia útil e provocativa do extático se desenvolveu a partir do performativo. Inicialmente, a noção de que a fé e a subjetividade possuem uma condição *queer* pode parecer mera provocação, que seja então uma provocação necessária (Spargo, 2019, p. 75).

Com isso, a autora pretende mostrar como a teoria *queer*, em seu sentido filosoficamente mais radical, pode contribuir para o desafio de desenvolver novas orientações éticas não assentadas em fundamentos que excluem e marginalizam. Nesse sentido, e retomando o que foi dito acima, a autora provoca seus pares a se debruçarem em possibilidades de investigação que possam “ajudar a desenvolver formas de pensar sobre a fé e os fiéis, de conviver com eles e de nos voltar para eles em nossa condição pós-moderna” (Spargo, 2019, p. 79).

É urgente que nos apropriemos das tradições, das memórias e das trajetórias como algo vivo, como arma pujante de combate as práticas e/ou instituições que oprimem e silenciam todas, todos e todes ao longo da história. É imperativo que se documente a experiência vivida como uma possibilidade de abertura para novos caminhos epistemológicos. Outros modelos de interpretação da experiência e identidades somente virão a luz, como salienta Maria Odila Leite da Silva

Dias, se gradativamente a história dessas personagens forem documentadas, “a fim de que possa emergir não apenas a história da dominação masculina, mas, sobretudo, os papéis informais, as improvisações, a resistência das mulheres” (Dias, 2019, p. 358).

A atualidade testemunha o que podemos chamar de amadurecimento de perspectivas plurais, contudo nossa experiência ao propormos o Simpósio Temático “Vida religiosa feminina: memórias, trajetórias, experiências e escritos de mulheres no Mundo Ibérico (séculos XVI-XVIII)”, evidencia a dificuldade de rompermos as barreiras da noção de mulher estável e biologicamente delimitada. Ressaltamos a relevância e contribuição científica dos trabalhos que foram discutidos e reiteramos as inúmeras ausências cujo simpósio temático não conseguiu contemplar.

O compromisso e objetivo inicial do Simpósio foi a visibilização de sujeitos históricos múltiplos, em que as categorias mulheres e gênero fossem debatidas de modo crítico e interseccional. Na prática vimos a interseccionalidade acontecer, porém, a categoria mulher foi majoritariamente relacionada as identidades e formas heteronormativas. As comunicações demonstraram profícuo questionamento sobre os usos, objetivos e construções narrativas sobre as mulheres ainda que essas personagens se tratassem de mulheres cisgênero e heterossexual.

Com espírito crítico e pensamento feminista a ideia de propor um Simpósio Temático surgiu, com o principal objetivo de visibilizar a pesquisa de mulheres diversas e em diferentes temporalidades. Por considerar que a religião ainda exerce influência na sociedade e por isso pode ser tema de forte conexão com as relações de poder e gênero, as pesquisas que foram debatidas ao longo do Simpósio demonstraram o

avanço que os estudos feministas, que a temática mulheres, gênero, raça, classe e religião podem demonstrar.

O ST acolheu comunicações que discutiram temas relacionados à construção de memória, trajetórias, escrita e/ou experiências femininas no Mundo Ibérico (Portugal e territórios: América portuguesa, África e Ásia; Espanha e América Hispânica). Foram aceitos trabalhos que abordassem as perspectivas interseccionais, gênero e decoloniais sobre mulheres: religiosas leigas, freiras, santas, mães de santo, pastoras, experiência mística feminina, relatos visionários, produção escrita de mulheres como autobiográficas ou escritos hagiográficos, como a seguir será apresentado.

Muito além dos objetos de estudo: o simpósio temático como lugar de conhecimento, trocas e experiências múltiplas

A criação do Simpósio Temático é fruto da própria dificuldade que encontramos como pesquisadoras em dialogar e apresentar nossos trabalhos que, resumidamente e em linhas gerais, versam sobre a vida religiosa feminina em recorte espaço-temporal distintos. Como já foi demonstrado anteriormente, existem sim espaços de discussão sobre as religiões e religiosidades nos eventos acadêmicos, contudo, geralmente as temáticas são variadas não aprofundando as discussões na questão sobre mulheres e gênero.

Consideramos que os Simpósios Temáticos têm se mostrado como espaços não apenas de trocas acadêmicas, mas tem-se configurado como locais em que as experiências de pesquisa pessoais são compartilhadas. As conversas que surgem após as apresentações expõem, em boa parte dos casos, os sucessos, as dificuldades, as dúvidas e os avanços das pesquisadoras e pesquisadores em todo Brasil. As experiências

vividas nos simpósios comportam, segundo as contribuições teóricas de Edward Palmer Thompson, uma materialidade histórica e social por nós compartilhada⁷.

Para apenas um dia de apresentações em formato *online*, tivemos a satisfação de contar com cinco propostas de comunicação de pesquisadoras do Brasil, contribuindo com temáticas variadas, das quais trataremos de dar um breve relato. Compunham a mesa de comunicação pesquisadoras mulheres cisgênero que apresentaram estudo sobre a trajetória e/ou experiências de vida de personagens mulheres cisgênero, que de alguma maneira estão relacionadas as formas e práticas religiosas.

Em sua ementa, o Simpósio convidava os trabalhos que abordassem “as perspectivas interseccionais, de gênero e decoloniais sobre mulheres: religiosas leigas, freiras, santas, mães de santo, pastoras, experiência mística feminina, relatos visionários, escrita feminina, autobiográficas ou escritos ha-giográficos”. Apesar de termos buscado ampliar ao máximo o recorte e a temática, em nossa tarde ficou demonstrado que a relação gênero e religião ainda é um campo muito estudado a partir de uma perspectiva da história das mulheres e das religiões monoteístas.

Destacamos e reconhecemos que ainda existe dificuldade em ultrapassar as barreiras e construir pontes que favoreçam

7 A autora Suely Aparecida Martins, em seu artigo *E.P. Thompson e a educação: a socialização como experiência* (2014), utiliza as contribuições teóricas do autor para análise dos processos educativos, considerando a experiência como categoria que é constituída “no processo histórico em que homens e mulheres encontram-se inseridos” (MARTINS, 2014: 306). MARTINS, Suely Aparecida. E.P. Thompson e a educação: a socialização como experiência. *Revista HISTEDBRon-line*, Campinas, nº 59, p.304-317, out2014. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ytzv3yn7>>. Acesso em: 15 mar. 2023. Entendemos que a categoria experiência pode ser aqui aplicada, visto que nossa narrativa também é fruto das experiências compartilhadas no ST organizado pelas autoras.

os múltiplos diálogos nas pesquisas acadêmicas, no sentido de abranger com maior ênfase as categorias raça, classe e gênero. Supomos, destarte, que o próprio título atribuído ao nosso Simpósio também possa ter contribuído para a não aderência de estudos com envergadura mais interseccional, de gênero ou mesmo *queer*. Assim, uma vez finalizado as comunicações e mesas da III Jornada ANPUH-RJ 2022, como organizadoras deste ST refletimos sobre os objetivos, objetos e temas de pesquisas de modo a fazer um *mea-culpa* e repensar, para propostas futuras e nosso próprio fazer histórico, alterações tanto no título quanto na ementa. Essa necessária alteração caminha junto aos debates do campo feminista e dos movimentos LGBTQIA+, bem como no ativo movimento de múltiplas religiões no Brasil, de modo a buscar, como a teoria nos ensina, evidenciar sujeitos múltiplos e dessencializados onde as personagens travestis e transgênero; mulheres negras e indígenas; homens e mulheres homossexuais sejam incluídos⁸. Passamos agora para o relato e apresentações dos trabalhos que compuseram o simpósio temático.

A comunicação de Lorena Rochinski, “Teologia Feminista: Uma Reflexão Teológica Na Contemporaneidade”, com um debate bastante atual no campo religioso brasileiro, discute como a Teologia Feminista pode contribuir para uma análise do discurso religioso e construção da epistemologia teológica a partir de uma concepção feminista sobre a hierarquia social, política, cultural e religiosa nas instituições cristãs.

Ana Paula Estrela apresentou a comunicação intitulada “Práticas da Educação Católica Feminina no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Sousa-PB (1960-1980)”, em que ana-

8 Apesar de tais conceitos não existirem à época, a fim de evitar anacronismos, ressaltamos a possibilidade de romper com a noção estável de gênero ao adotar novos caminhos epistemológicos.

lisa como eram produzidos os discursos em torno da formação da trajetória de vida e da construção das identidades de gênero a partir das práticas da educação católica feminina. Seu estudo tem como objeto central o ensino destinado apenas para meninas no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, situado na cidade de Sousa-PB, no período que vai de 1960 a 1980.

Ainda no campo da educação e instrução, Anna Beatriz Esser dos Santos, com o título “A sociabilidade e a educação feminina a partir de *Les Promenades de Victorine*”, analisa as percepções e construções sobre sociabilidade, conselhos e regras que eram voltadas a uma “boa educação” de meninas e moças, produzidas no manual de boas maneiras do início do século XIX, *Les Promenades de Victorine*, de Marie Antoinette Le Noir. Para a pesquisadora, tais manuais fizeram parte de um programa de civilidade, influenciando e normatizando as condutas femininas dentro dos espaços público e privado.

A comunicação “Violência e Santidade: Filomena na encruzilhada do tempo”, de Welinaidia de Sousa Generoso, analisa as relações de gênero a partir da trajetória de Filomena de Lacerda, nascida na cidade de Mauriti - CE no ano de 1925. Duas fontes compõem o trabalho de Generoso: o processo crime de Filomena (que teria sido assassinada pelo marido Manoel Nazário de Lacerda e sua amante à época, de nome Antônia) e as narrativas orais dos locais. A proposta de comunicação se relaciona com a ementa do Simpósio quando, nas pesquisas da autora, a figura de Filomena, praticante do catolicismo, passa a ganhar uma aura de santidade pela população local após a sua morte.

Hyorrana Nascimento Alves apresentou “A desmistificação de personagens sociais vividos em *Sab* (1841) de Gertrudis Gómez de Avellaneda”, escritora cubana, cujo objetivo é analisar uma novela feminista abolicionista com três figuras

sociais principais: o escravo, a mulher e o indígena. Na perspectiva da pesquisadora, o referido romance “desmascarou a polarização da sociedade cubana do século XIX” e, também, denunciou a condição da mulher ante o patriarcado.

Por fim, a divisão das seções teve por princípio alguma proximidade entre os temas. Outro aspecto evidenciado durante o recebimento das propostas de comunicação e análise das mesmas, foi a extrapolação do recorte temporal previsto na ementa do Simpósio Temático. Ao analisar todas os resumos consideramos, como acima já foi dito, que seria necessário uma ampliação e flexibilização da parte das coordenadoras. Algumas hipóteses podem ser conjecturadas, tendo em vista a troca de experiências e relatos ocorrido ao final da mesa, como por exemplo, duas participantes afirmando que seus trabalhos costumam ter dificuldade de compreensão em eventos acadêmicos devido a temática por vezes consideradas muito específicas ou distantes da ciência histórica.

Conclusão

Dos trabalhos apresentados, três envolveram história oral e local, o que demonstra o interesse dos cursos de graduação e pós-graduação pelo interior do país na história do tempo presente, micro-história e história local. Além do mais, nos permite entrever a projeção e o agenciamento de mulheres enquanto sujeito da História.

A experiência na coordenação do Simpósio demonstrou que ainda existe temas específicos que encontram dificuldade em dialogar nos eventos que abordam a vida religiosa feminina e temas correlatos. Uma das frustrações mais comuns relatadas foram, no geral, que as propostas de comunicação em eventos acabam sendo vinculadas a Simpósios muito amplos,

restando pouco debate sobre questões mais verticais entre os/as/es participantes e ouvintes.

Após a vivência compartilhada pelas coordenadoras: proposição do ST, análise e aceite das comunicações enviadas, realização do simpósio e, sobretudo, na troca feita entre todas as participantes, foi possível inferir a permanência de desafios ainda enfrentados nas pesquisas sobre o tema mulheres e religião. Se vislumbra, portanto, a necessidade de buscar novos caminhos a fim de viabilizar a manutenção deste ST, bem como alcançar um número maior de autoras e autores com temáticas plurais, que reflitam sobre o passado em articulação crítica com a história, a religião e os marcadores de gênero, atravessando igualmente os de raça e classe em diferentes temporalidades e experiências de fé. O tema religião, religiosidades e gênero demonstra, portanto, relevância atual e necessidade de maior debate científico e crítico.

Bibliografia

COUTINHO, Sérgio Ricardo. ABHR e CEHILA-Brasil: uma parceria acadêmica de 20 anos. *PLURA, Revista de Estudos de Religião*, São Paulo, vol. 10, n. 2, p. 36-48, 2019. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2a4mhxyr>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminina: uma hermenêutica das diferenças. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.); ARRUDA, Angela et al. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 357-369.

GARCIA, Elisa; SANTOS, Georgina (Orgs.). *Mulheres do mundo Atlântico: gênero e condição feminina da época moderna à contemporaneidade*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Introdução. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.); ARRUDA, Angela et al. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 9-20.

MARTINS, Suely Aparecida. E.P. Thompson e a educação: a socialização como experiência. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 59, p. 304-317, out. 2014. Disponível em: <<https://tinyurl.com/4v4xbhdu>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.); ARRUDA, Angela et al. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 371-387.

SCOTT, Joan W. Os usos e abusos do gênero. *Projeto História*, São Paulo, n. 45, pp. 327-351, dez. 2012. _____. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Rafael Rodrigues da. O campo religioso brasileiro: historiografia e religiosidade alguns apontamentos. *Revista Lusófona de Ciências da Religião*, Lisboa, ano VI, n. 12, p. 133-139, 2007. Disponível em: <<https://tinyurl.com/bdmsm8hh>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. Da História da Igreja à História das religiosidades no Brasil: uma reflexão metodológica. In: BEZERRA, Cícero (Org.). *Temas de Ciências da Religião*. São Cristóvão: Editora da UFS, 2008, p. 251-267.

SPARGO, Tamsin. *Ágape e êxtase: orientações pós-seculares*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

O PRESENTE LIVRO É FRUTO DA **III Jornada de história e gênero: feminismos e representatividade na história**, realizada entre os dias 15 e 23 de julho de 2022, de forma remota e construída pela equipe do Grupo de Trabalho de Estudos de Gênero da Anpuh do Rio de Janeiro. Esse evento se tornou um marco na história recente do GT Rio, tanto por sinalizar o retorno de nossas atividades de forma marcante, com a realização de um evento de abrangência nacional, quanto por ser esse um evento de resistência. Resistência pois as pesquisas relacionadas às temáticas de gênero e sexualidade vem sofrendo com constantes perseguições pelo avanço da extrema direita e fundamentalismo religioso no país. Assim, um evento organizado de forma autônoma, sem apoio financeiro institucional e por meio de arrecadação de taxa simbólica de inscrição – destinada para custear as plataformas digitais necessárias para transmissão, os anais do evento e a presente publicação – sinaliza que apesar de conjunturas políticas não propícias é possível produzir um evento por meio de uma forte articulação interna das integrantes do GT Rio. Idealizamos esse livro como um lugar de memória da nossa gestão e do momento que o GT Rio e o país estavam atravessando, apostando na autogestão, na autonomia financeira e na força e vontade das mulheres em escreverem a História.

Aline Beatriz Pereira Silva Coutinho

Suane Felipe Soares